

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais  
Pesquisa de Informações Básicas Municipais



**Cultura**  
**2014**

Presidenta da República  
**Dilma Rousseff**

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Nelson Barbosa**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidenta  
**Wasmália Bivar**

Diretor-Executivo  
**Fernando J. Abrantes**

### ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas  
**Roberto Luís Olinto Ramos**

Diretoria de Geociências  
**Wadih João Scandar Neto**

Diretoria de Informática  
**Paulo César Moraes Simões**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Maysa Sacramento de Magalhães**

### UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais  
**Barbara Cobo Soares**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**  
Diretoria de Pesquisas  
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais  
Pesquisa de Informações Básicas Municipais

# **Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros**

**Cultura  
2014**

Rio de Janeiro  
2015

## **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4371-0 (meio impresso)

© IBGE. 2015

### **Elaboração do arquivo PDF**

Roberto Cavararo

### **Produção de multimídia**

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

### **Capa**

Marcelo Thadeu Rodrigues - Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

---

Perfil dos estados e dos municípios brasileiros : cultura : 2014 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015.  
106p.

Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais ; Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

Acompanha um CD-ROM, em bolso.

Inclui bibliografia e glossário.

ISBN 978-85-240-4371-0

1. Brasil – Estados – Estatística. 2. Brasil – Estados – Indicadores. 3. Brasil - Municípios - Estatística. 4. Brasil – Municípios - Indicadores. 5. Cultura – Estatística - Pesquisa. 6. Brasil – Política cultural. I. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. II. Pesquisa de informações básicas estaduais. III. Pesquisa de informações básicas municipais.

**Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais**  
RJ/2015-30

CDU 31(81-0-2)  
EST

---

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

---

# Sumário

**Apresentação**

**Introdução**

**Notas técnicas**

**Panorama do setor cultural**

**Gestão da política de cultura**

**Infraestrutura da gestão cultural e capacitação de servidores**

**Plano de cultura e políticas culturais**

**Legislação**

**Instâncias de participação**

**Fundo de cultura**

**Referências**

**Glossário**

## **Convenções**

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

---

## Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta, nesta publicação, os resultados do Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC 2014 e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2014.

A ESTADIC investigou as 27 Unidades da Federação e a MUNIC todas as 5 570 municipalidades existentes no País. Foram levantados, durante o ano de 2014, um conjunto de informações sobre a diversidade cultural e territorial dessas unidades, sob o olhar do órgão gestor dos poderes públicos estadual e municipal.

Trata-se de um conjunto amplo de informações que irá contribuir para o processo de construção de um sistema de indicadores sobre a cultura, permitindo, assim, um maior conhecimento da atividade, fornecendo subsídios para o planejamento e a formulação de políticas, visando à adoção de um novo padrão de desenvolvimento. O objetivo é o de propiciar políticas públicas capazes de melhorar a qualidade de vida da população por meio de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas.

A MUNIC e a ESTADIC configuram-se como ferramentas apropriadas para o levantamento de dados que permitem o monitoramento e a avaliação de políticas locais e regionais, reforçando o objetivo de construção de uma base de informações municipais e estaduais de qualidade.

A partir de 2015, optou-se pela divulgação em conjunto das duas pesquisas, uma vez que parte dos temas investigados é comum a ambas, possibilitando, dessa forma, análises sob uma perspectiva

federativa. Assim, a presente publicação traz, na seção **Notas técnicas**, considerações metodológicas sobre as duas pesquisas e sete capítulos analíticos sobre os quadros estaduais e municipais, contendo tabelas, gráficos e cartogramas.

**Roberto Luis Olinto Ramos**  
Diretor de Pesquisas

---

## Introdução

A despeito da inexaurível quantidade de definições sobre o termo e da delimitação do conceito de cultura, do ponto de vista etimológico, a palavra derivada do latim está ligada ao cultivo, no seu sentido agrário, na relação remota do sustento, que se iniciava com o plantio, até chegar à colheita, culminando com o usufruto do alimento. E foi esta a atividade econômica primordial responsável pelo abandono da vida nômade, que fez o homem reforçar o papel da tradição, da rotina e, ao mesmo tempo, valorizar o imponderável, provocado pelas variações do mesmo ambiente que lhe proporcionava os bens do seu cultivo. Portanto, nos termos etimológicos, a produção simbólica cultural esteve, na sua gênese, imbricada com a produção econômica.

O radical *cult-* de cultura cultivada está igualmente presente em *cultos*, ou seja, nas formas de reverenciar a vida, o mundo e as forças consideradas superiores, por meio de manifestações coletivas bem-marcadas sobre os fatos do presente, as expectativas futuras e o tempo imemorial da origem, em que o humano, a natureza e o divino se mesclam nos mitos e nos ritos. Por meio da religião, que na sua acepção latina denota também a ligação entre o presente e o passado mais longínquo (*religare*), reforçou-se o traço da permanência e da memória, associando o mito ao sagrado. Com a arte, termo intrinsecamente associado à cultura, que se traduz primeiramente por uma habilidade técnica específica, não foi muito diferente, remetendo novamente a dimensão simbólica à sua inevitável ligação com a dimensão laboral, econômica, produtiva.

À medida que o tempo avançou, o termo expandiu ilimitadamente o seu campo semântico para além da acepção original, alcançando as mais diversas manifestações, e, neste processo de ampliação, passou a ser referido ao campo da arte não mais como técnica, diferenciada em

popular ou erudita, aos costumes, ao acesso à educação (daí a expressão *ser culto*), a comportamentos alternativos (*ser cult*), às relações do cotidiano, aos valores éticos e morais, às totalidades simbólicas, nacionais e até mesmo a espécimes biológicas vivas. De tal forma, que o termo cultura pareceu atingir, no seu limite, a uma tal indeterminação que o tornaria tão fluido e intangível quanto incapaz de ser capturado por uma perspectiva de classificação estatística. Mas, ao contrário, não foi o que ocorreu. O conceito de indústria cultural, que surge na metade do Século XX, orientou boa parte da produção estatística internacional. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO), criada em 16 de novembro de 1945, teve um papel fundamental para que isso ocorresse. A atuação da UNESCO, de início voltada prioritariamente para a área de educação, foi, paulatinamente, sendo também direcionada para a cultura, o que pode ser observado em suas conferências, até formular políticas que incorporaram as metas gerais das Nações Unidas (United Nations). No campo cultural, passou a defender a diversidade como uma herança comum da humanidade, além da democratização da sociedade da informação e do conhecimento para todos.

Desde a década de 1970, a UNESCO estabeleceu um novo marco conceitual para a produção de estatísticas culturais, em boa parte baseada no conceito originário da indústria cultural, incorporando a dimensão do patrimônio histórico. Assim, além do patrimônio cultural, foram consideradas as categorias dos impressos e literatura; música e artes cênicas; artes visuais; meios de comunicação audiovisuais, cinema e fotografia; atividades socioculturais, como, por exemplo, vida associativa, familiar, acesso a equipamentos socioculturais, jogos e esportes; e preservação do meio ambiente e natureza. O esforço empreendido pela UNESCO desdobrava a esfera conceitual – além de indústria cultural, vigorava a discussão sobre cultura de massa – para sugerir aos sistemas estatísticos nacionais um conjunto de indicadores derivados de cada uma das categorias que passou a propor. Isso repercutiu mais fortemente nos países do Hemisfério Norte, que tinham o seu sistema estatístico mais organizado.

As orientações conceituais da UNESCO absorveram as contribuições de seus países-membros e, ao longo do tempo, redefiniram e ampliaram o campo de entendimento da cultura, incorporando a língua como um patrimônio imaterial a ser conservado como um bem da humanidade, assim como festas e manifestações artísticas singulares e expressivas para uma determinada comunidade. Mais recentemente, a posição da organização em relação à cultura alcança a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que propõe a diversidade cultural expressa pela defesa do pluralismo cultural, da identidade, da liberdade de expressão e dos direitos humanos, do acesso à informação e ao conhecimento, especialmente o científico e tecnológico, da promoção da criatividade, da paz e da solidariedade internacional.

Quanto aos indicadores culturais, a economia da cultura ganhou, especialmente com a contribuição da Direção-Geral da Comissão de Estatísticas da União Europeia (Statistical Office of the European Communities - EUROSTAT), um sistema de classificação para as atividades e ocupações na área da cultura, a International Standard Classification of Occupations - ISCO, elaborada pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), delimitando mais estritamente o seu campo econômico<sup>1</sup>. Pôde-se, assim, melhor dimensionar aquilo que é denominado cultural em todo campo das atividades econômicas. Daí surgiu a proposta de mensurar a Conta-Satélite de Cultura e, ainda, uma outra formulação conceitual: o da indústria

<sup>1</sup> Atualizada em 2007, passou a se denominar ISCO-08.

criativa, inovadora do ponto de vista tecnológico, virtualizada, em rede, que envolve novas relações de trabalho, de produção e de consumo.

Uma outra e importante observação sobre a produção de números para a cultura refere-se à experiência da França, onde o Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE teve a sua produção de estatísticas culturais ligada intrinsecamente ao poder público, desde o início da década de 1960. E as sucessivas diretrizes culturais desse país, até o presente momento, se dão a partir do levantamento das informações estatísticas oficiais, produzidas em ambiente de interação com o sistema estatístico internacional e com uma particular produção de estudos e pesquisas abrangentes sobre os mais diversificados temas por parte de pesquisadores do Instituto (RIBEIRO, 2011).

No Brasil, a produção de estatísticas culturais oficiais, embora remota, foi, até o início deste século, não sistematizada e esporádica. A publicação *Estatísticas do século XX*, lançada pelo IBGE em 2003, que compilou a produção estatística pretérita, mostra que, desde o início daquele século, existiam informações esparsas sobre o tema. Sua cobertura inicia-se com os eventos destinados à elite brasileira, especialmente no então Distrito Federal, a Cidade do Rio de Janeiro, como as peças de teatro, balés e óperas, consolidadas a partir da publicação dos espetáculos em periódicos. Os diferentes anuários publicavam um conjunto cada vez mais crescente, e com cobertura nacional, de estatísticas que passavam por temas das diferentes esferas, como bibliotecas, museus, monumentos históricos e artísticos, belas artes, teatros, associações culturais e científicas, imprensa, rádio, indústria bibliográfica, fonográfica e cinematográfica, exposições, entre outros.

Na década de 1930, informações sobre despesas públicas da cultura mostram a desproporção desses gastos frente aos da educação e a dependência dos estados em relação ao poder da União, exceto São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (RIBEIRO, 2011).

O fato de apenas em 1985 ter sido criado o Ministério da Cultura<sup>2</sup> fez com que a política cultural do País estivesse durante muitos anos subordinada à educação, embora em momentos específicos, como na gestão de Gustavo Capanema Filho<sup>3</sup>, no primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945), tivesse sido estabelecida uma política nacional de conteúdo cultural.

Frente à necessidade crescente que se apresentava ao poder público de mensurar a dimensão econômica da cultura em termos mais efetivos, estimou-se, então, para o ano de 1994, o Produto Interno Bruto - PIB da cultura<sup>4</sup> em cerca de 1% do PIB brasileiro, por meio de um estudo encomendado pelo Ministério da Cultura à Fundação João Pinheiro - FJP, de Minas Gerais. Com o desenvolvimento desse projeto, iniciou-se um processo de aproximação do Ministério com o IBGE e a FJP, que utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada pelo Instituto. Tratou-se de uma estimativa isolada, sem continuidade (RIBEIRO, 2011).

Em 2001, o IBGE lançou o primeiro volume de resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, referente ao ano de 1999, destinada a fornecer

<sup>2</sup> O Ministério da Cultura foi criado no governo José Sarney, por meio do Decreto n. 91.144, de 15.03.1985.

<sup>3</sup> Gustavo Capanema Filho (1900-1985) foi nomeado para o Ministério da Educação e Saúde em julho de 1934, permanecendo no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945. No campo da cultura, sua gestão foi responsável pela instituição de dois órgãos de destacada atuação nesse período: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, responsável pelo tombamento e preservação de centenas de monumentos artísticos e históricos e pela criação de diversos museus, e o Instituto Nacional do Livro - INL, responsável pela então expansão do número de bibliotecas públicas no País.

<sup>4</sup> Valor adicionado à economia pelas atividades específicas da área cultural.

um diagnóstico sobre os municípios e, particularmente, sobre suas gestões. Atendia-se, sobretudo, a uma demanda por informações locais derivadas do novo formato federativo brasileiro, que conferia aos municípios o *status* de ente federado, da mesma forma que a União e os estados. Um bloco sobre a existência de equipamentos culturais e meios de comunicação foi investigado no questionário dessa pesquisa e reproduzido em outras seis edições do levantamento (2001, 2005, 2006, 2009, 2012 e 2014).

Somente em 2004, como desdobramento de um seminário nacional sobre cultura, que ocorreu em 2002, em Recife, organizado pela UNESCO, foi firmado entre o Ministério da Cultura e o IBGE um convênio para a produção sistemática de indicadores culturais, considerando as linhas estabelecidas internacionalmente para a produção de estatísticas nessa área. Foram, então, divulgadas três edições do estudo Sistema de Informações e Indicadores Culturais, contemplando os seguintes períodos de referência: 2003, 2003-2005 e 2007-2010. Esses estudos foram realizados com base em pesquisas do IBGE que contêm informações relacionadas à cultura e em estatísticas da Secretaria do Tesouro Nacional sobre dispêndios governamentais nesse setor<sup>5,6</sup>.

As três publicações em conjunto forneceram um diagnóstico social (como indicadores sobre o mercado de trabalho e gastos familiares) e econômico do setor, permitindo uma aproximação com a estimativa do PIB da cultura, ou o que é mais desejado, da Conta-Satélite de Cultura. Embora este objetivo ainda não tenha sido atingido, pode-se considerar que foi realizada uma etapa necessária para sua consecução.

Considerando o papel das políticas públicas no ambiente federativo, foram projetados dois Suplementos de Cultura da MUNIC: um já divulgado, referente ao ano de 2006, e o relativo à presente publicação com os dados coletados em 2014. Além da MUNIC, foi levada a campo, também em 2014, a ESTADIC com um Suplemento de Cultura.

As duas pesquisas permitem a avaliação das informações relativas às gestões municipais ao longo de quase uma década, e, para o ano de 2014, as relações federativas envolvendo os estados e os municípios. O poder federativo da União não estará ausente, pois em boa parte se reflete no que acontece, principalmente, na esfera municipal.

Os temas relativos aos equipamentos culturais e meios de comunicação, infraestrutura cultural, capacitação dos servidores públicos, políticas, planos, ações e atividades culturais, legislação e articulação institucional com a sociedade civil, além de darem visibilidade ao evento cultural na sua espacialidade e tempo, certamente contribuirão para aqueles que pensam essa atividade como uma forma de intervenção social ou econômica. Desse modo, o Brasil contribuirá para agregar valor ao conceito de cultura, enfrentando o desafio de conjugar o sentido da igualdade, da diversidade e da liberdade criativa.

<sup>5</sup> As informações sobre a produção de bens e serviços culturais foram obtidas nas Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE e nas pesquisas estruturais econômicas (Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa, Pesquisa Anual de Comércio - PAC e Pesquisa Anual de Serviços - PAS). As informações sobre os gastos das famílias, foram provenientes da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF. As informações sobre as características das pessoas ocupadas no setor cultural, foram obtidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Para identificar os dispêndios governamentais nesse setor, foram utilizados o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e as bases de dados Execução Orçamentária dos Estados e Finanças Públicas do Brasil - FINBRA.

<sup>6</sup> Os estudos referentes a 2003 e 2003-2005 foram pautados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0. O estudo referente a 2007-2010 pautou-se na CNAE 2.0.

---

## Notas técnicas

**A** Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC, em sua terceira edição, tem 2014 como ano de referência e obteve informações relativas a todas as Unidades da Federação do País.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC se estende à totalidade dos municípios<sup>7</sup> do País desde a primeira edição, em 1999, e da mesma forma nos seguintes anos: 2001, 2002, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013. Esta 12ª edição da MUNIC, que tem 2014 como ano de referência, obteve informações relativas a todos os 5 570 municípios brasileiros.

Em 2014, ambas as pesquisas foram a campo acompanhadas de um Suplemento de Cultura: o Suplemento da MUNIC visou atualizar as informações investigadas por ocasião da MUNIC 2006; o Suplemento da ESTADIC foi utilizado pela primeira vez.

### Objetivos

A ESTADIC e a MUNIC se definem como pesquisas institucionais e de registros administrativos das gestões públicas estaduais e municipais, respectivamente, e se inserem entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados a essa escala. São, basicamente, levantamentos pormenorizados de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas estaduais e municipais, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem estes governos.

---

<sup>7</sup> Dois distritos brasileiros são tratados na pesquisa como municípios, por razões metodológicas: o Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a capital federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago localizado no Estado de Pernambuco. Em ambos os casos, informantes da administração local responderam o Questionário Básico.

O objeto de interesse da ESTADIC e da MUNIC é a gestão pública das esferas de administração no que se refere à organização dos governos estaduais e das prefeituras, bem como ao quadro funcional, estrutura e políticas públicas setoriais no âmbito das áreas pesquisadas.

Um importante aspecto a ser destacado refere-se à determinação dos informantes, tanto na prefeitura como no governo do estado. Com o firme propósito de qualificá-los, pessoal e profissionalmente, bem como ampliar seu comprometimento com a qualidade das respostas fornecidas, procedeu-se à sua identificação no final de cada um dos blocos setoriais específicos.

Cabe acrescentar que os temas e questões abordados nos Questionários Básicos e nos Suplementos de ambas as pesquisas visam responder às necessidades de informação da sociedade e do Estado brasileiro. Para tanto, a ESTADIC e a MUNIC têm por objetivo a consolidação de uma base de dados estatísticos e cadastrais atualizados que proporcionem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento dos quadros institucional e administrativo das Unidades da Federação e dos municípios brasileiros.

## **Unidades de investigação e informantes**

A unidade de investigação da ESTADIC é a administração pública estadual e a da MUNIC, a municipal, sendo o governo estadual e a prefeitura, respectivamente, os informantes principais, por meio dos diversos setores que os compõem. As instituições ligadas a outros poderes públicos constituem unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada Unidade da Federação e município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigados que detêm informações sobre os órgãos públicos e os demais equipamentos estaduais e municipais.

## **Período de referência**

A coleta das informações teve o ano de 2014 como referência, sendo realizada entre julho de 2014 e março de 2015, por meio de entrevista presencial. Em alguns temas, a data de coleta dos quesitos pode diferir, sendo que, neste caso, há referência explícita no questionário, quanto à data ou período da informação.

## **Abrangência geográfica**

As 27 Unidades da Federação e os 5 570 municípios brasileiros existentes no Território Nacional até 31 de dezembro de 2014 foram investigados pela ESTADIC e MUNIC, respectivamente.

Conforme frisado anteriormente, dois distritos brasileiros são tratados na MUNIC como municípios: o Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a capital federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago localizado no Estado de Pernambuco. Em ambos os casos, informantes da administração local responderam o Questionário Básico.

## Instrumentos de coleta

Em sua edição de 2014, a ESTADIC e a MUNIC investigaram, em seus Questionários Básicos, os seguintes temas relativos às administrações públicas estaduais e municipais: recursos humanos, comunicação e informática, educação, saúde, direitos humanos, segurança pública, segurança alimentar e vigilância sanitária.

Os Suplementos de Cultura inquiriram dados relativos ao órgão gestor de cultura nos estados e municípios; condições de infraestrutura utilizadas para o cumprimento desta função; características dos recursos humanos da cultura; políticas culturais; instrumentos de gestão; legislação específica; existência e características de conselhos e fundos relativos ao tema; ações, projetos e atividades desenvolvidos; atividades artísticas e artesanais, nas suas mais diversas manifestações; assim como meios de comunicação e equipamentos culturais.

Para auxiliar a coleta das informações dos questionários, foi elaborado o Manual de Coleta, contendo as instruções básicas e os conceitos técnicos necessários para a realização dos trabalhos do técnico de pesquisas do IBGE.

## Coleta dos dados e apuração

Em maio de 2014, foi realizado um treinamento centralizado em Nova Friburgo, Município do Rio de Janeiro, onde estiveram presentes os supervisores regionais de todas as Unidades Estaduais do IBGE, além de técnicos da Diretoria de Pesquisas, num total aproximado de 60 pessoas. Posteriormente, esse treinamento foi repassado para técnicos em mais de 500 Agências no País.

Após o processo de treinamento, procedeu-se à fase de coleta das informações, em que o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município e o governo do estado a seu encargo, com o objetivo de obter a indicação dos responsáveis, tanto na administração municipal como na estadual, que pudessem coordenar a coleta das informações nos vários setores. Esta pessoa foi entrevistada, diretamente, sempre que possível, e deveria manter contato com o pesquisador do IBGE quando houvesse a necessidade de esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo às pesquisas.

A entrada de dados foi realizada de forma descentralizada pela supervisão da pesquisa, na sede de cada Unidade Estadual do IBGE. A crítica de consistência dos dados coletados também foi efetuada em cada Unidade, com apoio do trabalho de apuração das informações pela equipe da Coordenação de População e Indicadores Sociais responsável pela ESTADIC e MUNIC.

Dois municípios não preencheram o Suplemento de Cultura da MUNIC: Brejo de Areia e Buriti, no Estado do Maranhão.

## Disseminação dos resultados

É necessário ressaltar que, diferentemente das demais pesquisas efetuadas pelo IBGE, as informações prestadas pelos governos estaduais e pelas prefeituras são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações a serem divulgadas individualmente. Esse contexto, embora não exima o IBGE da

responsabilidade final pelos dados ora divulgados, confere um caráter de maior corresponsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Um levantamento dessa natureza, de informações de caráter público, após os procedimentos de crítica e análise dessas informações, exige o respeito à sua integridade.

Os dados da ESTADIC e da MUNIC estão disponibilizados no portal do IBGE na Internet, nos canais Pesquisa de Informações Básicas Estaduais e Pesquisa de Informações Básicas Municipais, respectivamente, apresentando as informações de cada Unidade da Federação e município, individualmente.

Este volume contém, além dessas notas técnicas, um conjunto de capítulos com textos analíticos sobre diversas dimensões da cultura abordadas pelas pesquisas, em que são destacados os aspectos considerados mais relevantes pelos analistas que trabalharam em suas diversas fases. Também são apresentados os resultados por meio de um conjunto de cartogramas selecionados. Acompanha a publicação um CD-ROM contendo as bases de dados completas das pesquisas, com informações de cada Unidade da Federação e município, e as tabelas de resultados da MUNIC, que são produto de agregações dos dados de municípios por classes de tamanho da população, com base nas estimativas de população residente em 1º de julho de 2014, publicadas no *Diário Oficial da União*, por Grandes Regiões do País e por Unidades da Federação em que estão localizadas. Em conjunto, essas informações contribuem para a compreensão, a descrição e a análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa.

---

## Panorama do setor cultural

### Equipamentos culturais e meios de comunicação

Desde 1999 o tema de equipamentos culturais e meios de comunicação tem sido investigado pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, com intervalos não regulares. Com a edição deste suplemento, pela sétima vez, além da atualização da série histórica, será este o tema que permitirá uma abordagem mais completa do ponto de vista analítico. E mais rico, pois a existência de equipamentos culturais e meios de comunicação em uma cidade expressam o seu potencial da manifestação criativa, simbólica, comercial e associativa. Uma condição que não é necessária, nem suficiente para a qualificação dos conteúdos culturais de um município, mas que se apresenta como um fator de distinção, permitindo reconhecer o cenário no qual atuam os atores da gestão municipal.

Segundo o Suplemento de Cultura da MUNIC que foi a campo em 2006, "equipamentos culturais constituem o estoque fixo ligado à cultura existente no momento de pesquisa no município, aberto ao público, podendo ou não ser mantido pelo poder público de qualquer esfera, seja ele federal, estadual ou municipal" (PERFIL..., 2006, p. 101).

De acordo com o Suplemento de Cultura da MUNIC 2006:

A existência desses equipamentos e a presença dos meios de comunicação propiciam a veiculação de conteúdos culturais, embora não esgotem as inúmeras outras possibilidades de produção artística, artesanal e

simbólica. A infraestrutura para conteúdos culturais, por outro lado, não indica o fluxo dessas atividades, muito menos permite a sua avaliação mais qualitativa. O fato, por exemplo, de um município declarar que possui biblioteca pública, não nos permite deduzir sobre a quantidade dos livros existentes, sua temática, ou ainda sobre as condições em que se encontra esse equipamento. De qualquer forma, a simples existência ou não da infraestrutura indica processos de diferenciação entre as áreas geográficas do País, o porte populacional dos municípios, além de tendências que se afirmam no tempo e que se justificam por mudanças mais gerais de usos diferenciados, impactados pelo surgimento de novas tecnologias (PERFIL..., 2007b, p. 98).

A incidência de bibliotecas públicas no País, por si só é um caso que merece destaque não somente por ser o mais presente equipamento cultural nos municípios, mas também por revelar a importância da estatística oficial para a formulação de política setorial.

Em 2001, quando foi lançada a primeira publicação de resultados da MUNIC com dados de 1999, chamou a atenção o percentual de 76,3% dos municípios que tinham biblioteca pública.

A Tabela 1 permite um acompanhamento dos equipamentos culturais e meios de comunicação nos municípios brasileiros no período de 1999 a 2014. Observa-se que a captura do sinal de televisão aberta continuou sendo o meio de comunicação mais utilizado para acesso aos conteúdos culturais no Brasil. A pesquisa também mostra a contrapartida do crescente acesso à Internet por meio dos provedores e *lan houses* existentes nas cidades do País.

No Brasil, a primeira empresa de televisão foi criada em 1950. De acordo com o Anuário do Brasil de 1965, existiam 30 empresas de radiotelevisão no País, contando com 4 797 empregados. Das 30 empresas, 26 encontravam-se em capitais brasileiras. Em 1980, 55,2% dos moradores, segundo informações do Censo Demográfico divulgadas no Anuário Estatístico Brasileiro de 1983, possuíam televisão em seus domicílios e 11,6% tinham telefone fixo (ESTATÍSTICAS..., 2006). Em 2013, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 97,2% dos domicílios particulares permanentes tinham televisão e 75,2% dos brasileiros de 10 anos ou mais de idade possuíam telefone celular.

Ainda segundo a Tabela 1, a captura do sinal da televisão aberta, universalizada, teve a contrapartida de 12,1% dos municípios brasileiros que, em 2014, produziram conteúdo por meio de emissoras geradoras de TV.

Os provedores de Internet apresentaram-se em 65,5% dos municípios, tendo crescimento de 43,6% entre 2006 e 2014.

**Tabela 1 - Percentual de municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação, com indicação da variação percentual, segundo o tipo - Brasil - 1999/2014**

Tipo	Percentual de municípios com equipamentos culturais e meios de comunicação (%)							Variação 2014/2006 (%)
	1999	2001	2005	2006	2009	2012	2014	
TV aberta	98,3	-	-	95,2	-	-	99,9	4,9
Biblioteca pública	76,3	78,7	85,0	89,1	93,2	97,0	97,1	9,0
Estádio ou ginásio	65,0	75,9	77,4	82,4	86,7	89,4	91,5	11,0
Lan house	-	-	-	-	-	80,7	82,4	-
Clube ou Associação recreativa	-	70,4	-	72,6	61,4	65,6	66,1	(-) 9,0
Provedor de Internet	16,4	22,7	46,0	45,6	55,6	57,4	65,5	43,6
Rádio comunitária	-	-	-	48,6	52,6	59,3	64,1	31,9
Videolocadora	63,9	64,1	77,5	82,0	69,6	43,2	53,7	(-) 34,5
Estação de rádio FM	33,9	38,2	51,3	34,3	35,1	38,3	46,9	36,7
Loja de discos, cds, fitas e dvds	34,4	49,2	54,8	59,8	44,9	43,0	40,4	(-) 32,4
Unidade de ensino superior	-	19,6	31,1	39,8	38,3	39,5	39,9	0,3
Centro cultural	-	-	-	24,8	29,6	33,9	37,0	49,2
Jornal impresso local	-	-	-	36,8	-	-	35,5	(-) 3,5
Espaço para Circo	-	-	-	-	-	-	34,8	-
Livraria	35,5	42,7	31,0	30,0	28,0	25,2	27,4	(-) 8,7
Museu	15,5	17,3	20,5	21,9	23,3	25,0	27,2	24,2
Banca de Jornal	-	-	-	-	-	-	25,0	-
Teatro ou sala de espetáculos	13,7	18,8	20,9	21,2	21,1	22,4	23,4	10,4
Estação de rádio AM	20,2	20,6	21,7	21,2	21,3	21,7	23,4	10,4
Centro de Artesanato	-	-	-	-	-	-	22,2	-
Arquivo público ou centro de documentação	-	-	-	-	-	18,0	21,7	-
Ponto de Leitura	-	-	-	-	-	-	15,1	-
Geradora de TV	9,1	8,4	10,7	9,6	10,9	11,6	12,1	26,0
Revista impressa local	-	-	-	7,7	-	-	11,8	53,2
Cinema	7,2	7,5	9,1	8,7	9,1	10,7	10,4	19,5
Shopping center	6,2	7,3	6,7	7,0	6,3	6,3	6,7	(-) 4,3
Concha Acústica	-	-	-	-	-	-	6,4	-
Ponto de Memória	-	-	-	-	-	-	4,9	-
Galeria de Arte	-	-	-	-	-	-	4,7	-
TV comunitária	-	-	-	2,3	-	-	3,5	52,2
Circo Fixo	-	-	-	-	-	-	0,7	-
TV a cabo	6,7	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999/2014.

Outra observação importante quanto à diferenciação entre o acesso à Internet e às redes sociais e o acesso audiovisual tradicional é a comparação entre o surgimento vigoroso das *lan houses*, presentes em 82,4% dos municípios em 2014, e o decréscimo verificado nas videolocadoras, que atingiram o seu ponto máximo em 2006, 82,0% dos municípios, e decresceram para 53,7% em 2014. Também as lojas de discos, CDs, fitas e DVDs sofreram um decréscimo na cobertura municipal.

As rádios, em suas diferentes formas, continuaram a ter um grande valor na audiência da população brasileira. Note-se a importância da rádio comunitária nos municípios (64,1%) frente à televisão comunitária (3,5%) em 2014: a produção e a transmissão de som por meio de uma rádio comunitária é 18,3 vezes maior do que a produção e a transmissão de imagem por uma televisão comunitária nos municípios do País.

Os equipamentos culturais tradicionais (museus, teatros, livrarias e centros culturais) apresentaram-se menos frequentes, se comparados aos principais meios de comunicação audiovisual e à biblioteca. O destaque é para o crescimento, nos municípios, de centros culturais, museus e teatros ou salas de espetáculos. As livrarias estavam em 27,4% dos municípios em 2014, após um recuo observado entre 2001 e 2012.

As bancas de jornais encontravam-se em 25,0% dos municípios em 2014.

Em relação ao mercado editorial, a proporção de municípios que têm uma edição própria de jornal impresso local se manteve estável entre 2006 e 2014, registrando 35,5% neste último ano. A proporção de municípios com revistas impressas locais aumentou de 7,7% para 11,8%, nesse período. Pontos de leitura, investigados apenas em 2014, encontravam-se presentes em 15,1% dos municípios.

Cinema e *shopping center* tiveram, respectivamente, cobertura em 10,4% e 6,7% das cidades.

Os arquivos públicos ou centros de documentação, atingiram 21,7% dos municípios em 2014. Os pontos de memória estavam presentes em apenas 4,9% dos municípios.

Centros de artesanatos e conchas acústicas foram pesquisados pela primeira vez nesta edição do Suplemento de Cultura, com incidências em 22,2% e 6,4%, respectivamente, dos municípios.

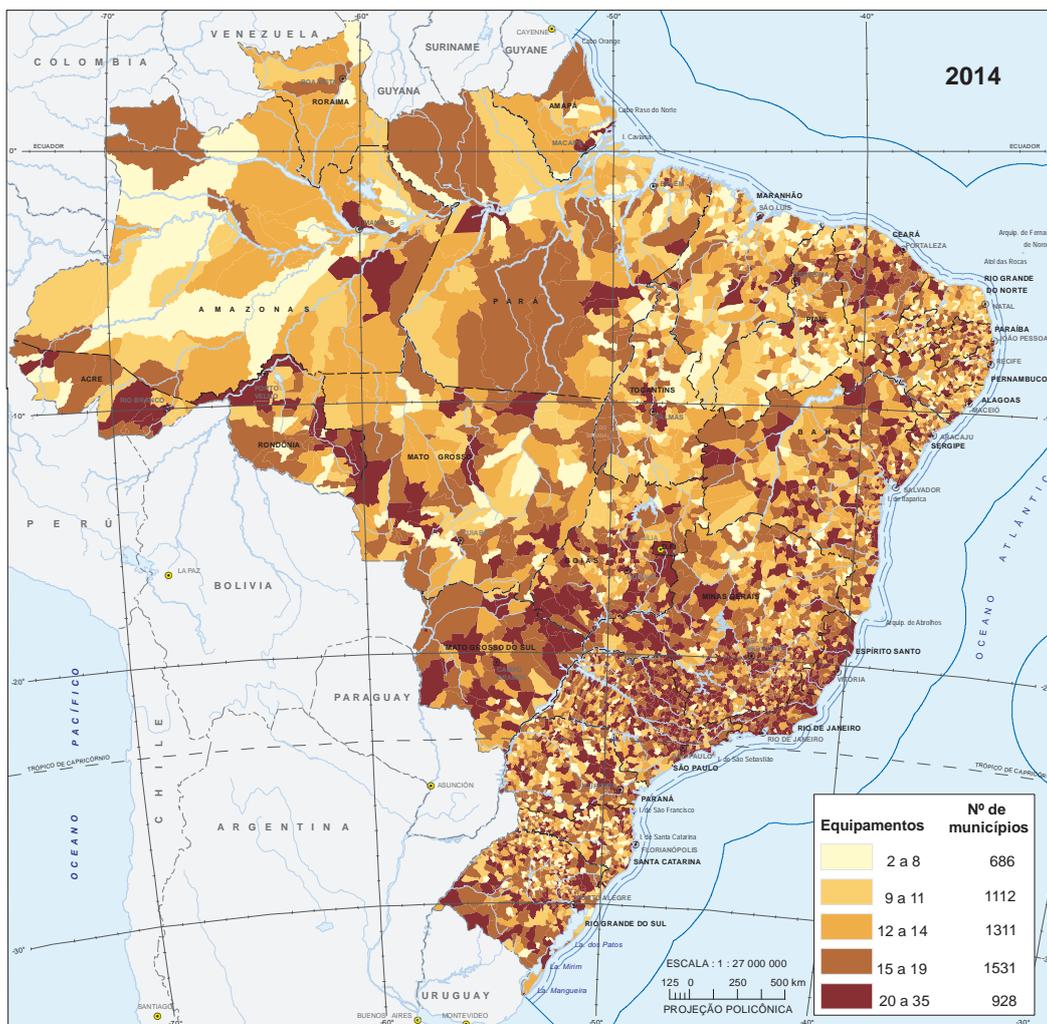
Quanto ao circo, uma das mais tradicionais formas de expressão artística diversificada, 34,8% dos municípios destinaram um espaço para a realização deste espetáculo em 2014, entretanto, somente 0,7% tem circo fixo, o que afinal se justifica pela sua natureza de contínuo deslocamento (Tabelas 57 a 64, disponíveis no CD-ROM).

Para sintetizar o conjunto das informações sobre os equipamentos culturais e os meios de comunicação existentes nos municípios brasileiros, calculou-se um indicador que é a soma de todos os itens ali incidentes (Cartograma 1). Para o ano de 2014 procedeu-se este somatório e considerou-se uma unidade a mais para cada canal de televisão aberta, cujo sinal é captado, entre os sete possíveis. Assim o indicador variou entre 2 e 35 para cada município. Além disso, calculou-se a média deste indicador municipal por Unidade da Federação, identificando melhor um padrão regional agregado.

De acordo com os resultados, percebe-se uma diferenciação nas regiões do País, do ponto de vista cultural. De um lado os estados das Regiões Norte e Nordeste (exceções do Estado do Ceará, Pernambuco, e Bahia), com um menor número médio de equipamentos em seus municípios. Do outro lado, as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com diferenciações importantes dentro dos estados, sendo encontradas as mais elevadas médias no sul e oeste de Minas Gerais, sul de Goiás, região metropolitana e entorno da cidade de São Paulo, leste do Paraná e sul do Rio Grande do Sul. Mato Grosso do Sul e Espírito Santo também apresentaram médias municipais elevadas. O Distrito Federal, por ser uma única unidade, apresenta o maior indicador mas não

apresenta um espaço fixo para atividades de circo. O Rio de Janeiro, dentre as demais Unidades da Federação, é a que detém a maior média para os equipamentos culturais e dos meios de comunicação.

**Cartograma 1 - Número de equipamentos culturais e meios de comunicação existentes nos municípios - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Se consideramos os municípios com até 20 mil habitantes, que abrigavam 16,1% do total da população, em 2014, a média dos equipamentos e mídia municipal era de 12,8. Obtém-se um aumento expressivo e atinge-se no indicador 31,6 para os municípios com mais de 500 mil habitantes, que concentram cerca de um terço da população brasileira. Se considerarmos apenas as capitais, existiam em média 32,4 equipamentos ou mídias culturais.

A urbanização, as distinções regionais, que refletem as desigualdades espaciais internas inerentes aos estados, o processo de colonização pelas capitais, em boa parte pelo vetor litorâneo e oposto à interiorização, o assentamento e o deslocamento populacional constituem fatores conhecidos que contribuem para explicar o padrão da distribuição da infraestrutura cultural do País.

Quanto aos equipamentos culturais mantidos pela gestão estadual, as 27 Unidades da Federação mantinham bibliotecas públicas e museus e apenas o Estado do Tocantins não mantinha nenhum teatro.

**Quadro 1 - Unidades da Federação que mantinham equipamentos culturais, por tipo de equipamento - 2014**

Grandes Regiões	Unidades da Federação	Bibliotecas públicas	Museus	Teatros ou salas de espetáculos	Centro cultural (1)	Arquivo público e/ou centro de documentação	Centro de artesanato	Estádios ou ginásios poliesportivos
<b>Brasil</b>		<b>27</b>	<b>27</b>	<b>26</b>	<b>23</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>11</b>
<b>Norte</b>	Rondônia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
	Acre	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Amazonas	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Roraima	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
	Pará	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	Amapá	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Tocantins	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Piauí	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Ceará	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Rio Grande do Norte	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Paraíba	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
	Pernambuco	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	Alagoas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Sergipe	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Bahia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	Espírito Santo	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	São Paulo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
<b>Sul</b>	Paraná	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
	Santa Catarina	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	-
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	Mato Grosso	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Distrito Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

(1) Local destinado a atividades artístico-culturais e que conta com mais de dois tipos diferentes de equipamentos culturais em uso.

## Atividades artísticas

As atividades artísticas constituíram, a partir de 2005, um novo tema para a MUNIC, replicado em 2006, com um maior número de categorias e incorporado também à ESTADIC em 2014. Em 2006, ressaltou-se no texto de análise que: “Os grupos artísticos existentes nos municípios brasileiros mostram as potencialidades de fluxos culturais prevaletentes nas cidades do País, permitindo detalhar padrões e, ao mesmo tempo, confrontá-los com as demais atividades identificadas pela pesquisa e com indicadores sobre equipamentos e infraestrutura culturais instalados” (CULTURA..., 2007, p. 87).

Assim, pode-se observar, de acordo com os resultados da MUNIC de 2014 que, para os 19 tipos de grupos artísticos pesquisados nos municípios brasileiros, os de artesanato estavam presentes em 78,6% das cidades, seguido pelas manifestações tradicionais populares (71,9%), de dança (68,5%), banda (68,4%), de capoeira (61,7%), grupos musicais (54,6%), corais (50,4%), blocos carnavalescos (46,9%) e os de teatro (43,4%). Não se pode deixar de notar que a música e a dança percorrem transversalmente o conteúdo das manifestações culturais nos municípios, exceção ao artesanato.

Na comparação entre 2006 e 2014, destaca-se a evolução da proporção de municípios com grupos de atividades de cineclube (223,8%), circo (134,5%) e orquestra (92,2%), e a retração da porcentagem daqueles com grupos de artes plásticas e visuais (-11,7%).

**Tabela 2 - Percentual de municípios com grupos artísticos, com indicação da variação percentual, segundo o tipo de atividade desenvolvida - Brasil - 2006/2014**

Tipo de atividade desenvolvida	Percentual de municípios com grupos artísticos (%)		Variação 2014/2006 (%)
	2006	2014	
Artesanato	64,3	78,6	22,2
Manifestação tradicional popular	47,2	71,9	52,3
Dança	56,1	68,5	22,1
Banda	53,2	68,4	28,6
Capoeira	48,8	61,7	26,4
Grupo musical	47,2	54,6	15,7
Coral	44,9	50,4	12,2
Bloco carnavalesco	34,2	46,9	37,1
Teatro	39,9	43,4	8,8
Orquestra	11,5	22,1	92,2
Artes plásticas e visuais	22,2	19,6	(-) 11,7
Escola de samba	11,4	14,6	28,1
Associação literária	9,4	13,8	46,8
Cineclube	4,2	13,6	223,8
Gastronomia	-	13,6	-
Arte digital	-	7,2	-
Moda	-	6,8	-
Circo	2,9	6,8	134,5
Design	-	5,1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

## Atividades artesanais

As atividades artesanais complementam o quadro originário da produção cultural brasileira. A atividade do artesão aproxima a arte da atividade laboral, popular por excelência, em tese fora dos padrões da indústria cultural. Mas os processos criativos contemporâneos foram capazes de redefinir os contornos do conhecimento tradicional estabelecido, democratizando o acesso à tecnologia, e estabelecendo novos procedimentos produtivos.

As atividades artesanais se prestam a estas mudanças e desafios. Mas o traço da tradição pode levar à compreensão dos motivos da redução de atividades artesanais no Brasil entre 2006 e 2014, embora o bordado mantenha a sua estabilidade como a mais presente atividade artesanal nos municípios brasileiros, em 76,2%, em 2014 (Tabela 3).

Ao mesmo tempo a culinária típica, o artesanato em vidro, a tecelagem, o artesanato com material reciclável e com conchas, formaram exceções e tiveram um crescimento entre 2006 e 2014.

**Tabela 3 - Percentual de municípios com atividades artesanais, com indicação da variação percentual, segundo o tipo de atividade desenvolvida - Brasil - 2006/2014**

Tipo de atividade desenvolvida	Percentual de municípios com atividades artesanais (%)		Variação 2014/2006 (%)
	2006	2014	
Bordado	75,4	76,2	1,1
Madeira	39,7	34,1	(-) 14,1
Culinária típica	18,1	30,3	67,4
Barro	21,5	17,5	(-) 18,6
Material reciclável	19,5	24,9	27,7
Fibras vegetais	16,5	12,7	(-) 23,0
Fios e fibras	14,4	13,0	(-) 9,7
Tapeçaria	12,7	6,3	(-) 50,4
Couro	9,4	8,7	(-) 7,4
Frutas e sementes	9,8	6,9	(-) 29,6
Renda	7,5	7,1	(-) 5,3
Tecelagem	9,5	12,9	35,8
Pedras	4,0	2,9	(-) 27,5
Conchas	1,8	2,0	11,1
Vidro	1,2	1,8	50,0
Pedras preciosas	1,3	1,1	(-) 15,4
Metal	1,7	1,4	(-) 17,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

## Ponto de cultura

O Ministério da Cultura trabalha no sentido de propor políticas e um plano para a cultura, articulados com o formato federativo, ao mesmo tempo em que observa o princípio da diversidade, estabelecendo uma convivência com a sociedade civil organizada. Uma política empreendida com este objetivo central foi a do Ponto de Cultura.

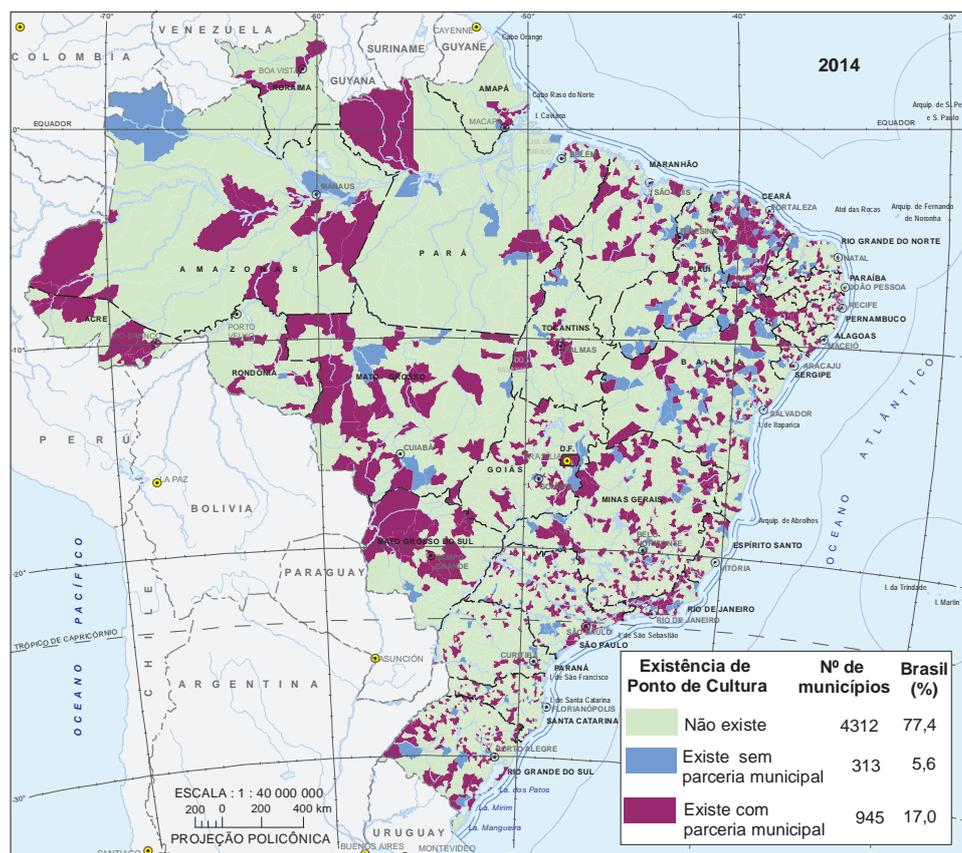
Essa experiência procura fortalecer a produção cultural tradicional, da periferia, do interior, da população indígena, mas também ser um instrumento de mobilização da

juventude, incorporando a cultura digital e os novos sentidos de criação existentes no País. Pretende, também, articular os conteúdos comunitários, promover a inclusão social, fortalecer a cidadania, a geração de emprego e renda e firmar identidades culturais.

Os Pontos de Cultura são formados por entidades jurídicas selecionadas pelo Ministério da Cultura, através de projetos que respondem a um edital. O processo de seleção é feito por uma comissão especializada e, se aprovado o projeto, a entidade firma um convênio plurianual para sua execução, recebendo um financiamento. Uma entidade pode constituir mais de um ponto até, no máximo, quatro. É necessário ainda uma contrapartida financeira de um terço do valor total do convênio.

Existiam em 2014, segundo as informações prestadas pelas prefeituras à MUNIC, 3 422 pontos de cultura no País. Pelo Cartograma 2 observa-se que os Estados do Rio de Janeiro e Ceará eram os maiores percentuais de municípios com pontos de cultura em seus municípios: 64,1% e 59,8%. Ressalte-se também a presença em torno de um terço dos municípios nos Estados de Pernambuco (34,6%), Espírito Santo (32,1%), Acre (31,8%), Piauí (29,0%), Bahia (27,6%) e Amazonas (27,4%).

**Cartograma 2 - Municípios com pontos de cultura - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

O tamanho populacional é determinante para a incidência de um ponto de cultura em um município, pois aumenta continuamente entre as faixas, de 9,2% (para os municípios de até 5 mil habitantes), atingindo 79,5% para aqueles de mais de 500 mil pessoas residentes. Os pontos de cultura estão presentes em 92,6% das capitais brasileiras (Tabela de resultado 45, disponível no CD-ROM).

---

## Gestão da política de cultura

Os fundamentos de uma política cultural democrática instituída como política pública, direito do cidadão e dever do Estado está na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no artigo 215:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

O texto constitucional combinado com a ampliação do conceito de cultura – todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, também observado pela Constituição de 1988 –, passou a exigir a construção de um aparato institucional bem mais robusto na área da política cultural.

Com relação à gestão de políticas públicas culturais, um dos desafios diz respeito às relações intergovernamentais, que é o de organizar e equilibrar o direito à utilização e produção da cultura, pelos cidadãos, com o modelo tripartite de federalismo, instituído pela Constituição Brasileira de 1988.

Conhecida como Constituição Cidadã, inova em aspectos essenciais, especialmente no que concerne à descentralização político-administrativa, alterando as normas e regras centralizadoras e distribui as competências entre a União e os poderes regionais (Estados) e locais (municípios). Também com a descentralização aumenta o estímulo à maior participação das coletividades locais – sociedade civil organizada – e, portanto, ao processo de controle social.

Os entes federados são, em tese, dotados de autonomia administrativa e fiscal, com compartilhamento de poderes nos seus respectivos territórios. Essa autonomia pressupõe repartição de competências para o exercício e desenvolvimento de sua atividade normativa: cabem à União as matérias e questões de interesse geral, nacional; aos estados, as matérias e assuntos de interesse regional; e aos municípios, os assuntos de interesse local.

Considerando que o conceito de cultura engloba o conjunto dos saberes e dos fazeres, a relação estado e cultura está presente no conjunto dos órgãos que compõem o governo.

## Órgão gestor

Gestão é uma competência exclusiva do poder público que implica no exercício de funções de coordenação, articulação, negociação, planejamento, acompanhamento, controle, avaliação e auditoria. Executar a política de cultura é a principal competência do gestor estadual e municipal da área.

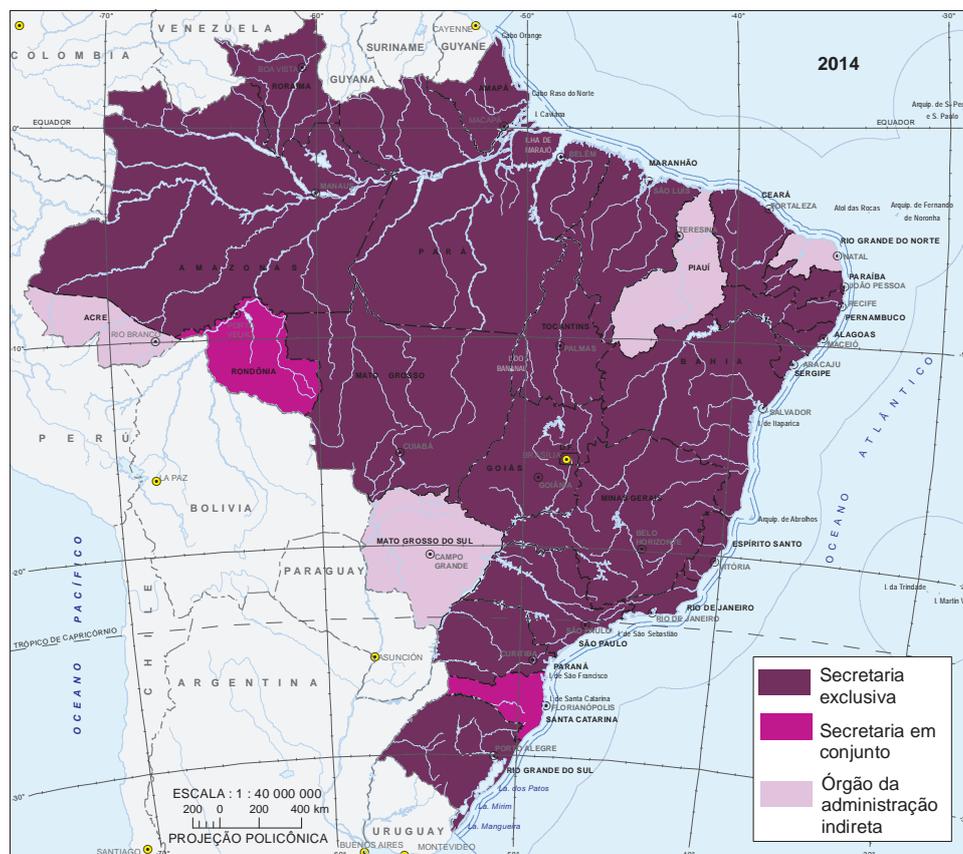
O órgão gestor da cultura tem sob sua responsabilidade, em princípio, formular e implementar uma política a partir da realidade das Unidades da Federação e dos municípios, não apenas em termos de sua vida cultural, mas também levando em consideração a sua realidade socioeconômica.

A institucionalização de um órgão oficial de cultura, seja no formato de secretaria de cultura ou como em outro modelo similar, especialmente o de fundação, na administração indireta constitui um diferencial para potencializar as funções da gestão cultural dentro da estrutura administrativa e burocrática do poder público, especialmente dos municípios.

Nessa perspectiva, o órgão gestor da cultura representa um dos principais agentes condutores e executores da política, dos programas e projetos culturais no âmbito dos estados e dos municípios. A institucionalização da área cultural, credencia-a para uma atuação permanente e estruturante, oportunizando o acesso aos recursos disponíveis de ordem tecnológica, financeira, estratégica e humana, objetivando a fruição dos bens, produtos e serviços culturais.

Tal como a União, que desde 1985 possui um órgão específico para tratar a Cultura, todos os estados e o Distrito Federal já possuíam, em 2014, estrutura específica para a gestão da cultura, com características diversas e como parte integrante da administração direta ou indireta do estado.

A importância do setor cultural na agenda dos governos estaduais se revela ao examinar o número de Unidades da Federação que possuíam secretarias exclusivas (21) e como órgão da administração indireta, mais especificamente como fundação pública (4) que, somadas, estavam presentes em 25 Unidades da Federação. Apenas os Estados de Santa Catarina e Rondônia tinham secretaria em conjunto com outras políticas, e entre as áreas compartilhadas estavam o turismo, o esporte e o lazer.

**Cartograma 3 - Caracterização do órgão gestor estadual de cultura - Brasil - 2014**

Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A institucionalização de um órgão oficial de cultura, é de relevante importância para a formulação, construção e gestão da política cultural. A existência de instrumentos de gestão, instâncias de participação e de mecanismos de financiamento é fundamental para dinamizar a política e a economia da cultura, bem como potencializar e alavancar o desenvolvimento das atividades artístico-culturais. Percebe-se uma relação entre a caracterização dos órgãos gestores de cultura e a existência destes instrumentos. Nas gestões estaduais, pelo fato de todas as Unidades da Federação possuírem estruturas específicas para a política cultural, a relação entre o órgão gestor e a existência dos instrumentos é menos evidente, mas mesmo assim, os 3 estados que possuíam plano de cultura elaborado em 2014, tinham como gestor da política uma secretaria exclusiva.

**Tabela 4 - Número de Unidades da Federação com política, plano, conselho, conferência e fundo de cultura, segundo a caracterização do órgão gestor - Brasil - 2014**

Caracterização do órgão gestor	Número de Unidades da Federação				
	Total	Plano de cultura	Conselho de cultura	Conferência de cultura	Fundo de cultura
Secretaria exclusiva	21	3	21	20	19
Secretaria em conjunto	2	-	2	2	2
Órgão da administração indireta	4	-	4	4	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

De acordo com as informações do Suplemento de Cultura da MUNIC 2014<sup>8</sup>, 5 260 (94,5%) municípios tinham alguma estrutura organizacional para tratar da cultura. Do total, 308 (5,5%) municípios não tinham nenhuma estrutura institucional dedicada à política cultural.

Em 2014, em 3 014 municípios, a cultura era parte de uma secretaria em conjunto com outras políticas, em sua maioria responsável também pela educação, turismo, lazer e esporte.

Em 220 municípios a cultura era vinculada diretamente à chefia do Executivo.

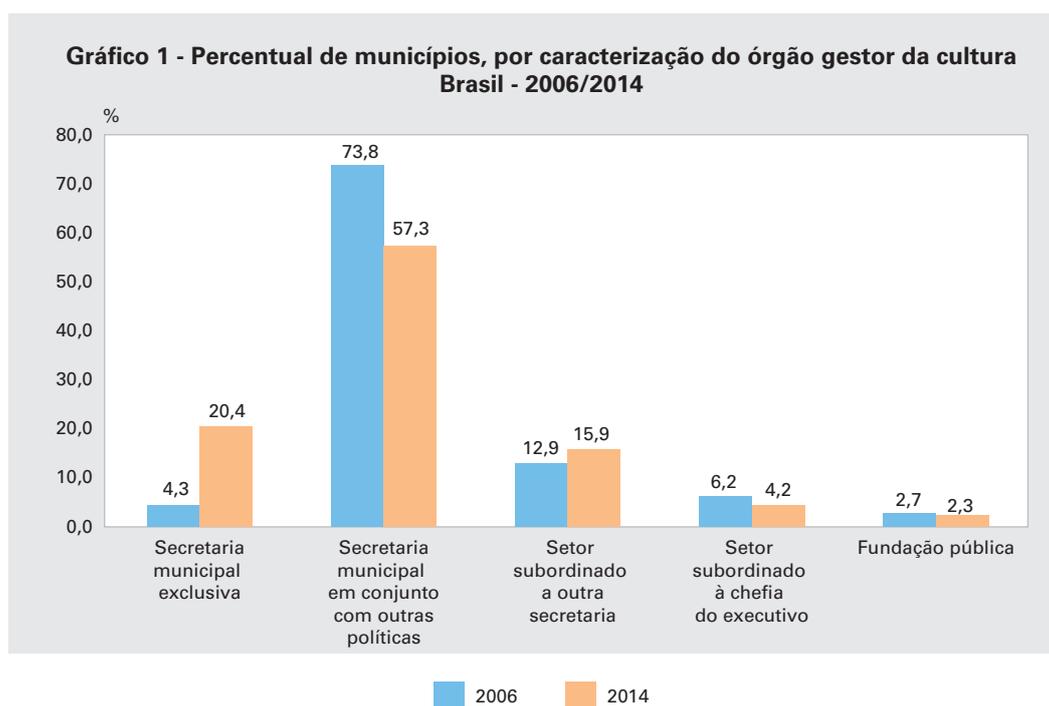
Eram, em 2014, 1 073 municípios com secretaria exclusiva para a política cultural e 119 com órgão da administração indireta, como fundações públicas.

Em comparação com a primeira ocasião em que a MUNIC investigou o Suplemento de Cultura, no ano de 2006, houve um declínio no percentual de municípios brasileiros que responderam possuir alguma estrutura em 2014, passando de 97,5% (5 426) para 94,5% (5 260), respectivamente. Fato este já apontado nos anos de 2009 e 2012, quando a MUNIC levou a campo bloco temático de cultura.

Esse declínio se verificou em quase todas as classes de tamanho da população e em todas as Grandes Regiões. Com relação ao ano de 2014, apesar do declínio no percentual de municípios com estrutura na área de cultura, nos municípios com 50 001 a 100 000 habitantes e nos com mais de 500 000 habitantes, o percentual se manteve estável em relação ao ano de 2006.

Apesar do decréscimo no número de municípios com estrutura organizacional para tratar da política cultural, dentre os municípios com órgão gestor de cultura, percebe-se maior especialização dessas estruturas em 2014, em comparação com 2006. Houve um aumento significativo de municípios com secretarias que tratam especificamente do tema. Enquanto os municípios com secretarias exclusivas passaram de 4,3% (236), em 2006, para 20,4% (1 073), em 2014, os com secretarias em conjunto com outras políticas passaram de 73,8% (4 007), para 57,3% (3 014), no mesmo período.

<sup>8</sup> Dois municípios não responderam ao Suplemento de Cultura da MUNIC 2014, Brejo de Areia e Buriti, no Estado do Maranhão.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

A comparação de 2006 com 2014 indica que essa ampliação significativa ocorreu em todas as classes de tamanho da população e em todas as regiões.

Dentre as Unidades da Federação, no ano de 2014, o Estado do Maranhão foi o que apresentou a maior proporção de municípios de seu âmbito, com estrutura organizacional para a política de cultura, caracterizado como secretaria exclusiva, 62,8% (124), e a menor foi o de Santa Catarina, 2,4% (7) (Tabela 2, disponível no CD-ROM).

A existência de estrutura específica para a gestão da política cultural, com relação à caracterização do órgão gestor e à existência de instrumentos de gestão fica mais evidente no âmbito dos municípios. Analisando-se os resultados do Suplemento da MUNIC 2014, constatou-se que os municípios com secretaria exclusiva e órgão da administração indireta para gerir a cultura eram também os que apresentavam maiores percentuais de municípios com instrumentos de gestão, participação e mecanismos de financiamento. Na outra ponta estavam os municípios que não possuíam estrutura de gestão.

**Tabela 5 - Municípios, total e percentual dos municípios com plano, conselho, conferência e fundo de cultura, segundo a caracterização do órgão gestor - Brasil - 2014**

Caracterização do órgão gestor	Municípios				
	Total	Percentual (%)			
		Plano de cultura	Conselho de cultura	Conferência de cultura	Fundo de cultura
Secretaria exclusiva	1 073	15,2	52,2	61,7	29,5
Secretaria em conjunto	3 014	6,6	35,9	51,5	17,9
Setor subordinado a outra secretaria	834	6,1	36,0	38,8	18,1
Setor subordinado diretamente à chefia do executivo	220	6,4	36,4	37,3	15,0
Órgão da administração indireta	119	26,9	78,2	90,8	53,8
Não possui estrutura específica	308	2,6	11,4	20,8	1,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

## Perfil dos gestores e recursos humanos

Nas Unidades da Federação, o perfil dos gestores da área, no que diz respeito ao sexo e escolaridade estava distribuído da seguinte forma: 19 Unidades da Federação com gestores do sexo masculino e com ensino médio completo (1), ensino superior completo (8) ou pós-graduação (10), e nas demais 8 Unidades, gestoras do sexo feminino com ensino superior completo (3) e pós-graduação (5) (Tabelas 7 e 8, disponíveis no CD-ROM).

O total das pessoas ocupadas na área de cultura na administração estadual, em 2014, segundo a ESTADIC, era 9 278. Considerando que o total do pessoal ocupado na administração direta e indireta dos governos estaduais e distrital era de 2 192 543<sup>9</sup>, o pessoal ocupado na área de cultura representava 0,4% dos servidores estaduais.

Quanto à composição por regime de vínculo empregatício, dos 9 278 servidores da área de cultura, 45,9% (4 254) era de estatutários e 23,6% (2 186) era somente comissionado. A participação do pessoal sem vínculo permanente foi de 10,5% (970) e dos estagiários de 10,3% (956). Os servidores sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e os cedidos foram os que apresentaram os menores percentuais, 3,5% (331) e 6,2% (581), respectivamente.

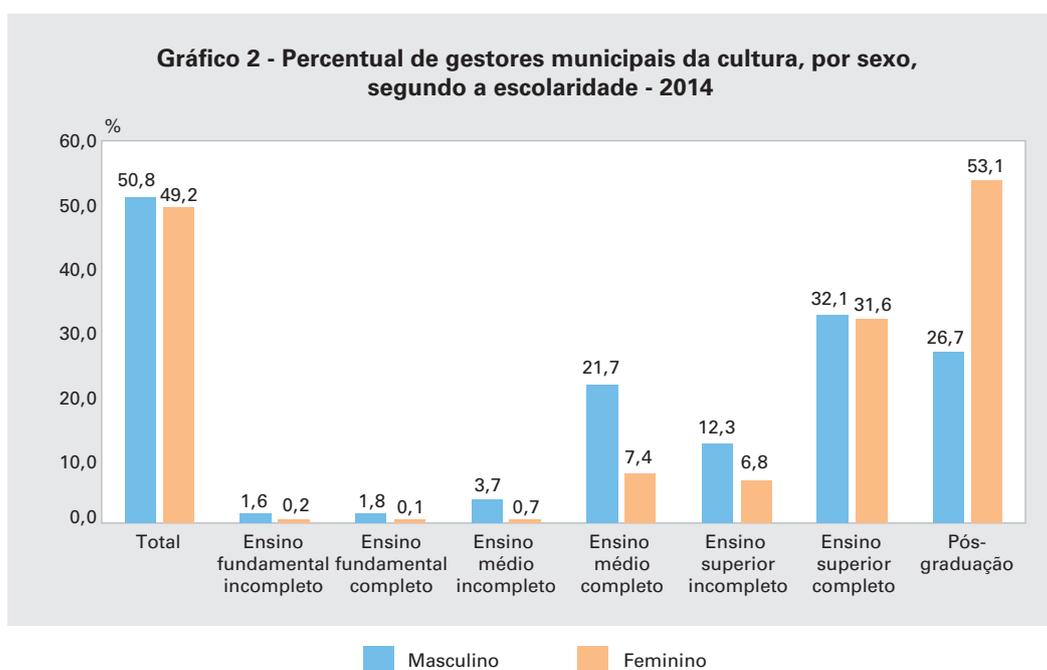
Com relação a escolaridade, 36,1% (3 349) possuem ensino superior completo. Entre aqueles com ensino superior completo, 530 eram pós-graduados e representavam 5,7% do total das pessoas ocupadas na área da cultura. 530 eram pós-graduados e representavam 5,7% do total das pessoas ocupadas na área da cultura.

Com relação ao sexo e escolaridade dos gestores municipais<sup>10</sup>, 50,8% (2 269) dos gestores eram do sexo masculino e 49,2% (2 582), do sexo feminino. Os gestores com ensino superior completo ou pós-graduação apresentavam os maiores percentuais

<sup>9</sup> Perfil dos estados e municípios brasileiros: gestão pública 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

<sup>10</sup> Dos 5 260 municípios com órgão gestor de cultura, 9 não informaram o sexo e a escolaridade dos gestores.

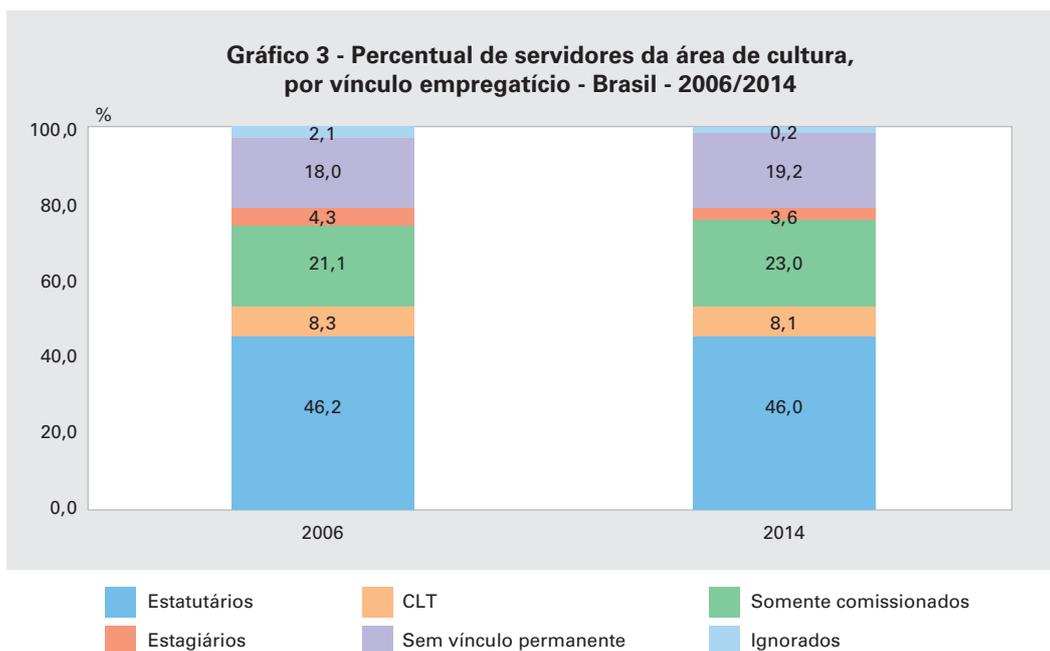
tanto para o sexo feminino como para o masculino. Dos gestores do sexo masculino, 21,7% (580) tinham ensino médio completo, 32,1% (858) ensino superior completo e 26,7% (712) pós-graduação. Com relação às gestoras, 31,6% (816) tinham ensino superior completo e 53,1% (1 372) pós-graduação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

Em 2006, havia 57 611 servidores na área de cultura da administração municipal e tendo-se em conta que o total de pessoal ocupado na administração direta e indireta municipal era de 5 078 678, servidores da cultura eram apenas 1,1% deste total, segundo a M<sub>UNIC</sub> realizada naquele ano. Quanto ao ano de 2014, eram 67 123 servidores na área de cultura e o total do pessoal ocupado na administração direta e indireta municipal era de 6 530 557 (1,0% dos servidores municipais).

Em 2014, assim como em 2006, o quadro de recursos humanos das administrações municipais na área de cultura era composto, em sua maioria, por servidores estatutários, que perfaziam o montante de 30 897 pessoas em 2014, e 26 590 em 2006. A segunda maior modalidade contratual era a dos somente comissionados, com 15 413 e 12 181, respectivamente em 2014 e 2006. Os sem vínculo permanente, representavam 19,2% (12 914, sendo 2 035 cedidos de outros órgãos), em 2014 e 18,0% (10 344) em 2006. Com os menores percentuais os servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (em 2014 eram 5 419, e em 2006, 4 796 servidores), e os estagiários (em 2014 eram 2 403, e em 2006, 2 466).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

Nota: Alguns municípios não discriminaram o quantitativo de servidores por vínculo.

---

# Infraestrutura da gestão cultural e capacitação de servidores

## Infraestrutura da gestão cultural

A informatização de determinados processos no setor que cuida da gestão cultural é um dos indicadores potenciais da sua capacidade técnica e administrativa. Por conta disso, a utilização de sistemas informatizados para gerenciar políticas culturais, foram considerados como elementos para avaliar as condições das gestões tanto ao nível estadual quanto municipal.

Do total das Unidades da Federação, 18 utilizavam sistemas informatizados voltados para a política cultural, sendo a maior parte deles (13) voltadas para o cadastramento de projetos e solicitação de apoios, ou seja, um reconhecimento das demandas encaminhadas ao setor pelos segmentos da sociedade. A segunda funcionalidade dos sistemas mais presente para 12 Unidades da Federação era a de acompanhamento da execução dos projetos cadastrados, enquanto a terceira era a realização do cadastro de agentes e objetos culturais (11).

Os Estados de Tocantins, Pernambuco e São Paulo tinham cinco dos seis tipos de funcionalidades dos sistemas informatizados, seguidos por Acre, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso com quatro.

Quanto aos municípios, apenas 13,1% utilizavam sistemas informatizados em sua gestão cultural, sendo a mesma prioridade estabelecida para os estados: cadastramento de projetos e solicitação de apoios, acompanhamento e execução dos projetos cadastrados e cadastramento de agentes e objetos culturais.

**Quadro 2 - Unidades da Federação que utilizaram sistemas informatizados para gerenciar a política de cultura, por características dos sistemas, segundo as Grandes Regiões - 2014**

Grandes Regiões	Unidades da Federação	A Unidade da Federação utiliza sistemas informatizados para gerenciar a política de cultura	O sistema permite					
			Cadastramento de projetos culturais, pelos agentes, para solicitação de apoio	Acompanhamento da execução dos projetos cadastrados	Realiza cadastro de agentes e objetos culturais	Realiza planejamento orçamentário da política de cultura	Realiza a gestão do patrimônio cultural	Realiza a gestão de equipamentos culturais
<b>Brasil</b>		<b>18</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>5</b>
<b>Norte</b>	Rondônia	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
	Acre	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
	Amazonas	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
	Roraima	Não	-	-	-	-	-	-
	Pará	Não	-	-	-	-	-	-
	Amapá	Não	-	-	-	-	-	-
	Tocantis	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Não	-	-	-	-	-	-
	Piauí	Não	-	-	-	-	-	-
	Ceará	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
	Rio Grande do Norte	Não	-	-	-	-	-	-
	Paraíba	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
	Pernambuco	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
	Alagoas	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Sergipe	Não	-	-	-	-	-	-
Bahia	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Não	-	-	-	-	-	-
	Espírito Santo	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	São Paulo	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
<b>Sul</b>	Paraná	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	-
	Santa Catarina	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
	Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Não	-	-	-	-	-	-
	Mato Grosso	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
	Goiás	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não
	Distrito Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

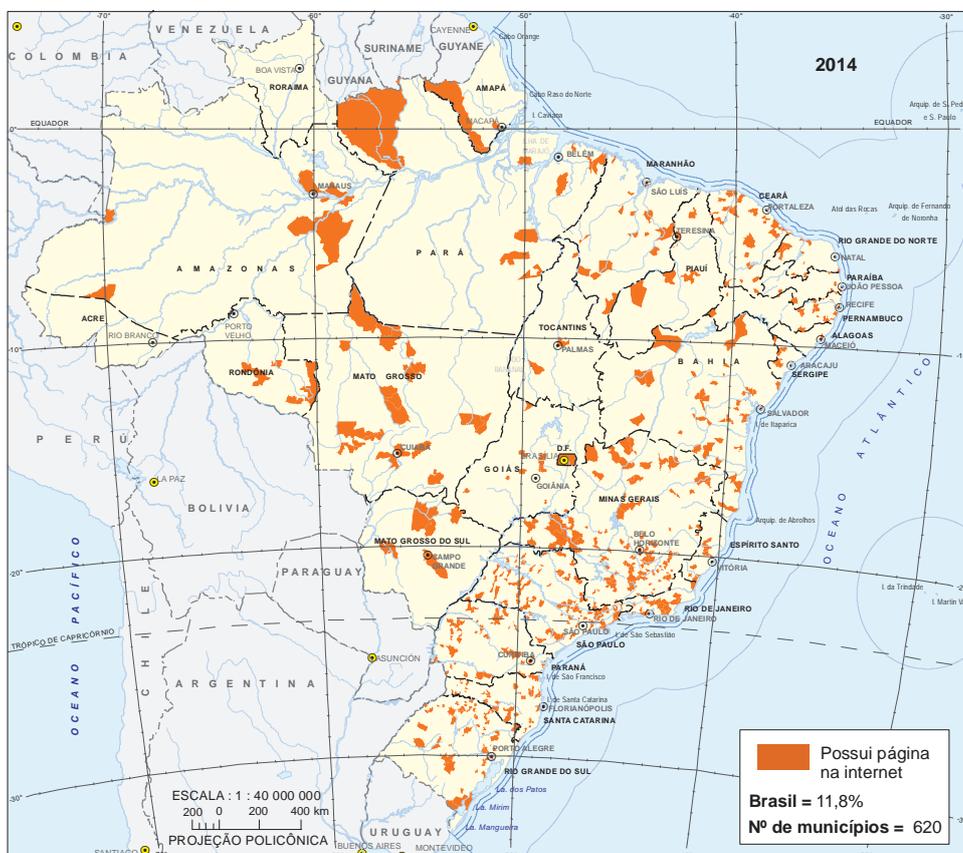
A informatização cresce de acordo com o porte populacional do município, partindo de 9,4% entre aqueles com até 5 mil habitantes, para alcançar 53,8% para os com 500 mil e mais. (Tabela 5, disponível no CD-ROM).

Os sete estados que contam com a maior informatização de sistemas em seus municípios são: Rio de Janeiro (22,8%), Minas Gerais (17,1%), Pernambuco (16,8%), Pará e Rio Grande do Sul (16,7%), Ceará (15,2%) e Mato Grosso (14,9%) (Tabela 6, disponível no CD-ROM).

De uma forma geral, em 2014, os estados apresentavam um bom nível de infraestrutura informacional, embora mereça destaque o fato dos Estados de Roraima, Amapá e Paraíba, segundo as informações da ESTADIC, não possuírem àquela época página na Internet com conteúdo cultural exclusivo e sob a responsabilidade do órgão gestor da área.

A existência de páginas com conteúdo cultural exclusivo era realidade para 11,8% dos municípios brasileiros com órgão gestor de cultura (Cartograma 6), um percentual muito restrito, porém bem superior aos 1,9% encontrado no ano de 2006. No Rio de Janeiro a proporção de municípios com este tipo de *link* cultural é o maior do País: 24,4%, seguido pelo Amapá com 18,8%, embora sejam 3 dos seus 16 municípios), Mato Grosso (18,5%), São Paulo (17,8%), Santa Catarina (16,3%), Minas Gerais (14,9%) e Ceará (14,3%).

**Cartograma 4 - Municípios em que o órgão gestor da cultura possui página na Internet  
Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

De uma forma geral as gestões culturais municipais que se informatizaram mais nos últimos oito anos, contam com até dois computadores em sua maioria (embora 11,3% dos municípios afirmaram não contar com nenhum), e têm acesso à Internet (Tabelas 3 e 4, disponíveis no CD-ROM).

A comunicação eletrônica pelo uso de computadores e pela rede pode ser um dos fatores que contribuíram para a redução do percentual de telefones entre os municípios de 89,5% para 76,6% entre 2006 e 2014.

## Capacitação dos servidores públicos municipais

Se o nível de escolarização dos gestores e dos funcionários públicos estaduais e municipais no Brasil vem melhorando ao longo do tempo, o mesmo também ocorre em relação aos lotados no setor cultural. Esta é uma das dimensões que qualifica e diferencia a capacidade de gestão cultural, na medida em que produz impactos positivos no planejamento e nos resultados da ação de governo.

Das 27 Unidades da Federação, 24 ofereceram nos 12 meses que antecederam a realização da pesquisa algum curso de capacitação na área da cultura para seus servidores, sendo que 22 estados apontaram o curso de elaboração e gestão de projetos entre os escolhidos. Dos oito cursos específicos investigados pela ESTADIC, o Estado do Rio de Janeiro ofereceu todos e o Espírito Santo e o Mato Grosso do Sul, sete. Em 22 Unidades da Federação os cursos foram realizados por meio de parceria.

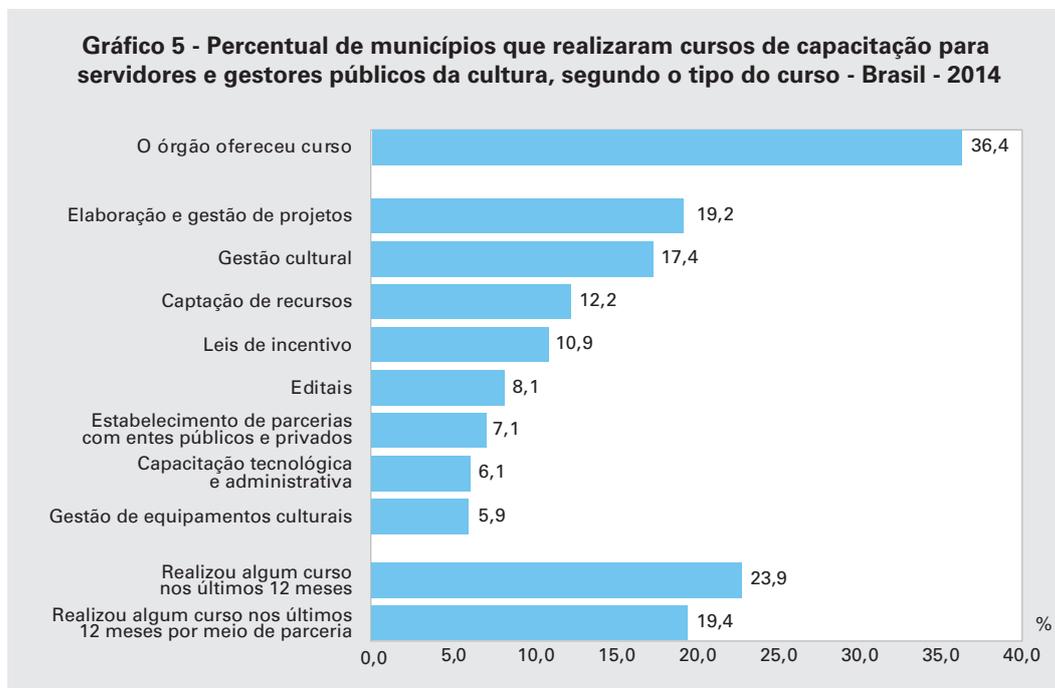
**Quadro 3 - Unidades da Federação que oferecem e ofereceram cursos de capacitação na área de cultura para seus servidores, por tipo de curso segundo as Grandes Regiões - 2014**

Grandes Regiões	Unidades da Federação	A gestão estadual ofereceu cursos de capacitação para servidores e gestores públicos da cultura (1)	Temas da capacitação								Cursos realizados por meio de parceria
			Curso de Elaboração e gestão de projetos	Curso de Gestão cultural	Curso de Editais	Curso de Capacitação tecnológica e administrativa	Curso de Leis de incentivo	Curso de Captação de recursos	Curso de Gestão de equipamentos culturais	Estabelecimento de parcerias com entes públicos e privados	
<b>Brasil</b>		<b>24</b>	<b>22</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>22</b>
<b>Norte</b>	Acre	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim
	Amazonas	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
	Roraima	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Pará	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
	Amapá	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
	Tocantis	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
	Piauí	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
	Ceará	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Rio Grande do Norte	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Paraíba	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
	Pernambuco	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
	Alagoas	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
	Bahia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
	Espírito Santo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	São Paulo	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
<b>Sul</b>	Santa Catarina	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
	Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	-	Sim	Sim	Sim
	Mato Grosso	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
	Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Distrito Federal	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

(1) As mesmas Unidades da Federação responderam que realizam os cursos normalmente e que realizaram pelo menos um deles nos últimos 12 meses

Os municípios brasileiros empreenderam bem menos do que os estados a função da capacitação na área cultural. Do total, 36,4% o fizeram em algum momento, sendo que 23,9% nos 12 meses anteriores à pesquisa.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

A elaboração e gestão de projetos foi a preocupação predominante e comum para estados e municípios na capacitação dos servidores. O curso de gestão cultural foi visto como de maior importância para os municípios, seguindo-se a captação de recursos e a lei de incentivos fiscais. A hierarquia de incidência para os cursos não é totalmente coincidente entre os dois entes federados, assim como a parceria para a realização da capacitação, que foi menos recorrente nas municipalidades e mais presente nos estados.

---

## Plano de cultura e políticas culturais

A formulação e a execução de uma política pública voltada para a cultura e a inter-relação com as demais políticas, é o que define a importância do tema para um determinado governo nacional, estadual ou local.

Esta articulação posiciona a cultura dentro do circuito institucional e administrativo, do governo, do legislativo, da herança jurídica, das relações federativas. Define o empreendimento futuro através da estratégia, dos recursos de toda ordem (físicos, financeiros, humanos, tecnológicos, intangíveis) necessários para que se cumpram objetivos, planos, metas, programas, projetos e ações. Estabelece o tempo para que o que foi planejado aconteça. Monitora sua ação para detectar o imprevisto, corrigir rumos ou estabelecer novos caminhos. Utiliza e prioriza a informação como companheira inseparável no procedimento de pensar, agir, refletir e reagir. Torna o procedimento político uma função coletiva.

Segundo o Quadro 4, a seguir, apenas três estados brasileiros tinham plano de cultura formalizado, em 2014: Amazonas, Alagoas (o único regulamentado por instrumento legal) e Mato Grosso. Os demais estados declararam que seus planos estavam em elaboração em diversos estágios, sendo que Sergipe declarou que estava para ser sancionado. Nos Estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul os planos encontravam-se nas mãos do executivo, ou seja, em uma das etapas finais do processo para sua aprovação.

De acordo com o Quadro 5, preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural é o maior objetivo da política cultural nas Unidades da Federação (23).

Os três objetivos mais citados seguintes, no entanto, mostram uma mudança de perfil. Tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população (20 Unidades da Federação), democratizar a gestão cultural (16) e integrar a cultura ao desenvolvimento local (14) mostram um aspecto ao mesmo tempo com o enfoque no bem-estar, associado à democracia e ao desenvolvimento.

**Quadro 4 - Unidades da Federação com Plano Estadual de Cultura, por características, segundo as Grandes Regiões - 2014**

Grandes Regiões	Unidades da Federação	Plano Estadual de Cultura	Características do plano								Vi-gên-cia
			Fase da elaboração	Forma de participação da sociedade civil na elaboração do plano							
				Audi-ência públi-ca	Metas	Fó-runs	Con-ferên-cia	Grupo de traba-lho	Con-sulta públi-ca		
<b>Norte</b>	Rondônia	Em elaboração	No legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Acre	Em elaboração	No legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amazonas	Não é regula-mentado	-	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	2024
	Roraima	Em elaboração	No legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amapá	Em elaboração	Discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-
	Tocantis	Em elaboração	Discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Em elaboração	Discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-
	Piauí	Em elaboração	No legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ceará	Em elaboração	No legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rio Grande do Norte	Em elaboração	No executivo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Paraíba	Em elaboração	No legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Pernambuco	Em elaboração	Discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alagoas	Tem plano	-	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	2013
	Sergipe	Em elaboração	Para sanção	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bahia	Em elaboração	No executivo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Em elaboração	No legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Espírito Santo	Em elaboração	No executivo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	Em elaboração	No legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-
	São Paulo	Em elaboração	Discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Sul</b>	Paraná	Em elaboração	Discussão com a sociedade	-	-	-	-	-	-	-	-
	Santa Catarina	Em elaboração	No legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Rio Grande do Sul	Em elaboração	No executivo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Em elaboração	No executivo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Mato Grosso	Não é regula-mentado	-	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	2016
	Goiás	Em elaboração	No legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distrito Federal	Em elaboração	No legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

**Quadro 5 - Unidades da Federação, por objetivos da política cultural, segundo as Grandes Regiões - 2014**

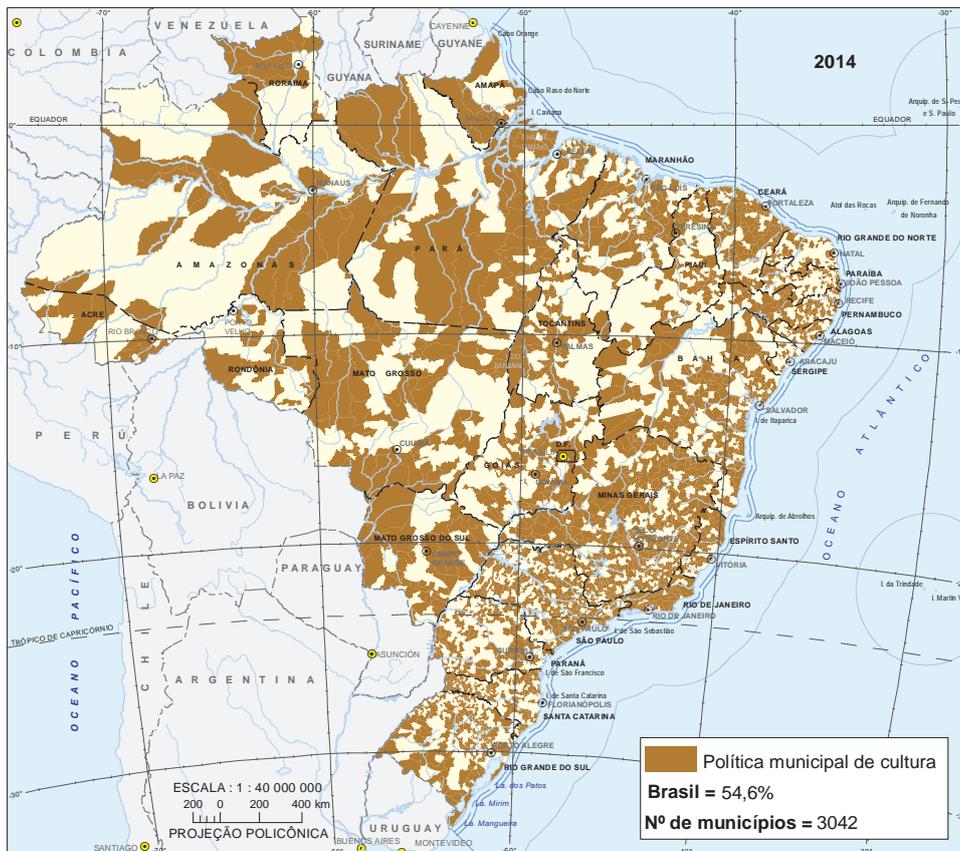
Grandes Regiões	Unidades da Federação	Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural	Tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população	Democratizar a gestão cultural	Integrar a cultura ao desenvolvimento local	Dinamizar as atividades culturais do estado	Garantir a sobrevivência das tradições culturais locais	Descentralizar a produção cultural	Ampliar o grau de participação social nos projetos culturais
<b>Brasil</b>		<b>23</b>	<b>20</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>10</b>
<b>Norte</b>	Rondônia	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
	Acre	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
	Amazonas	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
	Roraima	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
	Pará	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Amapá	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
	Tocantis	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
	Piauí	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Ceará	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
	Rio Grande do Norte	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
	Paraíba	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
	Pernambuco	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
	Alagoas	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
	Sergipe	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Bahia	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
	Espírito Santo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
	São Paulo	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>Sul</b>	Paraná	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
	Santa Catarina	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
	Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Sim
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
	Mato Grosso	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
	Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Distrito Federal	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

A mensuração da existência de política cultural nos municípios traz, por sua vez, duas surpresas. Primeiro, pouco mais da metade (54,6%) das cidades tinham uma política para o setor. Segundo, o declínio em 3,3 pontos percentuais, daqueles que declararam ter esta formulação política, entre 2006 e 2014.

Esta proporção era de 43,1% e 52,4% para os municípios que têm até 5 mil habitantes e aqueles na faixa de mais 10 a 20 mil. Eleva-se, para 65,9% na faixa seguinte de mais de 20 a 50 mil, para atingir 88,5% nas capitais e 97,4% nos municípios com mais de 500 mil habitantes (Tabelas 15 e 16, disponíveis no CD-ROM).

**Cartograma 5 - Municípios com política municipal de cultura - Brasil - 2014**

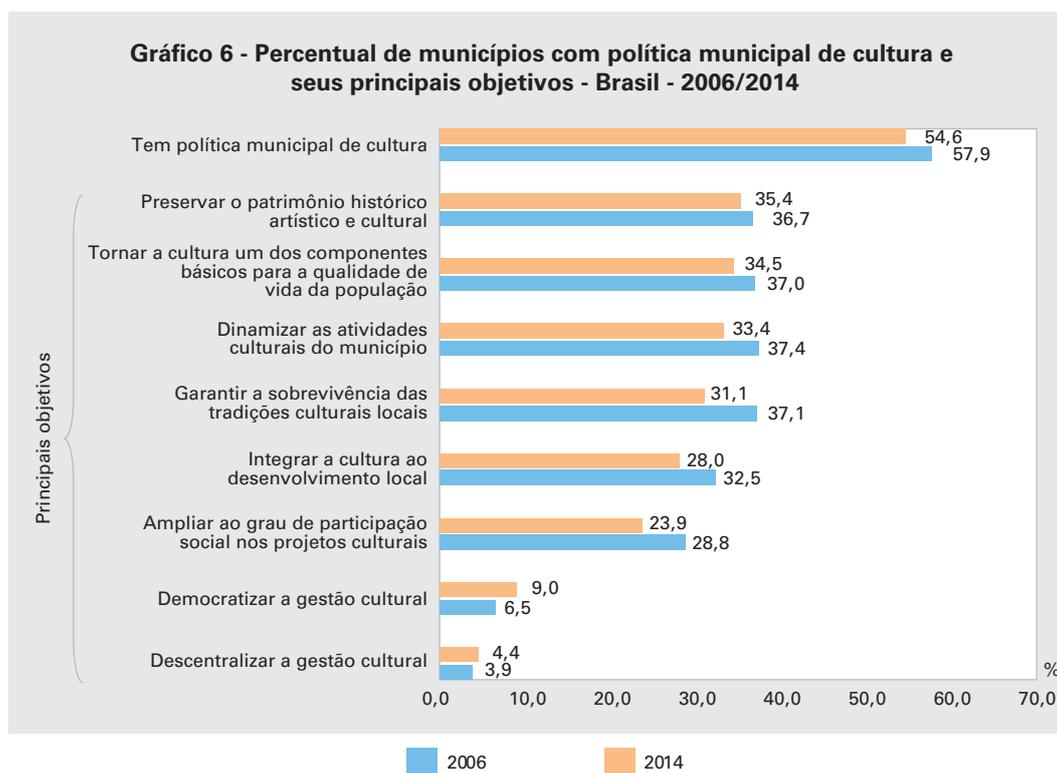


Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Outro ponto relevante é a mudança no padrão de importância observada nos resultados do Suplemento de Cultura das pesquisas do ano de 2006 e 2014.

Em 2006, os objetivos principais da política de cultura foram a dinamização das atividades culturais do município (37,4%), garantir a sobrevivência das tradições culturais locais (37,1%) e a preservação dos patrimônios histórico, artístico e cultural (36,7%). Estes três objetivos representavam uma política pautada em valores de uma gestão tradicional.

Em 2014, ainda que a preservação dos patrimônios histórico, artístico e cultural seja o principal objetivo (35,4%), tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população (34,5%) e dinamizar as atividades culturais no município (33,4%) dão um sentido mais dinâmico e com uma preocupação social para as gestões da cultura de uma forma geral.

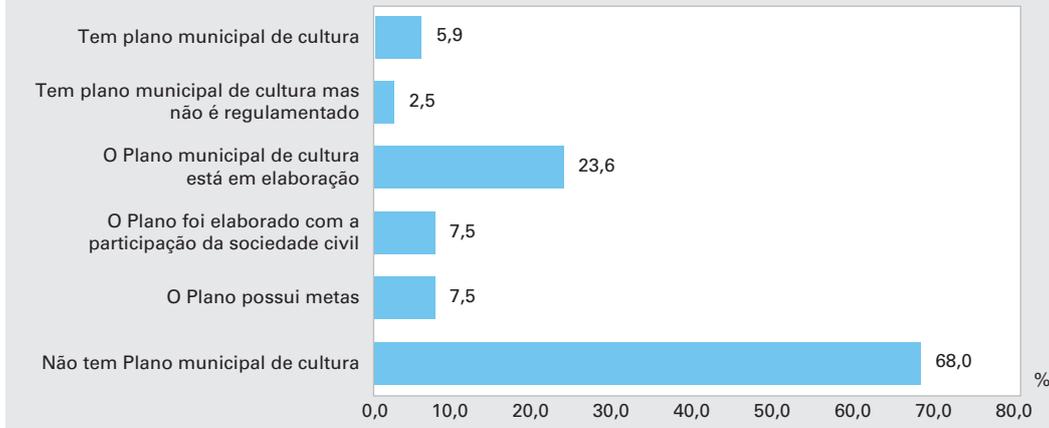


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

Cabe ainda ressaltar diferenças estabelecidas entre estados e municípios, embora a concordância com a prioridade em relação ao patrimônio e à qualidade de vida. A gestão estadual de cultura elege um número mais limitado e menos tradicional de objetivos, e por uma pauta mais extensa de objetivos naqueles que têm políticas que merece uma melhor discriminação.

Outro indicador que mostra lacunas para o exercício da função da cultura no plano municipal é a praticamente inexistência de planos municipais de cultura, uma forma sistematizada de reconhecer estrategicamente a atividade. Apenas 5,9% dos municípios possuíam plano de cultura regulamentado por instrumento legal em 2014 e 2,5% afirmaram ter o plano sem regulamentação por instrumento legal. Outros 23,6% declararam que o plano está em elaboração.

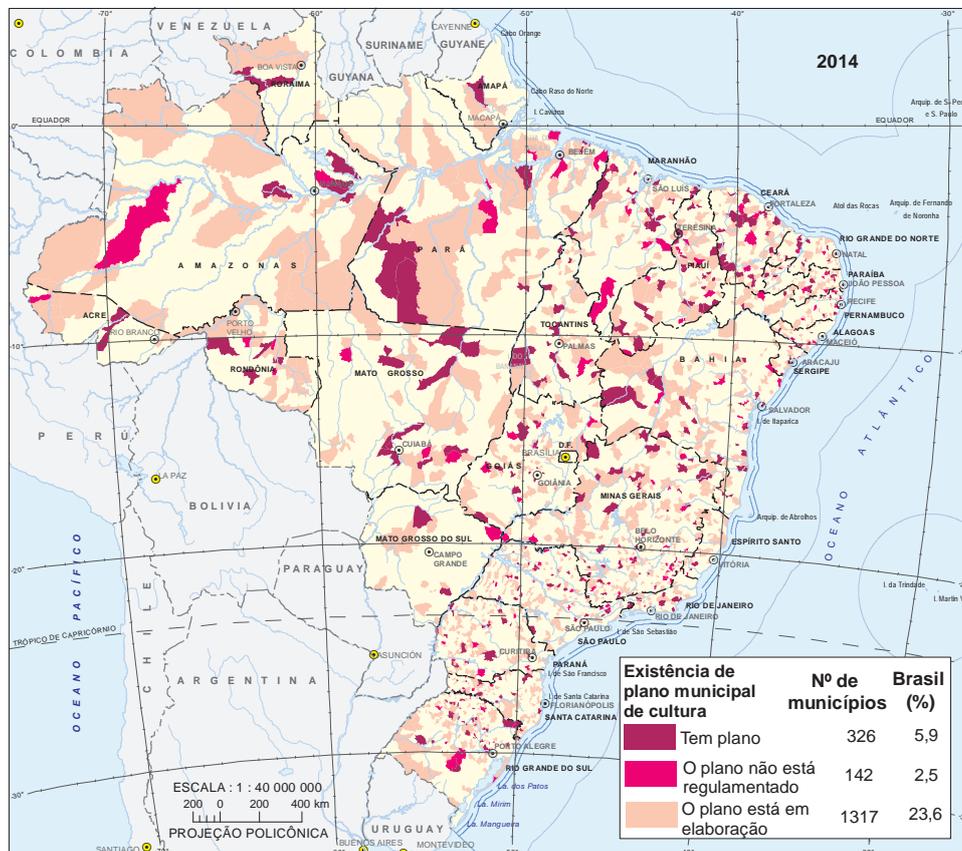
**Gráfico 7 - Percentual de municípios que têm plano municipal de cultura, segundo algumas características - Brasil - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

A existência de planos municipais é rarefeita por todos os estados, entretanto estes são mais presentes nas cidades mais populosas onde alcançou, em 2014, uma proporção razoável: 24,1% nas que tinham entre 100 a 500 mil habitantes e 33,3% nas com 500 mil ou mais (Tabela 19, disponível no CD-ROM).

**Cartograma 6 - Municípios com plano municipal de cultura - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

## **Programa e ação cultural para a produção cultural local autossustentável**

O conceito de economia criativa e autossustentável baseia-se na capacidade de indivíduos, segmentos ou grupos, não estabelecidos através de cadeias formais de produção ou serviços, estabelecerem um empreendimento através de uma formulação criativa, ou seja, de uma ideia, que tenha sustentabilidade, mas que possa ser estimulada, financeiramente ou não.

O poder público, estadual ou municipal, através do reconhecimento deste tipo de atividade, muito consoante com o que se propõe a cultura, especialmente nos seus arranjos e formatação contemporânea, pode servir como fomentador, catalizador e agente ao apoio a este tipo de empreendimento.

De acordo com o Quadro 6, entre as Unidades da Federação, 18 afirmaram ter algum programa ou ação para a produção local autossustentável em 2014, com o destaque para formação, capacitação, qualificação ou educação capaz de incentivar competências criativas (15 Unidades da Federação), articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos (14) e criação, produção, circulação ou distribuição de bens e serviços criativos (12). Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás desenvolveram os seis programas citados pela ESTADIC.

No que diz respeito aos municípios 26,9% afirmaram ter algum programa ou ação para a produção local autossustentável em 2014. A articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos foi a ação mais mencionada (13,8%), seguida pela formação, capacitação, qualificação ou educação capaz de incentivar competências criativas (13,3%).

O Rio de Janeiro tem a maior proporção de municípios com programas ou ações nesta área (52,2%), seguido pelo Amapá e Pernambuco (43,8%), Acre (40,9%), Roraima (40,0%) e Mato Grosso do Sul (39,2%) (Tabela 22, disponível no CD-ROM).

A correlação do indicador para estados e municípios mostra que o conceito da sustentabilidade encontra-se mais presente, enquanto elemento para formulação de políticas públicas, na área da cultura nos estados brasileiros do que nos municípios em geral e que ambos têm em comum o desenvolvimento de programas e ações voltadas para a formação, capacitação, qualificação ou educação capaz de incentivar competências criativas, articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos.

**Quadro 6 - Unidades da Federação que desenvolvem programa ou ação para a produção cultural local autossustentável, por tipo do programa ou ação, segundo as Grandes Regiões - 2014**

Grandes Regiões	Unidades da Federação	Desenvolve programa ou ação para a produção cultural local autossustentável	Programa ou ação desenvolvido					
			Formação, capacitação, qualificação ou educação para competências criativas	Articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos	Criação, produção, circulação ou distribuição de bens e serviços criativos	Consumo ou uso de bens e serviços criativos	Atendimento e suporte técnico a profissionais e a empreendimentos criativos	Criação ou adequação de marcos legais para os setores criativos
<b>Brasil</b>		<b>18</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>7</b>
<b>Norte</b>	Rondônia	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Acre	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	Amazonas	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
	Roraima	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
	Pará	Não	-	-	-	-	-	-
	Amapá	Não	-	-	-	-	-	-
	Tocantins	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Piauí	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
	Ceará	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
	Rio Grande do Norte	Não	-	-	-	-	-	-
	Paraíba	Não	-	-	-	-	-	-
	Pernambuco	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Alagoas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Sergipe	Não	-	-	-	-	-	-
	Bahia	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Espírito Santo	Não	-	-	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	São Paulo	Não	-	-	-	-	-	-
<b>Sul</b>	Paraná	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim	-
	Santa Catarina	Não	-	-	-	-	-	-
	Rio Grande do Sul	Não	-	-	-	-	-	-
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
	Mato Grosso	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não
	Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Distrito Federal	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

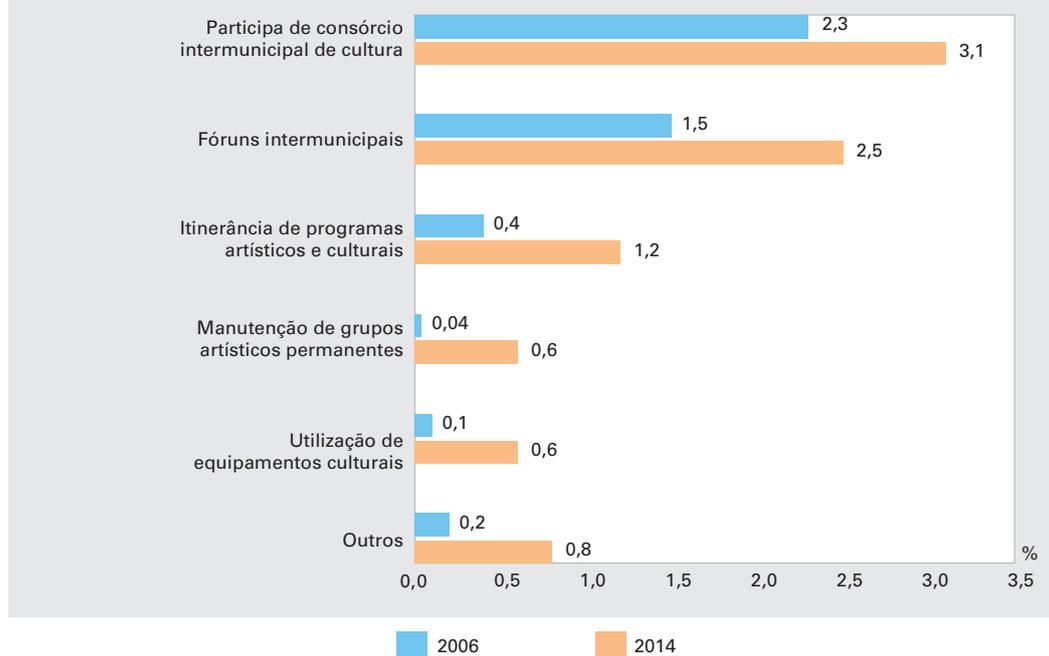


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

## Existência de consórcios

A existência de consórcios municipais vem sendo investigada pela MUNIC desde a sua existência em 1999. Isto se deve à compreensão de que a associação entre municípios, que na verdade não é o único tipo de consórcio possível, permite desenvolver mais plenamente a sua capacidade de articulação para além dos limites estabelecidos tradicionalmente pelo desenho federativo. Permite ainda ampliar possibilidades de composição no território e na região que atendam de forma mais efetiva determinadas demandas, seja do ponto de vista da sociedade, seja do ponto de vista da própria racionalidade da gestão.

No caso da cultura, um adicional importante se agrega aos modelos de consórcios originais. Pois além de possibilidades materiais, como por exemplo, compartilhar equipamentos culturais móveis, ou mesmo fixos, a dimensão da cultura com a sua matéria-prima intangível, permite troca de acordos criativos, simbólicos e de conhecimento, entre cidades, com suas tradições, perfis, experiências, desenvolvimento de tecnologia. Porém, apenas 3,1% dos municípios brasileiros se consorciavam em 2014. Em 2006 eram 2,3%. A maior parte dos consórcios serviu para realização de fóruns (2,5%), itinerância de programas artísticos e culturais (1,2%), manutenção de grupos artísticos permanentes (0,6%) e utilização de equipamentos culturais (0,6%).

**Gráfico 9 - Percentual de municípios que participam de consórcio intermunicipal de cultura - Brasil - 2006/2014**

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

Desta vez a maior incidência não se encontra na faixa dos municípios mais populosos e sim na que a antecede de mais de 100 a 500 mil habitantes (6,5%) e nenhuma capital forma consórcio cultural. Para os municípios de menor porte populacional a proporção de consorciados encontra-se abaixo do percentual do País (Tabelas 17 e 18, disponíveis no CD-ROM).

Dos 171 municípios que se declaram consorciados, alguns deles sem contiguidade, destacam-se os 35 encontrados em São Paulo, 29 no Rio Grande do Sul, 24 em Minas Gerais, 19 em Santa Catarina, 13 no Espírito Santo, 7 em Pernambuco e outros 7 no Maranhão.

## Promoção de atividades audiovisuais

Os suplementos de cultura da ESTADIC e da MUNIC de 2014 detalharam a atuação da gestão municipal como indutora de atividades culturais. Uma destas atividades foi a audiovisual, uma das formas mais reveladoras de identidade cultural e das manifestações criativas.

Considerando o apoio, de uma forma geral, à promoção, que envolve o aspecto financeiro, os festivais, as atividades de preservação, conservação e recuperação dos acervos documentais e as atividades cineclubistas foram as que mereceram a maior atenção por parte das Unidades da Federação. O Estado de Pernambuco e da Bahia são aqueles que mais apoiaram e promoveram as cinco atividades selecionadas pela pesquisa.

Das 27 Unidades da Federação, 24 apoiaram financeiramente a produção de filmes, destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul com 60 filmes produzidos nos 12 meses anteriores à aplicação da pesquisa, Pernambuco, com 54 filmes e São Paulo, com 42. Foram produzidos, no total 480 filmes, sendo 229 de curta, 113 de média e 138 de longa duração.

**Tabela 6 - Unidades da Federação que apoiaram financeiramente a produção de filmes nos últimos 12 meses - 2014**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Apoio a produção de filmes nos últimos 12 meses			
	Total	Curta-metragem (até 15 minutos)	Média-metragem (entre 15 e 70 minutos)	Longa-metragem (acima de 70 minutos)
<b>Brasil</b>	<b>480</b>	<b>229</b>	<b>113</b>	<b>138</b>
Rondônia	-	-	-	-
Acre	17	10	5	2
Amazonas	30	29	-	1
Roraima	-	-	-	-
Pará	24	8	8	8
Amapá	3	3	-	-
Tocantis	12	12	-	-
Maranhão	1	-	-	1
Piauí	-	-	-	-
Ceará	21	10	7	4
Rio Grande do Norte	6	1	5	-
Paraíba	3	3	-	-
Pernambuco	54	27	-	27
Alagoas	5	5	-	-
Sergipe	9	-	9	-
Bahia	33	18	1	14
Minas Gerais	25	5	7	13
Espírito Santo	25	12	12	1
Rio de Janeiro	16	-	-	16
São Paulo	42	12	4	26
Paraná	4	3	-	1
Santa Catarina	24	5	18	1
Rio Grande do Sul	60	11	32	17
Mato Grosso do Sul	5	3	2	-
Mato Grosso	14	14	-	-
Goiás	20	19	-	1
Distrito Federal	27	19	3	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

**Quadro 7 - Unidades da Federação que apoiaram ou promoveram atividades audiovisuais nos últimos 12 meses, por tipo de atividade, segundo as Grandes Regiões - 2014**

Grandes Regiões	Unidades da Federação	Apoia festivais ou mostras de cinema/vídeo	Promove festivais ou mostras de cinema/vídeo	Apoia a preservação, conservação e recuperação de acervos documentais	Promove a preservação, conservação e recuperação de acervos documentais	Apoia atividades cineclubistas	Promove atividades cineclubistas	Apoia a preservação, conservação e recuperação de acervos audiovisuais	Promove a preservação, conservação e recuperação de acervos audiovisuais	Apoia a preservação, conservação e recuperação de filmes em curta, média e longa metragem	Promove a preservação, conservação e recuperação de filmes em curta, média e longa metragem
		19	10	12	10	12	6	7	7	7	6
<b>Brasil</b>		<b>19</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>6</b>
<b>Norte</b>	Rondônia	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Acre	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
	Amazonas	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
	Roraima	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Pará	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
	Amapá	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Tocantis	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Piauí	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
	Ceará	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
	Rio Grande do Norte	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
	Paraíba	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
	Pernambuco	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Alagoas	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Sergipe	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Bahia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
	Espírito Santo	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
	Rio de Janeiro	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	São Paulo	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Sul</b>	Paraná	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
	Santa Catarina	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	-	Não	Não	Não
	Rio Grande do Sul	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
	Mato Grosso	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Goiás	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
	Distrito Federal	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

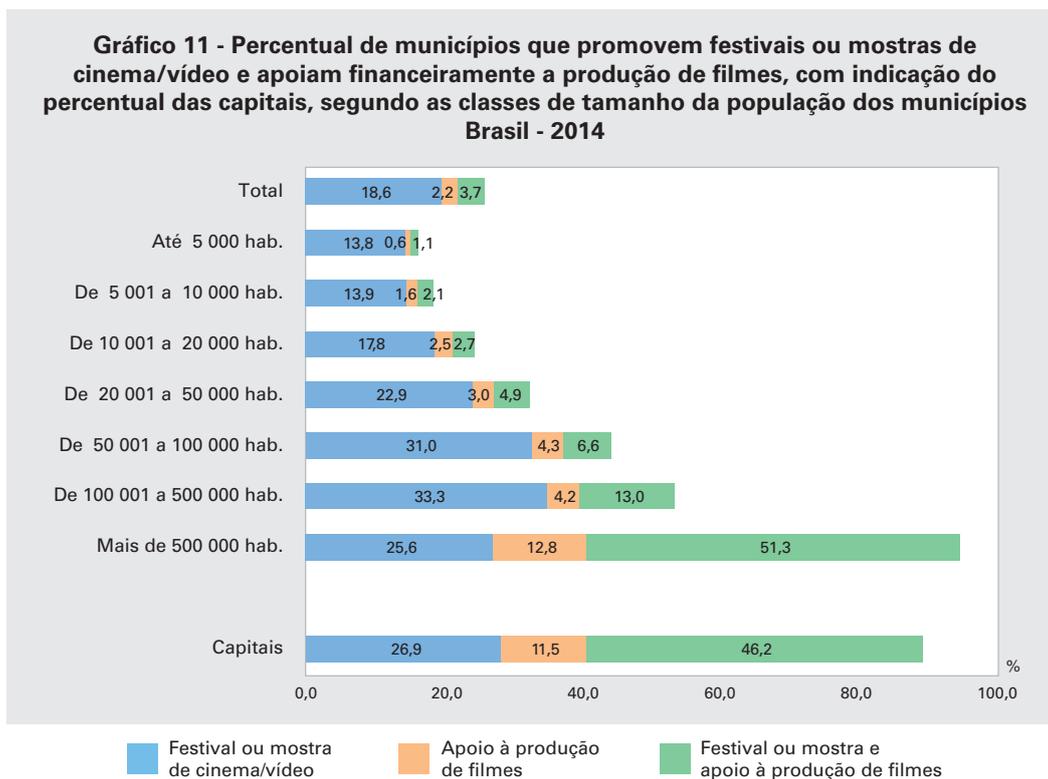
São as mesmas três atividades audiovisuais citadas pelos estados aquelas mais apoiadas pelos municípios em 2014. Mais do que isto, a ordem de prioridade estabelecida entre as cinco atividades é a mesma para os dois entes da Federação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

Sobre o apoio financeiro à produção de filmes nos 12 meses anteriores, 6,0% dos municípios responderam afirmativamente. Foram 1 369 filmes no total, sendo 838 de curta duração, 271 de média duração e 260 de longa duração. Somadas à produção cinematográfica apoiada por estados e municípios declarada em 2014, atingiu o total de 1 849 filmes.

Apesar da promoção de festivais ou mostras audiovisuais pelo poder municipal ter a correlação positiva com o porte populacional do município, ou seja, quanto mais populoso maior a presença do poder municipal, observa-se que a produção de filmes tem interseção com a existência de festivais e mostras.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

Os estados que se destacaram pelo apoio de seus municípios aos festivais e mostras de filmes nos 12 meses que antecederam a pesquisa de 2014, com um percentual superior a 28,0% foram Amazonas, Ceará, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

## Promoção da diversidade cultural

Ser diverso nada mais é do que ser diferente. Ser diferente sem ser desigual. O Século XX fez ampliar a discussão sobre a diversidade, estendendo o seu sentido para além das relações de gênero, étnicas, geracionais. Nada mais pertinente que a cultura e as localidades para manifestar as diferenças. Por isso também na edição de 2014 tanto a MUNIC quanto a ESTADIC procuraram capturar o olhar e a ação das gestões municipais e estaduais sobre segmentos expressivos da diversidade em nosso País.

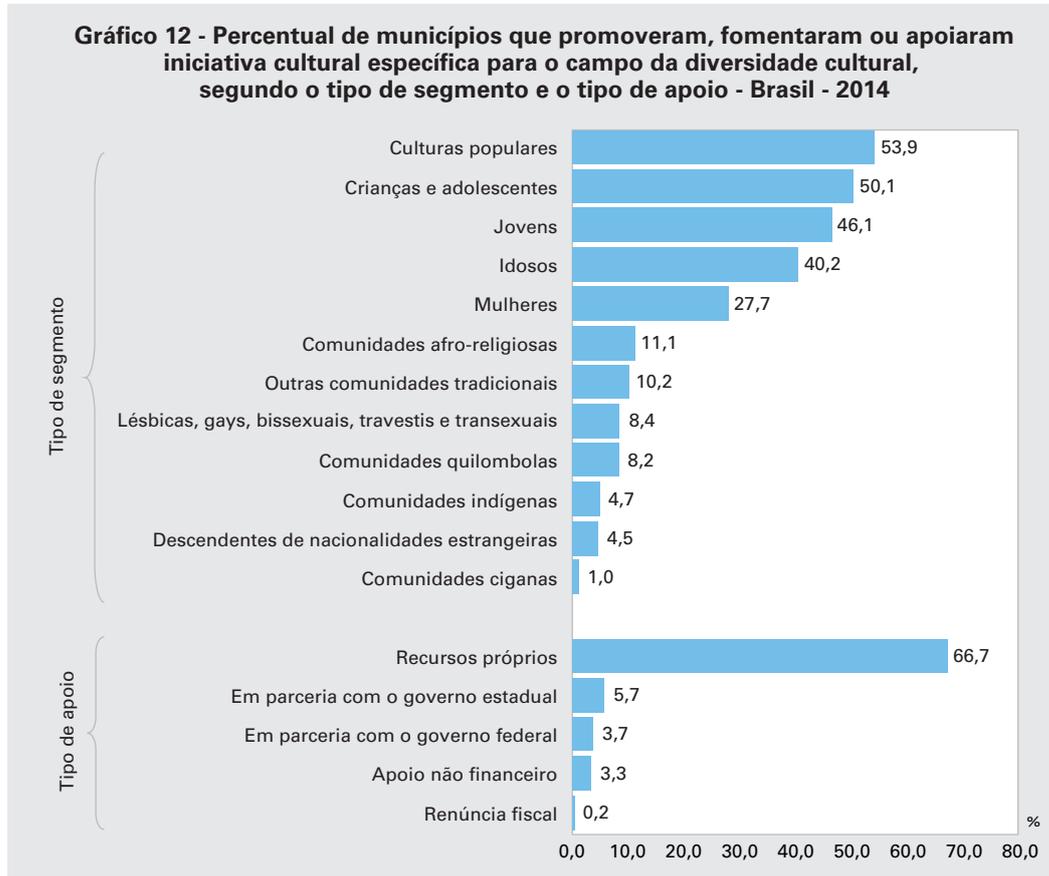
Todos os estados responderam positivamente sobre o apoio ou fomento a iniciativas no campo da diversidade cultural, tendo sido considerados 13 segmentos específicos. As culturas populares estão presentes para as políticas das 27 Unidades da Federação, seguidas pela atenção às comunidades indígenas (20), afro-religiosas (20), quilombolas (19), crianças e adolescentes (18), jovens (18) e outras comunidades tradicionais (14). Os estados que atingem uma maior quantidade de segmentos são: São Paulo (13), Rio Grande do Norte (12), Piauí e Rio Grande do Sul (11), Amazonas, Bahia e Mato Grosso do Sul (10).

**Quadro 8 - Unidades da Federação que fomentam ou apoiam iniciativa cultural específica para o campo da diversidade cultural, por tipo de segmento, segundo as Grandes Regiões - 2014**

Grandes Regiões	Unidades da Federação	Culturas populares	Comunidades indígenas	Comunidades afro-religiosas	Comunidades quilombolas	Crianças e adolescentes	Jovens	Outras comunidades tradicionais	Pessoa com deficiência	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	Mulheres	Idosos	Comunidades de descendentes de nacionalidades estrangeiras	Comunidades ciganas
	<b>Brasil</b>	<b>27</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>5</b>
<b>Norte</b>	Rondônia	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Acre	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
	Amazonas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
	Roraima	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Pará	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Amapá	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	Tocantins	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Piauí	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Ceará	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
	Rio Grande do Norte	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Paraíba	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
	Pernambuco	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
	Alagoas	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Sergipe	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Bahia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Espirito Santo	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
	São Paulo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Sul</b>	Paraná	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
	Santa Catarina	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
	Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	Mato Grosso	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
	Goiás	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
	Distrito Federal	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

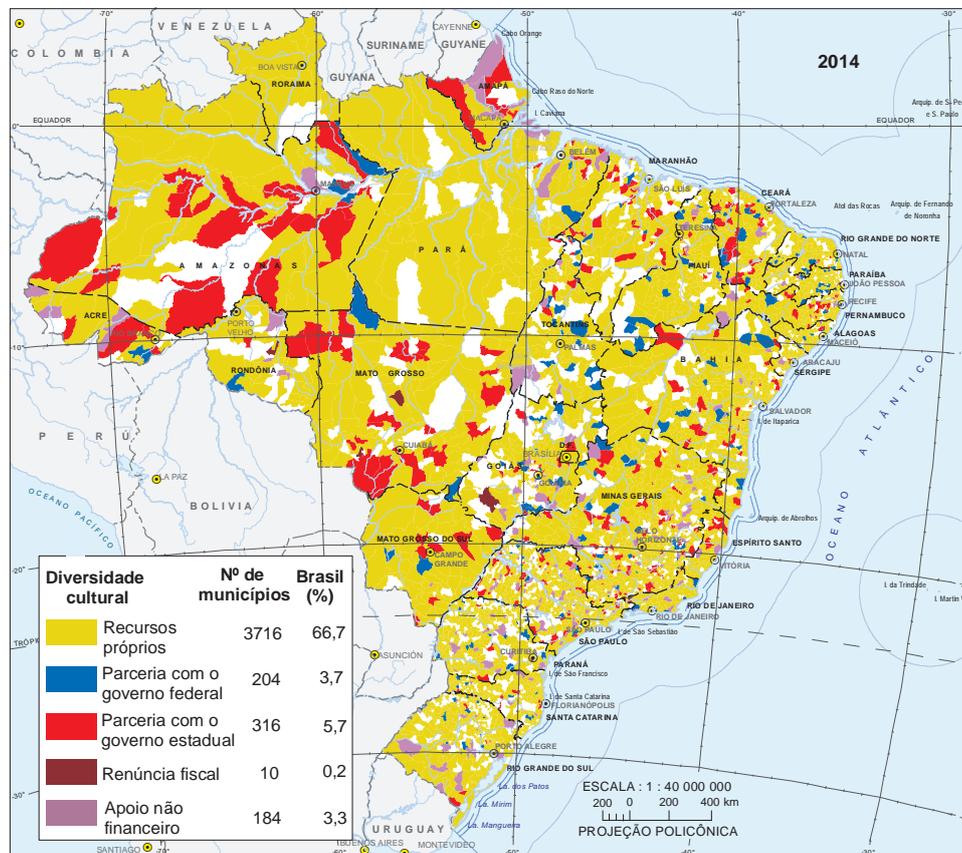
O apoio à cultura popular, crianças e adolescentes e jovens formam o ponto de convergência nas políticas de diversidade cultural de estados e municípios. A grande parte dos municípios apoia políticas relacionadas à diversidade, sendo 66,7% com apoio financeiro direto.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

Outro indicador importante no que diz respeito ao direito de segmentos sociais específicos, especialmente à condição de alcance para utilização dos equipamentos culturais, com segurança e autonomia em todos os espaços, para pessoas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. No Brasil, 59,2% dos municípios declararam desenvolver alguma iniciativa nesse sentido (Tabelas 27 e 28, disponíveis no CD-ROM).

**Cartograma 7 - Municípios que promoveram, fomentaram ou apoiaram iniciativa cultural específica para o campo da diversidade cultural, por fonte do recurso - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

## Promoção do livro, leitura e literatura

Quase a totalidade das Unidades da Federação promoveram pelo menos uma das três ações ou programas voltados para a leitura de livro em 2014. A ação de promoção do livro, da leitura e/ou da literatura foi desenvolvida por 22 das Unidades da Federação. Fomentar a criação, produção circulação e difusão literária foi objeto da maior parte dos programas ou ações estaduais (25). Foram utilizados editais diversos por 21 Unidades da Federação, prêmios por 18, incentivo direto por 14 e outra forma por 12. A formação de agentes e mediadores de leitura ocorreu em 20 estados, através de editais (11), incentivo direto (4), prêmios (2) e outras formas (10).

**Quadro 9 - Unidades da Federação que desenvolveram programa ou ação para promover o livro, a leitura e/ou a literatura, por tipo de ação ou programa, segundo as Grandes Regiões - 2014**

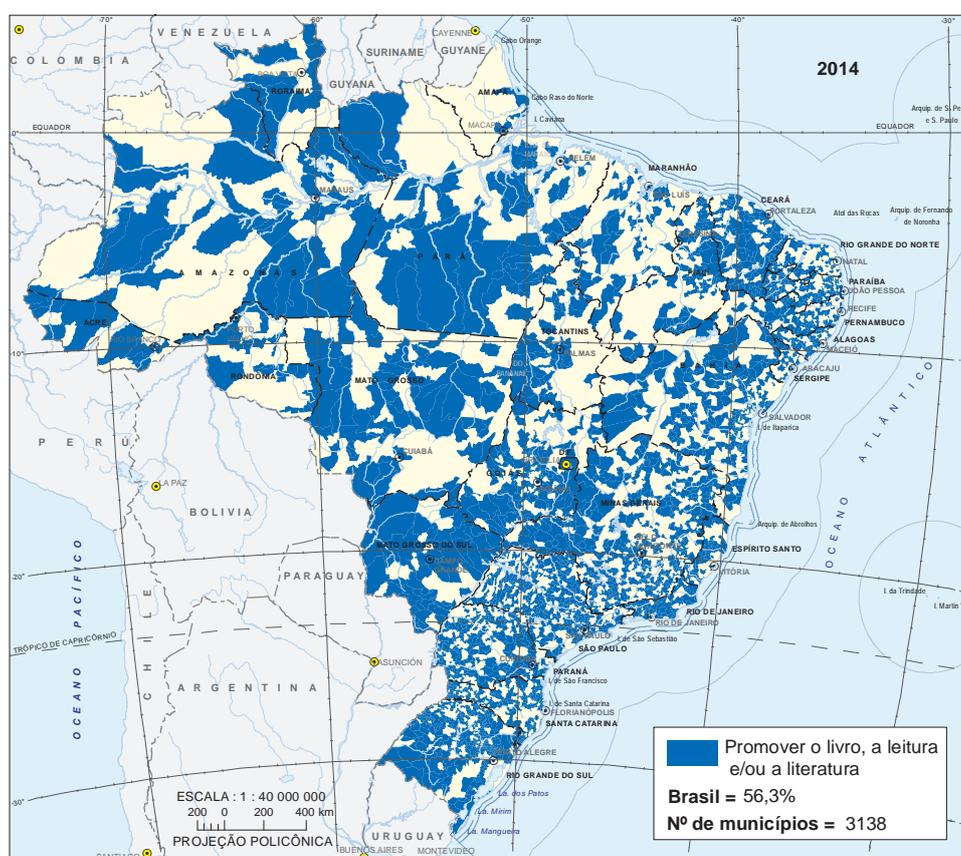
Grandes Regiões	Unidades da Federação	Promover o livro, a leitura e/ou a literatura	Fomentar a criação, produção, circulação e difusão literária	Mecanismos de fomento a criação, produção, circulação e difusão literária				Formar agentes e mediadores de leitura	Mecanismos de formação de agentes e mediadores de leitura			
				Através de edital	Através de prêmio	Através de incentivo direto	Outra forma		Através de edital	Através de prêmio	Através de incentivo direto	Outra forma
<b>Brasil</b>		<b>22</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>20</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>10</b>
<b>Norte</b>	Rondônia	Não	Não	-	-	-	-	Não	-	-	-	-
	Acre	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Amazonas	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Roraima	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	-	-	-	-
	Pará	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Amapá	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Tocantins	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	-	-	-	-
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Piauí	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Ceará	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Rio Grande do Norte	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Paraíba	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Pernambuco	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	-	-	-	-
	Alagoas	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
	Sergipe	Sim	Não	-	-	-	-	Não	-	-	-	-
	Bahia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	-	-	-	-
	Espírito Santo	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
	São Paulo	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
<b>Sul</b>	Paraná	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	-	Não	Não	Sim	Não
	Santa Catarina	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	Mato Grosso	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
	Distrito Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

De acordo com os mecanismos de fomento e formação de agentes como forma de apoio ao livro, leitura e literatura, as cinco Unidades da Federação que se destacaram foram o Distrito Federal (7), Mato Grosso do Sul (6), Bahia, Rio de Janeiro e Goiás (5).

No que diz respeito aos municípios, 56,3% do total direcionam a gestão cultural com ações e programas em prol da leitura, do livro e da literatura; 27,3% o fazem pelo fomento à criação, produção e circulação de conteúdos literários e 19,8% formando agentes e mediadores de leitura. A maioria das ações se dá pelo incentivo direto ou por outra forma não antecipada pela pesquisa (Tabelas 29 e 30, disponíveis no CD-ROM).

**Cartograma 8 - Municípios com programa ou ação para promover o livro, a leitura e/ou a literatura - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A política municipal voltada para a leitura varia entre 50,4% nos municípios com menos habitantes (até 5 mil habitantes), até alcançar 87,2% na maior faixa (mais de 500 mil habitantes). É maior nas capitais (88,5%). Os mais altos percentuais encontram-se entre os municípios do Rio de Janeiro (81,5%), Rio Grande do Sul (74%), Ceará (73%) e Mato Grosso do Sul (70,9%) (Tabelas 29 e 30, disponíveis no CD-ROM).

## Programa ou ação para a implementação do turismo cultural

Considerando que o turismo é uma atividade que contribui com a economia brasileira, tanto do ponto de vista interno, quanto do ponto de vista do turismo internacional, o componente cultural tem sido considerado na sua importância crescente, merecendo a devida atenção específica, uma vez que, auxiliando o fluxo de atração de turistas, o componente cultural auxilia a dinamizar a atividade como um todo, gerando recursos, renda, impostos e melhorando a infraestrutura. Neste sentido, as gestões estaduais e municipais, uma vez identificadas vocações culturais para atração turística, podem contribuir com o próprio desenvolvimento local.

Do total de estados, 24 desenvolveram algum tipo de programa ou ação voltada para o turismo cultural em 2014 (Quadro 10). Dentre os tipos investigados pela ESTADIC e MUNIC, a divulgação de atrações é a mais recorrente e na maioria dos estados encontra-se em execução (18), e em outros 3 em implementação. O segundo tipo de intervenção dos governos nesta área refere-se ao calendário de festividades e/ou eventos (apoio, pesquisa, elaboração, confecção, distribuição). Do total, 16 estados estão envolvidos com a execução deste tipo de programa ou ação, enquanto outros 4 declararam estar em uma etapa preliminar. A formação de guias e roteiros recebe uma contribuição menor da gestão estadual (6 Unidades da Federação executam o programa ou ação) e para um deles a formação de guias ainda é um projeto em andamento.

As Unidades da Federação do Amazonas, Tocantins, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal incorporaram os três programas ou ações na área do turismo cultural.

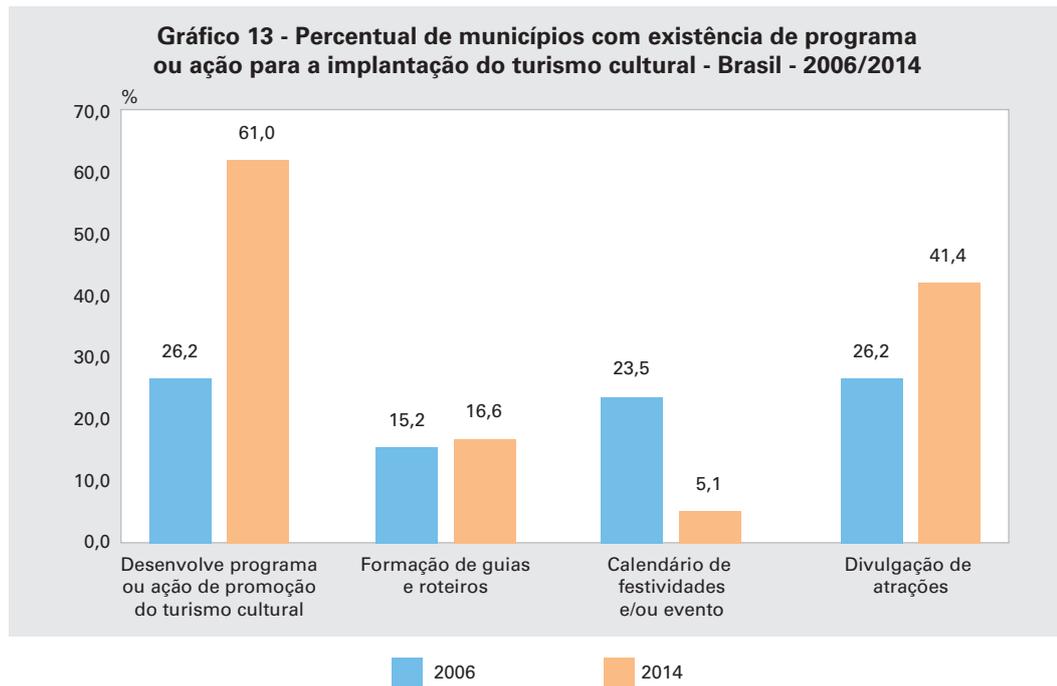
Por sua vez, 61,0% dos municípios brasileiros desenvolveram alguma ação ou programa para implantação do turismo cultural em 2014, um percentual bastante expressivo e bem superior ao encontrado pela MUNIC de 2006 (26,2%).

Importante destacar que 55,7% dos municípios dedicaram-se aos calendários de festividades e/ou eventos, sendo que 14,9% em implementação e 40,8% em execução. A divulgação de atrações mereceu uma atenção destacada para 41,4% dos municípios, sendo que em 32,2% havia alguma ação ou programa neste sentido, e 11,6% em implementação.

**Quadro 10 - Unidades da Federação com existência de programa ou ação para a implantação do turismo cultural, segundo as Grandes Regiões - 2014**

Grandes Regiões	Unidades da Federação	Desenvolve programa ou ação de promoção do turismo cultural	Programa ou ação inclui					
			Divulgação de atrações		Calendário de festividades e/ou eventos		Formação de guias e roteiro	
			Em execução	Em implantação	Em execução	Em implantação	Em execução	Em implantação
<b>Brasil</b>		<b>24</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
<b>Norte</b>	Rondônia	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
	Acre	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
	Amazonas	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
	Roraima	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Pará	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
	Amapá	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Tocantins	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
	Piauí	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Ceará	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
	Rio Grande do Norte	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
	Paraíba	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
	Pernambuco	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
	Alagoas	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Sergipe	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Bahia	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não
	Espírito Santo	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
	São Paulo	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
<b>Sul</b>	Paraná	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-
	Santa Catarina	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
	Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
	Mato Grosso	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
	Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Distrito Federal	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.



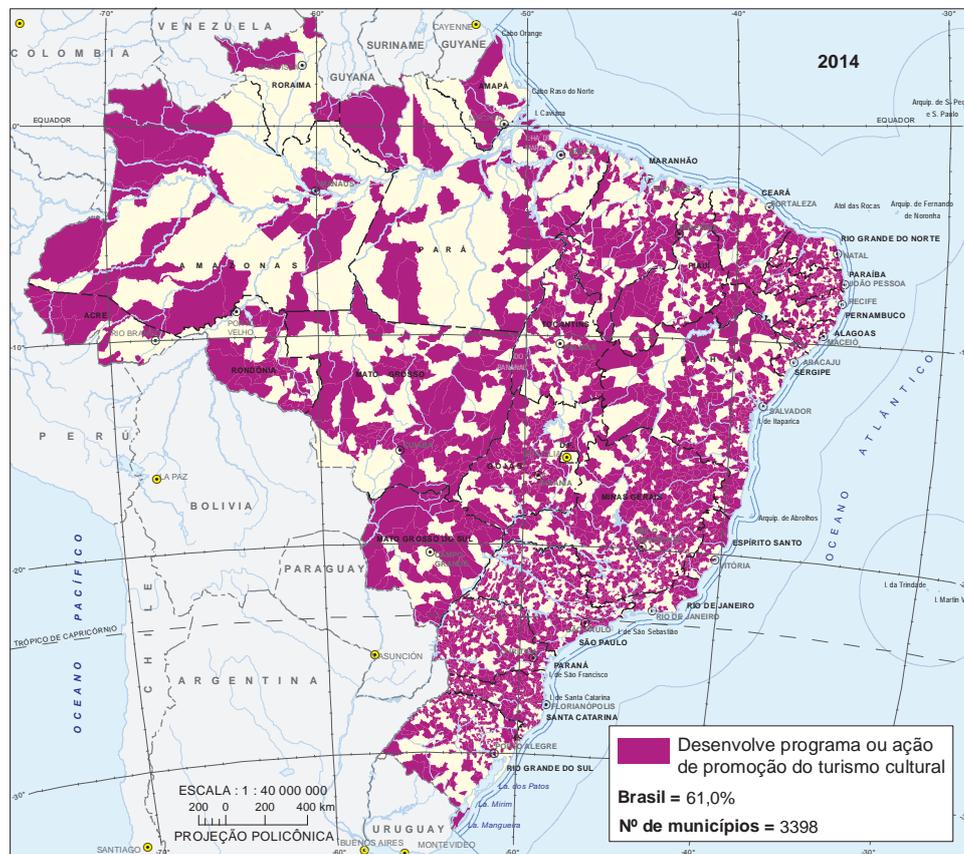
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

Outra informação que ganha destaque é a inversão comumente encontrada entre os indicadores e o tamanho da população municipal. Neste caso, são os municípios com menor população aqueles que têm a maior existência de programa ou ação da gestão local, no que diz respeito ao turismo cultural.

É importante, no entanto, ressaltar que o fato de o poder municipal não atuar em atividades de apoio em municípios de grande porte populacional ou mesmo nas capitais, não significa uma ausência de vocação ou mesmo de fluxo para estas cidades. Por serem maiores, o próprio mercado, mais fortalecido, ou os demais poderes públicos, incluindo o estado e a União, podem estar cumprindo este papel, de certa forma difícil de ser desempenhado, nas milhares de cidades brasileiras.

Os municípios do Rio de Janeiro são os que manifestaram a maior preocupação com o apoio ao turismo cultural (84,8%), seguidos pelo Espírito Santo (82,1%), Rio Grande do Sul (74,4%), Ceará (73,9%), Pernambuco (73,5%) e Santa Catarina (70,8%). (Tabelas 33 e 34, disponíveis no CD-ROM).

**Cartograma 9 - Municípios com programa ou ação para a implantação do turismo cultural - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

## Mecanismos de fomento de iniciativa na área cultural

Sendo o poder público um dos principais indutores das iniciativas na área cultural, procurou-se investigar os mecanismos que os estados e municípios utilizavam, de uma maneira geral para o fomento dessas atividades.

De acordo com os resultados da ESTADIC, em 2014, são os convênios e os prêmios, dentre 5 modalidades avaliadas, aquelas com maior frequência nos estados (23 e 20, respectivamente). Ceará, Bahia, Minas Gerais e o Rio de Janeiro utilizam 4 dos 5 recursos para o estímulo da cultura.

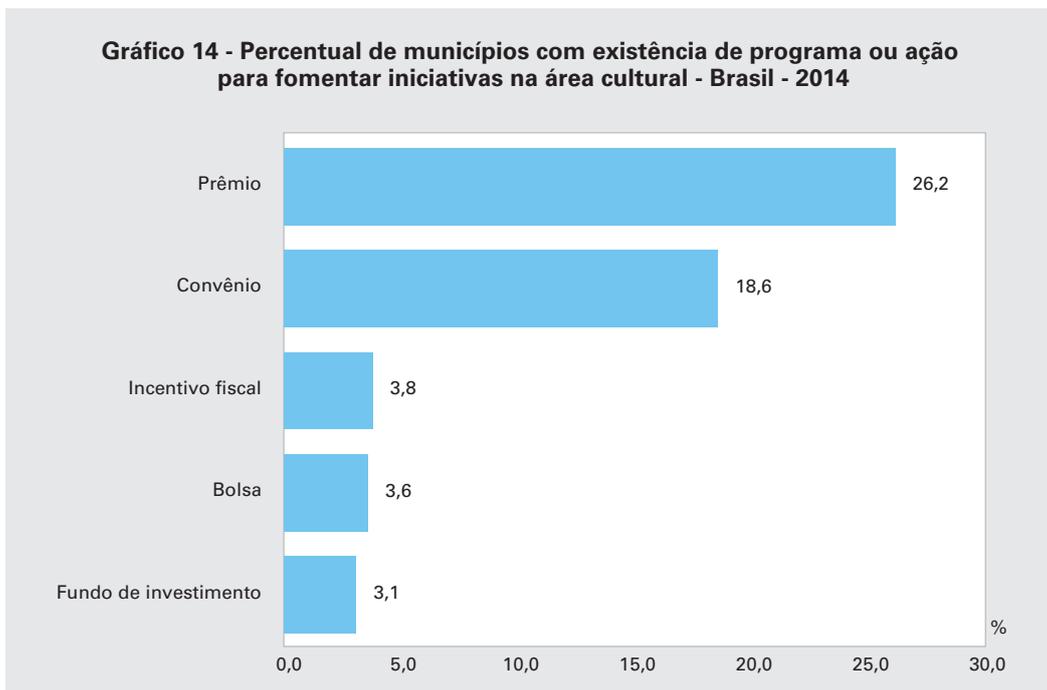
Esta mesma prioridade é estabelecida pelos municípios, sendo que 26,2% concederam, em 2014, prêmios na área cultural e 18,6% estabeleceram convênios. A interseção é de 5,9%, ou seja, a proporção dos municípios que utilizam os dois mecanismos. Os percentuais para os dois procedimentos em conjunto superam os dois dígitos nos municípios do Rio de Janeiro (19,6%), Mato Grosso do Sul (16,5%), Ceará (15,2%), Amazonas (14,5%) e Pará (11,1%) (Tabelas 35 e 36, disponíveis no CD-ROM).

**Quadro 11 - Unidades da Federação com mecanismos para fomentar iniciativas da sociedade na área de cultura, segundo as Grandes Regiões - 2014**

Grandes Regiões	Unidades da Federação	Convênio	Prêmio	Incentivo fiscal	Fundo de Investimento	Bolsa
<b>Brasil</b>		<b>23</b>	<b>20</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>5</b>
<b>Norte</b>	Roraima	Sim	Não	Não	Não	Não
	Acre	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Amazonas	Sim	Sim	Não	Não	Sim
	Roraima	Sim	Não	Sim	Não	Não
	Pará	Sim	Não	Não	Não	Não
	Amapá	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Tocantins	Sim	Sim	Não	Não	Não
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Piauí	Sim	Não	Sim	Não	Não
	Ceará	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
	Rio Grande do Norte	Não	Sim	Sim	Sim	Não
	Paraíba	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	Pernambuco	Não	Não	Sim	Não	Não
	Alagoas	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Sergipe	Sim	Sim	Não	Não	Sim
	Bahia	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	Espírito Santo	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Rio de Janeiro	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
	São Paulo	Sim	Sim	Sim	Não	Não
<b>Sul</b>	Paraná	Não	Sim	Não	Não	Não
	Santa Catarina	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Sim	Não	Não
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	Mato Grosso	Sim	Não	Não	Não	Não
	Goiás	Sim	Não	Sim	Sim	Não
	Distrito Federal	Sim	Sim	Sim	Não	Não

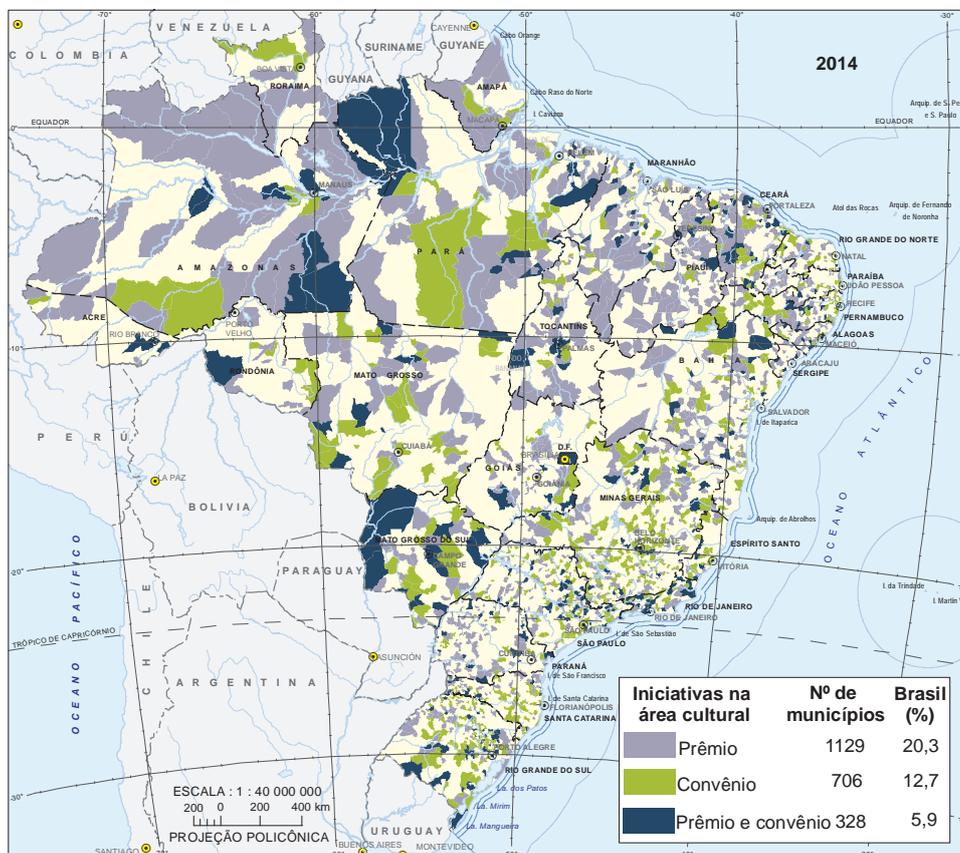
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

**Gráfico 14 - Percentual de municípios com existência de programa ou ação para fomentar iniciativas na área cultural - Brasil - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

**Cartograma 10 - Municípios com prêmio e/ou convênio como mecanismo de fomento a iniciativas na área cultural - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A diferença quanto ao porte populacional é muito forte e ascendente, mostrando o traço estrutural da desigualdade da gestão cultural, da própria expressão cultural rebatida na territorialidade. Apenas 1,6% dos municípios com até 5 mil habitantes concede prêmios e estabelece convênios ao mesmo tempo, considerando pelo menos uma atividade cultural (Tabela 35, disponível no CD-ROM).

Este percentual aumenta de acordo com as faixas até alcançar 51,3% para os municípios com mais de 500 mil habitantes. Nas capitais atinge 53,8%.

Vale lembrar novamente o diferencial quando o gestor da cultura tem o destaque dentro da administração como um todo. Onde existem secretarias exclusivas de cultura, o percentual de concessão de prêmios conjugada aos convênios é 10,5% e, quando se trata de uma entidade da administração indireta, era 26,1%, bem acima do percentual nacional de 5,9%.

## Promoção de cursos na área cultural

A promoção de cursos na área cultural pela gestão encarregada por este segmento estadual ou municipal mostra em primeiro lugar uma percepção sobre as demandas existentes para este tipo de formação, e, em segundo lugar, a decisão do poder público em tomar a iniciativa da promoção da capacitação.

Foram então considerados 13 categorias de cursos aplicados pelos estados e municípios, que responderam em relação a cada um deles. Para os estados, seis receberam destaque: música (16 Unidades da Federação), artes plásticas, teatro e gestão cultural (14), dança e patrimônio, conservação e restauração (13). O Estado de Pernambuco afirmou promover a capacitação em todos os 13 tipos de cursos, São Paulo vem a seguir com 12 cursos, depois o Estado do Rio de Janeiro (11) e Bahia (10).

Nos municípios, a ordem de prioridade para a oferta de cursos foi a do artesanato em primeiro lugar (30,3% dos municípios), seguido pelo curso de música (30,0%), dança (27,8%), teatro (18,2%), manifestações populares (16,2%) e artes plásticas (12,2%).

Entre 2006 e 2014 observa-se, nos municípios, a diminuição da oferta nos cursos de maior frequência e o inverso nos de menor frequência, evidenciando uma mudança de perfil das práticas culturais.

Pelo menos um curso foi oferecido por 42,6% dos municípios na área cultural nos últimos 12 meses. A proporção de municípios que ofertaram cursos, seja nos 12 anteriores a pesquisa ou de uma maneira geral, era diretamente proporcional à classe populacional, chegando a 89,7% nos com mais de 500 mil habitantes (Tabela 37, disponível no CD-ROM).

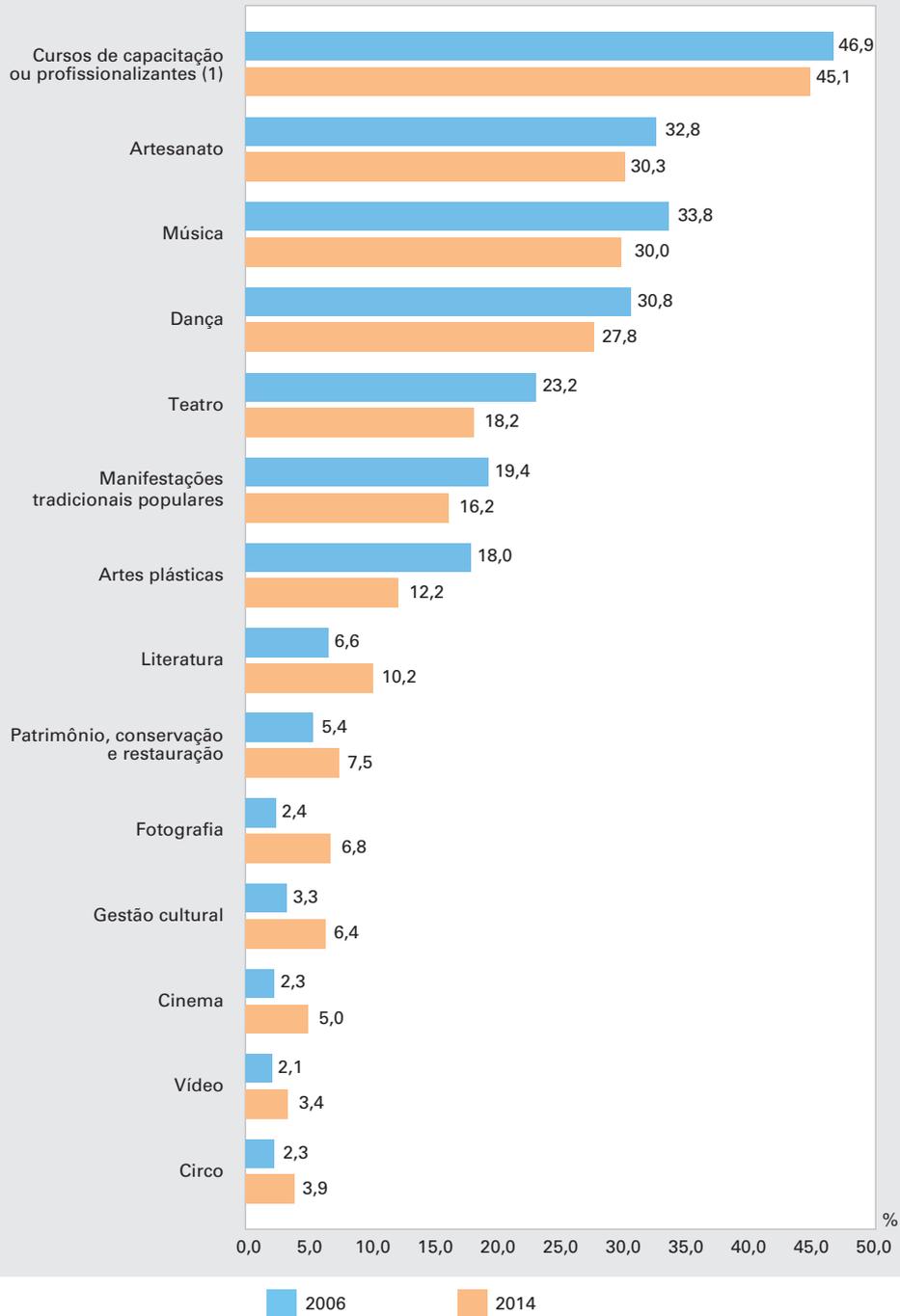
Os estados onde mais da metade de seus municípios ofereceram algum curso nos 12 meses anteriores a pesquisa eram: Rio de Janeiro (71,7%), Mato Grosso do Sul (62,0%), São Paulo (58,0%), Ceará (53,3%) e Santa Catarina (51,5%).

**Quadro 12 - Unidades da Federação que promoveram cursos na área da cultura, por tipo de curso, segundo as Grandes Regiões - 2014**

Grandes Regiões	Unidades da Federação	Música	Artes plásticas	Gestão cultural	Teatro	Dança	Patrimônio, conservação e restauração	Cinema	Literatura	Circo	Video	Artesanato	Fotografia	Manifestações tradicionais populares
<b>Brasil</b>		<b>16</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>5</b>
<b>Norte</b>	Rondônia	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Acre	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
	Amazonas	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	Roraima	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Pará	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Amapá	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Tocantins	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
	Piauí	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Ceará	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Rio Grande do Norte	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
	Paraíba	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Pernambuco	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Alagoas	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Sergipe	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Bahia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
	Espírito Santo	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim
	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
	São Paulo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
<b>Sul</b>	Paraná	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
	Santa Catarina	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
	Rio Grande do Sul	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	-	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
	Mato Grosso	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
	Distrito Federal	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

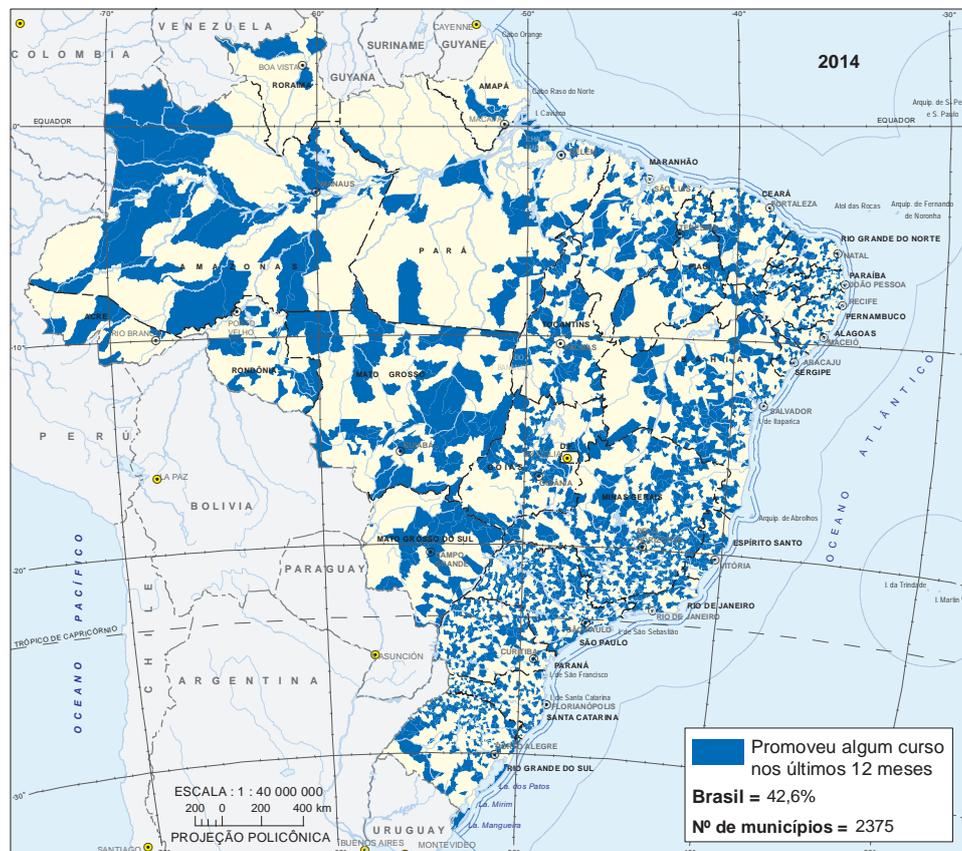
**Gráfico 15 - Percentual de municípios que têm cursos de capacitação ou profissionalizante em atividades típicas de cultura, segundo o tipo do curso - Brasil - 2006/2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

(1) Em 2006 investigou-se a existência de escola, oficina ou curso regular de formação em atividades típicas de cultura; em 2014 investigou-se a promoção de cursos de capacitação ou profissionalizantes em atividades típicas de cultura.

**Cartograma 11 - Municípios que promoveram cursos de capacitação ou profissionalizante em atividades típicas de cultura - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

## Financiamento de atividades culturais

O financiamento das atividades culturais denota potencialmente o compromisso do poder público com esta importante dimensão da vida social. Entretanto, para uma boa avaliação de uma contabilidade da cultura seria necessário examinar as finanças do município como um todo e os seus gastos na função da cultura em particular, detalhando os programas, ações e projetos objetos de despesa. Não é o caso para as informações que foram levantadas pela ESTADIC e MUNIC de 2014.

Pesquisando 11 categorias de possíveis gastos, observa-se que festas, eventos, apresentações musicais, montagem de peças, publicações culturais e seminários, simpósios, encontros, congressos e palestras, constituem os maiores itens de gastos estaduais, para no mínimo 18 estados. O Estado do Rio de Janeiro tem seus gastos culturais em todas as categorias. A Bahia segue com uma categoria a menos (programa de televisão). Amapá, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal financiam 9 das 13 atividades.

**Quadro 13 - Unidades da Federação que apoiaram financeiramente atividades culturais nos últimos 12 meses, por tipo de atividade, segundo as Grandes Regiões - 2014**

Grandes Regiões	Unidades da Federação	Festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares	Eventos	Apresentação musical	Montagem de peças teatrais	Publicações culturais	Seminário/Simpósio/ Encontro/Congresso/Palestra	Desfile de carnaval	Concurso/ Prêmio	Feira de livros	Programa radiofônico	Programa de televisão
<b>Brasil</b>		<b>27</b>	<b>24</b>	<b>23</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>3</b>
<b>Norte</b>	Rondônia	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Acre	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
	Amazonas	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Roraima	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
	Pará	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
	Amapá	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Tocantis	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
<b>Nordeste</b>	Maranhão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
	Piauí	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
	Ceará	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
	Rio Grande do Norte	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Paraíba	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
	Pernambuco	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Alagoas	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
	Sergipe	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Bahia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	
<b>Sudeste</b>	Minas Gerais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
	Espírito Santo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
	Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	São Paulo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
<b>Sul</b>	Paraná	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	Santa Catarina	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	-	Não	Sim	Não	Não
	Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
<b>Centro-Oeste</b>	Mato Grosso do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Mato Grosso	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
	Goias	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
	Distrito Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

Só em relação às festas, manifestações tradicionais e populares 80,3% dos municípios realizam alguma despesa. Seguem as despesas com eventos (60,2%) e apresentação musical (53,8%) Tabelas 39 e 40, disponíveis no CD-ROM).

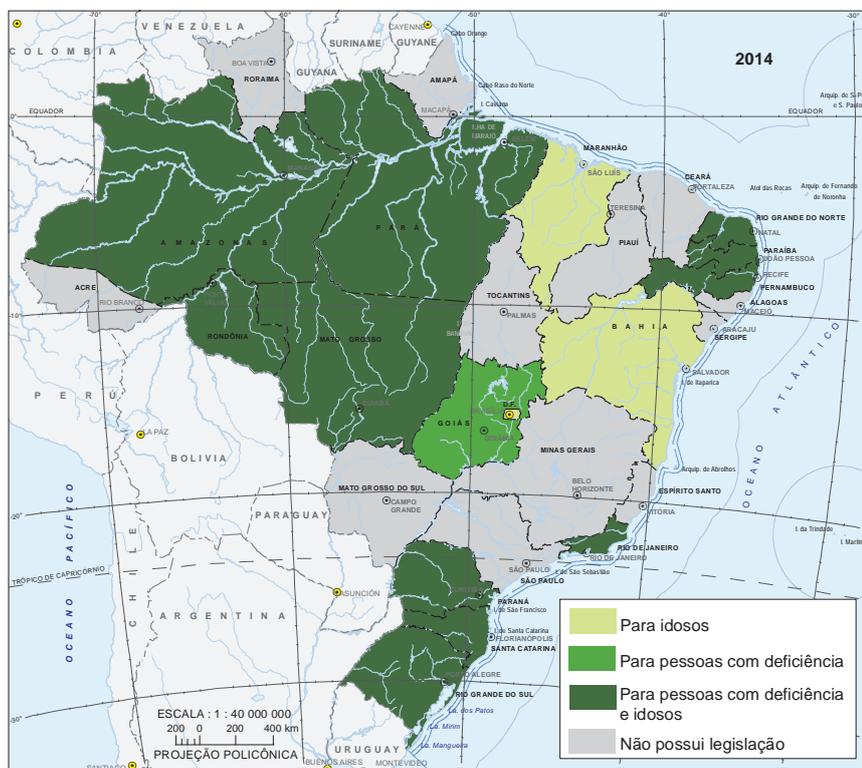
Confrontando as duas hierarquias de agregados das categorias culturais, que receberam algum financiamento estadual ou municipal, observa-se desta vez uma forte correlação na lógica de prioridade de gestão cultural das duas esferas.

## Legislação

O Suplemento de Cultura de 2014 investigou pela primeira vez a existência de legislação específica que garanta a concessão de meia-entrada ou entrada franca para pessoas com deficiência e idosos nos espetáculos culturais, artísticos e eventos esportivos promovidos ou subsidiados pela gestão estadual, distrital e municipal.

Do total, 12 estados não possuíam legislação para pessoas com deficiência nem para idosos, os demais ou garantiam a concessão de meia-entrada ou entrada franca para pessoas com deficiência ou para idosos, ou para ambos, conforme pode ser observado no Cartograma a seguir.

**Cartograma 12 - Unidades da Federação com legislação específica que garanta a concessão de meia-entrada ou entrada franca para pessoas com deficiência e idosos - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: Nos espetáculos culturais, artísticos e eventos desportivos promovidos ou subsidiados pela gestão estadual.

A Constituição Federal de 1988 conferiu ao patrimônio cultural o tratamento que lhe era devido, assegurando proteção legal abrangente de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Estabelece a competência concorrente da União, estados, Distrito Federal e municípios de legislar sobre o patrimônio cultural e sobre a responsabilidade por danos causados a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

A legislação de proteção ao patrimônio foi acompanhada da criação de um órgão específico, inicialmente chamado de Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seus Artigos 215 e 216 a competência do Estado de garantir o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, valorizar e incentivar a produção cultural e difusão das manifestações culturais e preservar o patrimônio nacional. Em seu Art. 216, ampliou o conceito de patrimônio ao definir que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

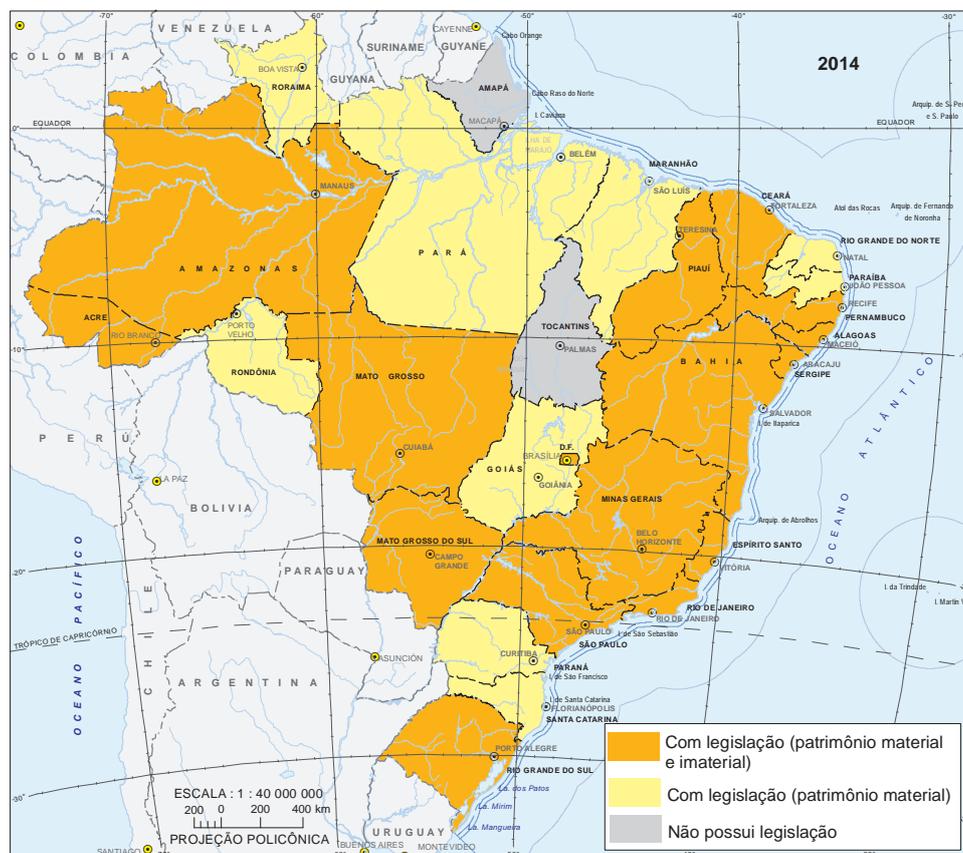
Quanto às responsabilidades sobre o patrimônio, o texto constitucional prevê, ainda no Art. 216, que: "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acatamento e preservação".

Em 4 de agosto de 2000, o Decreto n. 3.551 criou as disposições legais sobre o registro do patrimônio cultural imaterial.

De acordo com as informações da ESTADIC, com relação a existência de legislação estadual de proteção ao patrimônio cultural, foi constatado que apenas dois estados não possuíam tal legislação: Amapá e Tocantins. Com relação ao ano de criação das legislações, a mais antiga era a do Estado do Paraná, criada em 1953, e a mais recente a de Sergipe, criada em 2011.

Em 16 Unidades da Federação a legislação tratava do patrimônio material e imaterial, nas demais apenas do patrimônio material.

**Cartograma 13 - Unidades da Federação com legislação de proteção ao patrimônio cultural - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Analisando os dados da MUNIC, 9,5% (528) dos municípios tinham legislação que permitisse a meia-entrada ou a entrada franca para pessoas com deficiência e/ou idosos. Quanto maior a classe de tamanho da população do município, maior o percentual de municípios com esta legislação, e com relação às Grandes Regiões, as Regiões Sudeste e Centro-Oeste foram as que apresentaram os maiores percentuais de municípios que dispunham desta legislação (Tabela 47, disponível no CD-ROM).

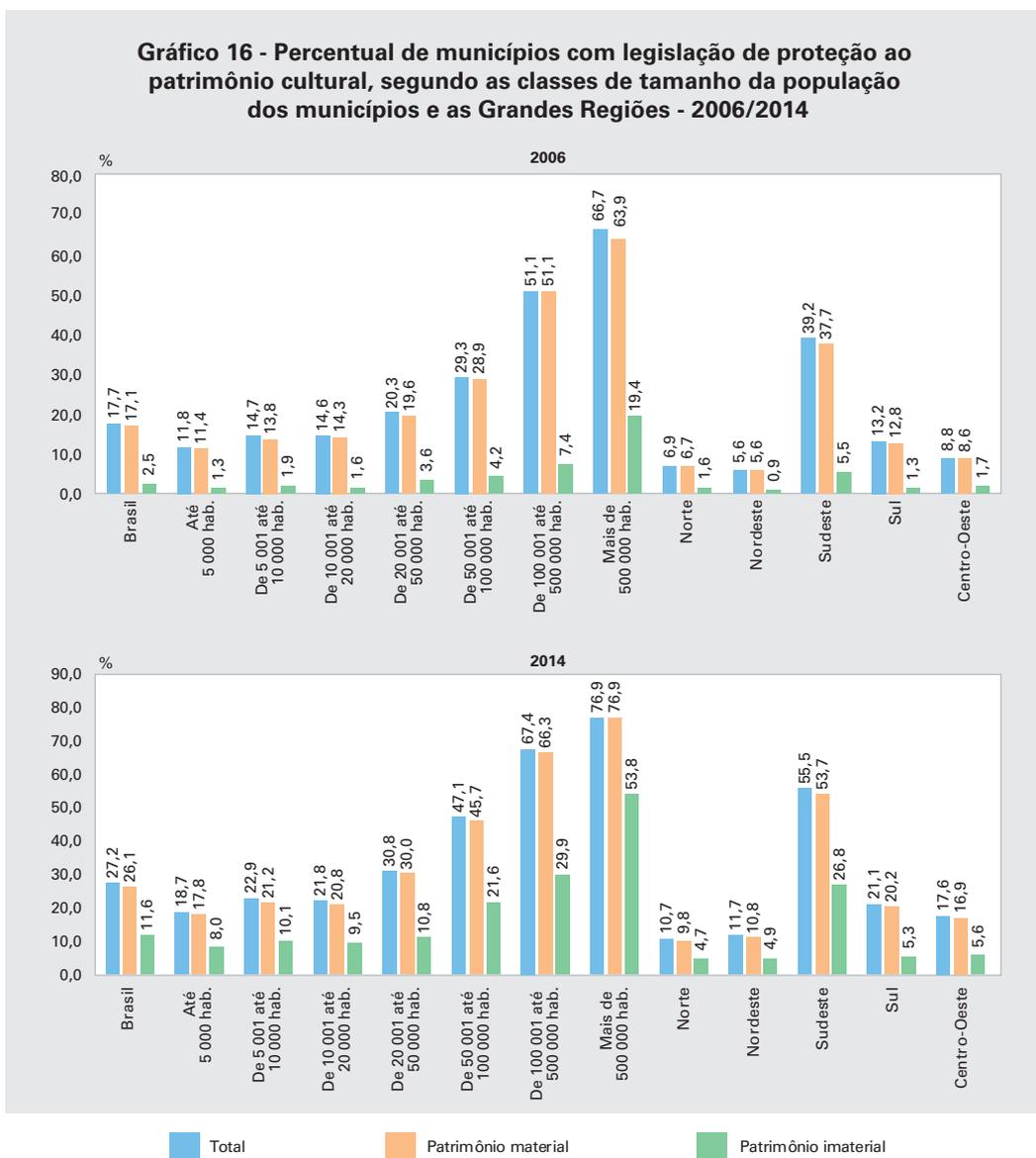
Ainda com relação a legislação específica que garanta a concessão de meia-entrada ou entrada franca para pessoas com deficiência e idosos nos espetáculos culturais, artísticos e eventos esportivos promovidos ou subsidiados pela gestão municipal, em 83 municípios a legislação era apenas para pessoas com deficiência, em 111 municípios apenas para idosos e em 334 municípios para pessoas com deficiência e idosos. Dentre as Unidades da Federação, São Paulo foi quem apresentou o maior número de seus municípios (104) com pelo menos uma das legislações (Tabela 48, disponível no CD-ROM).

A pesquisa também constatou em 2006 que 17,7% (984) dos municípios possuíam legislação de proteção do patrimônio. Os dados levantados em 2014 mostraram que ocorreu um crescimento no percentual de municípios com esta legislação, eram 27,2% (1 516) dos municípios.

Nos dois anos de realização do Suplemento de Cultura, o padrão da legislação de proteção do patrimônio cultural existente no âmbito municipal era mais frequentemente o de proteção do patrimônio material, denotando uma perspectiva tradicional na política de preservação patrimonial. Apesar disso, observou-se um aumento no percentual de municípios que protegem o seu patrimônio cultural imaterial entre 2006 e 2014. Apenas 2,5% o faziam em 2006, passando para 11,6% em 2014.

Entre 2006 e 2014, os resultados da MUNIC apontaram para o aumento percentual de municípios com legislação de proteção do patrimônio em todas as classes de tamanho da população e Grandes Regiões. Destacaram-se os municípios com mais de 50 000 a 100 000 habitantes, com aumento de 29,3% para 47,1%, e a Região Sudeste, que passou de 39,2% para 55,5%.

**Gráfico 16 - Percentual de municípios com legislação de proteção ao patrimônio cultural, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2006/2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

---

# Instâncias de participação

## Conselho de cultura

A Constituição Federal de 1988 prevê a implementação de mecanismos de participação popular, assim como a modernização da administração pública implica na participação da sociedade civil na definição das políticas de governo.

Após a Constituição, vários conselhos surgiram e alguns se tornaram obrigatórios por lei, nos níveis federativos. Isso porque em vários deles foi atribuído o papel de fiscalizar determinada política. Outros conselhos são criados por lei municipal ou estadual, de acordo com a história específica de uma localidade, por própria iniciativa do Executivo ou em virtude da força de reivindicação da população para que ele exista.

Os conselhos de políticas públicas são canais de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixou de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. São espaços públicos de composição plural entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e/ou consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais.

A política cultural pode sofrer mudanças com a participação da sociedade civil. Essa participação contribui para o amadurecimento político de todas as partes e pode assegurar a continuidade de projetos significativos para a sociedade, a gestão transparente e ética, a difusão da criação e a fruição cultural nos espaços públicos.

Com a instituição do Conselho, a gestão da cultura ganha maior visibilidade, transparência e legitimidade, na medida em que oportuniza ao cidadão e a sociedade o acompanhamento das ações de governo na área. A ideia de participação social pressupõe que os conselhos de cultura sejam consultivos e deliberativos. Para tanto, devem propor, formular, monitorar e fiscalizar as políticas culturais, a partir das diretrizes emanadas das Conferências de Cultura.

De acordo com a ESTADIC 2014, todas as Unidades da Federação tinham Conselho de Cultura, com no mínimo três reuniões realizadas nos doze meses anteriores a pesquisa. Nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe, a composição dos conselhos tinha maior representação governamental, nos demais a composição era paritária ou tinha maior representação da sociedade civil. Com relação ao caráter dos conselhos, apenas os Estados do Ceará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul não eram consultivos. Os integrantes dos conselhos eram indicados pelo poder público no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e São Paulo. Em 12 Unidades da Federação os conselheiros eram remunerados.

A finalidade dos Conselhos de Cultura é a de atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas públicas culturais no âmbito estadual/distrital, e dentre as atribuições dos conselhos pesquisadas, as informadas pelo maior número de Unidades da Federação foram: pronunciar-se e emitir pareceres sobre assuntos de natureza cultural (presente em 25 conselhos, apenas os dos Estados do Piauí e Paraíba não possuíam esta atribuição); e elaborar e aprovar planos de cultura (presente em 17 conselhos). No outro extremo, somente os conselhos do Estado do Amapá e Rio Grande do Sul tinham entre suas atribuições apreciar e aprovar normas para convênios culturais.

**Quadro 14 - Unidades da Federação com Conselho de Cultura,  
por algumas características - 2014**

Unidades da Federação	Composição	Caráter				Escolha dos integrantes da sociedade civil	Quantidade de reuniões nos últimos 12 meses	Conseleiros são remunerados
		Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador			
Rondônia	Paritário	Sim	Sim	Sim	Sim	Indicação da sociedade civil	5	Não
Acre	Maior representação da sociedade civil	Sim	Sim	Sim	Sim	Indicação da sociedade civil	24	Não
Amazonas	Paritário	Sim	Não	Não	Não	Outra forma de escolha	3	Sim
Roraima	Maior representação da sociedade civil	Sim	Sim	Sim	Sim	Indicação da sociedade civil	96	Sim
Pará	Paritário	Sim	Sim	Sim	Sim	Indicação do poder público e da sociedade civil	40	Sim
Amapá	Paritário	Sim	Sim	Sim	Sim	Indicação da sociedade civil	96	Sim
Tocantins	Paritário	Sim	Não	Não	Sim	Indicação da sociedade civil	12	Não
Maranhão	Paritário	Sim	Sim	Sim	Sim	Indicação do poder público e da sociedade civil	4	Não
Piauí	Maior representação da sociedade civil	Sim	Não	Não	Não	Indicação do poder público e da sociedade civil	48	Sim
Ceará	Maior representação da sociedade civil	Não	Sim	Não	Não	Indicação do poder público e da sociedade civil	6	Não
Rio Grande do Norte	Maior representação da sociedade civil	Sim	Sim	Não	Sim	Indicação do poder público e da sociedade civil	80	Sim
Paraíba	Paritário	Sim	Sim	Sim	Sim	Indicação da sociedade civil	12	Não
Pernambuco	Maior representação da sociedade civil	Sim	Sim	Sim	Sim	Indicação do poder público	96	Sim
Alagoas	Paritário	Sim	Sim	Não	Não	Indicação do poder público e da sociedade civil	6	Não
Sergipe	Maior representação da sociedade civil	Sim	Sim	Não	Não	Indicação do poder público	44	Sim
Bahia	Maior representação da sociedade civil	Sim	Sim	Sim	Não	Outra forma de escolha	24	Não
Minas Gerais	Paritário	Sim	Sim	Não	Não	Outra forma de escolha	11	Não
Espírito Santo	Maior representação da sociedade civil	Sim	Sim	Sim	Não	Indicação do poder público e da sociedade civil	13	Não
Rio de Janeiro	Maior representação da sociedade civil	Sim	Não	Não	Não	Indicação do poder público	6	Não
São Paulo	Maior representação da sociedade civil	Sim	Não	Não	Não	Indicação do poder público	10	Não
Paraná	Paritário	Sim	Sim	Sim	Sim	Outra forma de escolha	6	Não
Santa Catarina	Paritário	Sim	Sim	Não	Não	Indicação da sociedade civil	47	Sim
Rio Grande do Sul	Maior representação da sociedade civil	Não	Sim	Não	Sim	Indicação do poder público e da sociedade civil	18	-
Mato Grosso do Sul	Paritário	Não	Sim	Não	Sim	Indicação da sociedade civil	12	Não
Mato Grosso	Paritário	Sim	Sim	Sim	Sim	Indicação do poder público e da sociedade civil	10	Não
Goiás	Paritário	Sim	Sim	Sim	Sim	Indicação do poder público e da sociedade civil	46	Sim
Distrito Federal	Paritário	Sim	Não	Não	Não	Indicação da sociedade civil	18	Sim

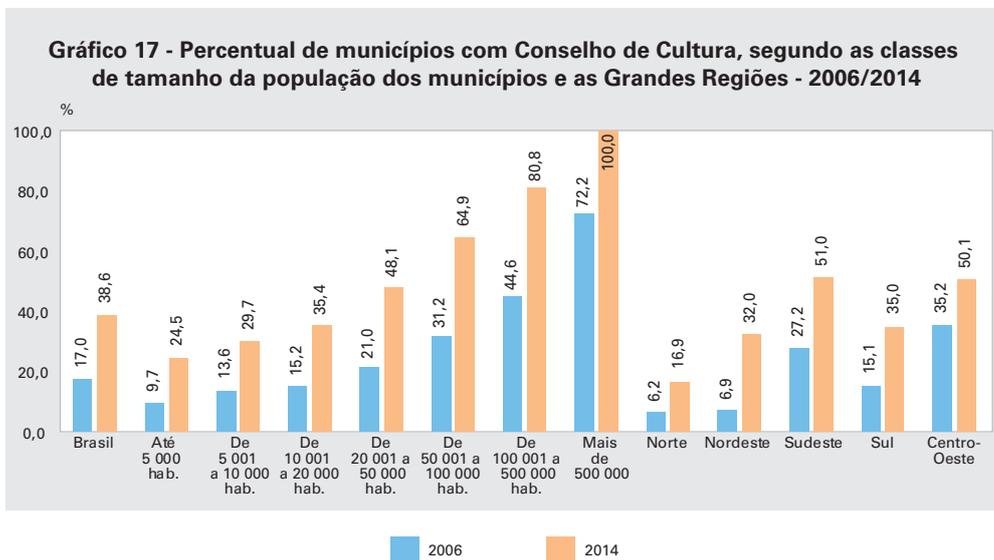
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

**Quadro 15 - Unidades da Federação, por atribuições do Conselho de Cultura - 2014**

Unidades da Federação	Atribuição do Conselho de Cultura										
	Pro-nunciar-se e emitir parecer sobre assuntos de natureza cultural	Elaborar e aprovar planos de cultura	Acompanhar e avaliar a execução de programas e projetos culturais	Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e instrumentos de financiamento da cultura	Propor, avaliar e referendar projetos culturais	Fiscalizar as atividades do órgão gestor da cultura	Apreciar e aprovar normas e diretrizes de financiamento de projetos	Fiscalizar as atividades de entidades culturais convênidas com a gestão estadual	Administrar o Fundo Estadual de Cultura	Elaborar normas e diretrizes para convênios culturais	Apreciar e aprovar normas para convênios culturais
Rondônia	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Acre	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Amazonas	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Roraima	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Pará	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Amapá	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Tocantins	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Maranhão	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Piauí	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Ceará	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Rio Grande do Norte	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Paraíba	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Pernambuco	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Alagoas	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Sergipe	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Bahia	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Minas Gerais	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Espírito Santo	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Rio de Janeiro	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
São Paulo	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Paraná	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Santa Catarina	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Mato Grosso do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	-	Não	Não	Não
Mato Grosso	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Goiás	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Distrito Federal	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não

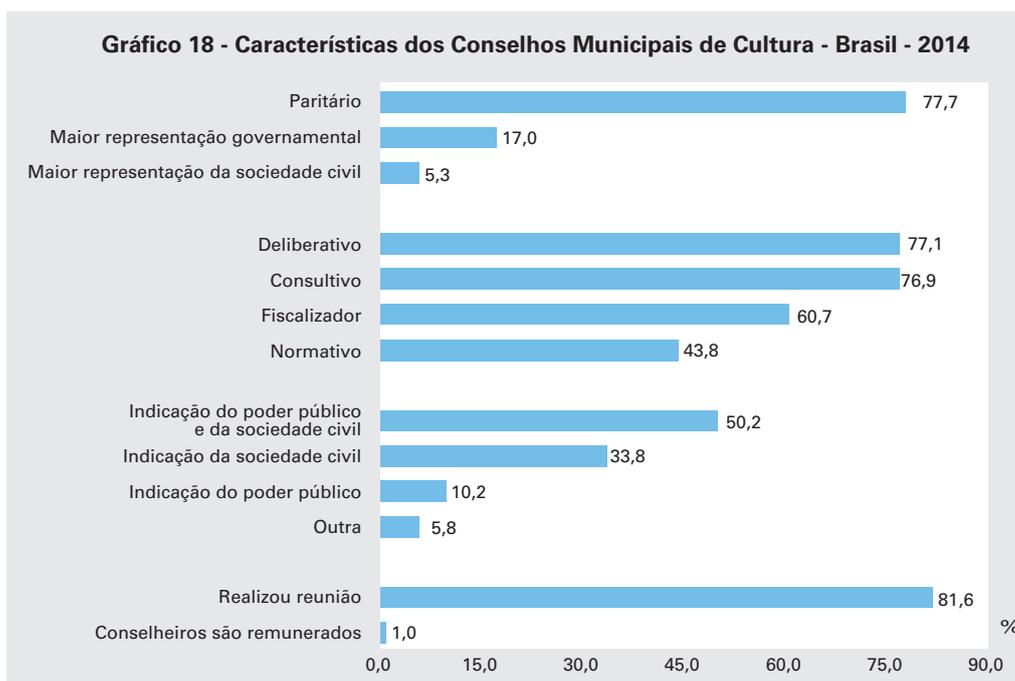
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

Em 2014, 38,6% (2 151) dos municípios tinham Conselho Municipal de Cultura, percentual bem superior ao encontrado no ano de 2006, 17,0% (948). Em todas as classes de tamanho da população, ocorreram acréscimos assim como em todas as Grandes Regiões (Tabela 49, disponível no CD-ROM).



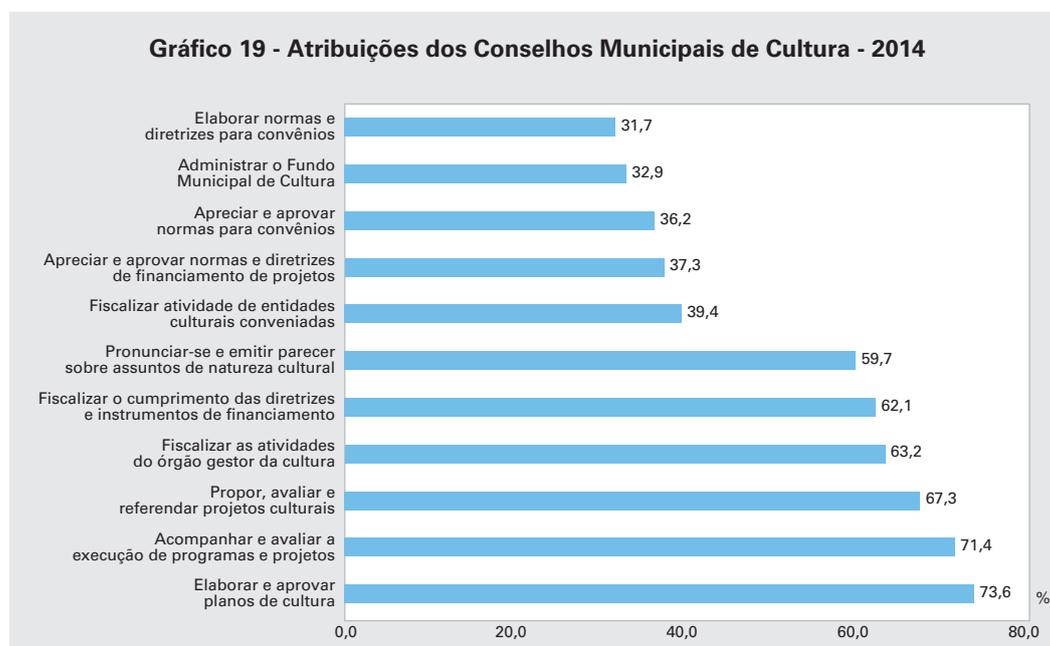
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

Com relação à composição dos 2 151 conselhos, 77,7% (1 671) eram paritários e apenas 5,3% (115) tinham maior representação da sociedade civil. Em relação ao caráter dos conselhos, 76,9% (1 654) eram consultivos e 77,1% (1 658) deliberativos. Em 50,2% (1 059) a indicação dos integrantes da sociedade civil era feita pelo poder público e pela sociedade civil. Realizaram pelo menos uma reunião nos doze meses anteriores a pesquisa, 81,6% (1 755) dos conselhos e em apenas 1,0% (22) os conselheiros eram remunerados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

A elaboração e aprovação dos planos municipais de cultura e o acompanhamento e avaliação da execução de programas e projetos culturais foram as atribuições mais citadas nos conselhos municipais, 73,6% (1 583) e 71,4% (1 585), respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

## Conselho de proteção e preservação do patrimônio

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, criado em 13 de janeiro de 1937, é o órgão federal responsável pelo tombamento, fiscalização e preservação do patrimônio material e imaterial do País. A crescente necessidade da preservação do patrimônio cultural fez com que estados e municípios criassem institutos, legislação e conselhos na área de patrimônio.

A função de cuidar da preservação do patrimônio está muitas vezes incorporada às atribuições dos Conselhos de Cultura. Porém, alguns estados e municípios possuem conselhos específicos para a área de proteção ao patrimônio cultural.

Os Conselhos Estaduais de Proteção do Patrimônio Cultural tem por finalidade transparência à discussão e a construção de políticas públicas estaduais, estruturando critérios e conceitos a serem adotados para a identificação, proteção, valorização e preservação do patrimônio cultural, a partir de pareceres técnicos e o acompanhamento e avaliação da política relativa ao patrimônio histórico, artístico e natural dos estados. As deliberações sobre políticas e demais medidas de tutela patrimonial buscam subsidiar na formulação do planejamento por parte dos órgãos gestores estaduais e municipais na área patrimonial.

Apenas 9 Unidades da Federação tinham Conselho de Preservação do Patrimônio e apenas os conselhos da Paraíba, de Minas Gerais e do Distrito Federal eram paritários. Dois dos conselhos não realizaram reuniões nos doze meses anteriores a pesquisa, Amazonas e Distrito Federal. Com relação ao caráter dos conselhos, apenas os de Minas Gerais e do Distrito Federal não eram consultivos.

**Quadro 16 - Unidades da Federação com Conselho de Preservação do Patrimônio - 2014**

Unidades da Federação	Paritário	Caráter				Quantidade de reuniões nos últimos 12 meses
		Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador	
Acre	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	2
Amazonas	Não	Sim	Sim	Sim	Não	-
Ceará	Não	Sim	Sim	Não	Não	3
Paraíba	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	6
Minas Gerais	Sim	Não	Sim	Sim	Não	8
Rio de Janeiro	Não	Sim	Não	Não	Não	20
São Paulo	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	48
Paraná	Não	Sim	Não	Não	Não	5
Distrito Federal	Sim	Não	Sim	Não	Não	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

De acordo com a ESTADIC, os Conselhos de Preservação do Patrimônio tinham, em sua maioria, a atribuição de emitir parecer sobre projetos de lei que visam o tombamento, a preservação e a proteção do patrimônio. Apenas os conselhos do Acre e de Minas Gerais participaram da formulação do plano diretor no que tange ao uso, à ocupação e aos aspectos ligados à urbanização, visando à adequação das exigências de preservação do patrimônio cultural.

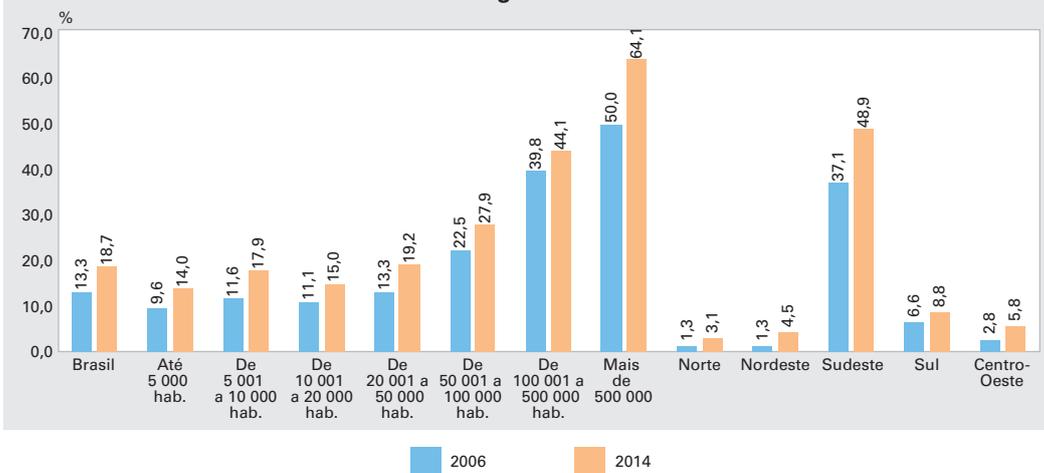
Os resultados da MUNIC, por sua vez, apontaram para um aumento dos Conselhos de Preservação do Patrimônio no âmbito municipal. Entre 2006 e 2014, o percentual de municípios com conselho subiu de 13,3% (741) para 18,7% (1 043) e o crescimento foi observado em todas as classes de tamanho de população e em todas as Grandes Regiões.

**Quadro 17 - Unidades da Federação com Conselhos de Preservação do Patrimônio, por atribuições - 2014**

Unidades da Federação	Atribuição dos Conselhos de Cultura								
	Emitir parecer sobre a realização de projetos que envolvam a preservação do patrimônio	Formular e fazer cumprir diretrizes da política de preservação cultural	Inventariar e fazer o tombamento do patrimônio histórico e cultural	Opinar sobre a preservação de paisagens e formações naturais culturais	Elaborar e dar parecer sobre projetos de lei que visem o tombamento, a preservação e a proteção do patrimônio	Fiscalizar a utilização dos bens tombados culturais	Propor a celebração de convênios ou acordos visando à preservação do patrimônio	Assessorar e recomendar programas de aproveitamento turístico do patrimônio cultural	Participar da formulação do Plano Diretor (1)
Acre	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Amazonas	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
Ceará	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Paraíba	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Minas Gerais	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Rio de Janeiro	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
São Paulo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Paraná	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Distrito Federal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

(1) No que tange ao uso, à ocupação e aos aspectos ligados à urbanização, visando à adequação das exigências de preservação do patrimônio cultural.

**Gráfico 20 - Percentual de municípios com Conselho de Preservação do Patrimônio, segundo as classes de tamanho da população dos municípios e as Grandes Regiões - 2006/2014**


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

## Conferências de Cultura

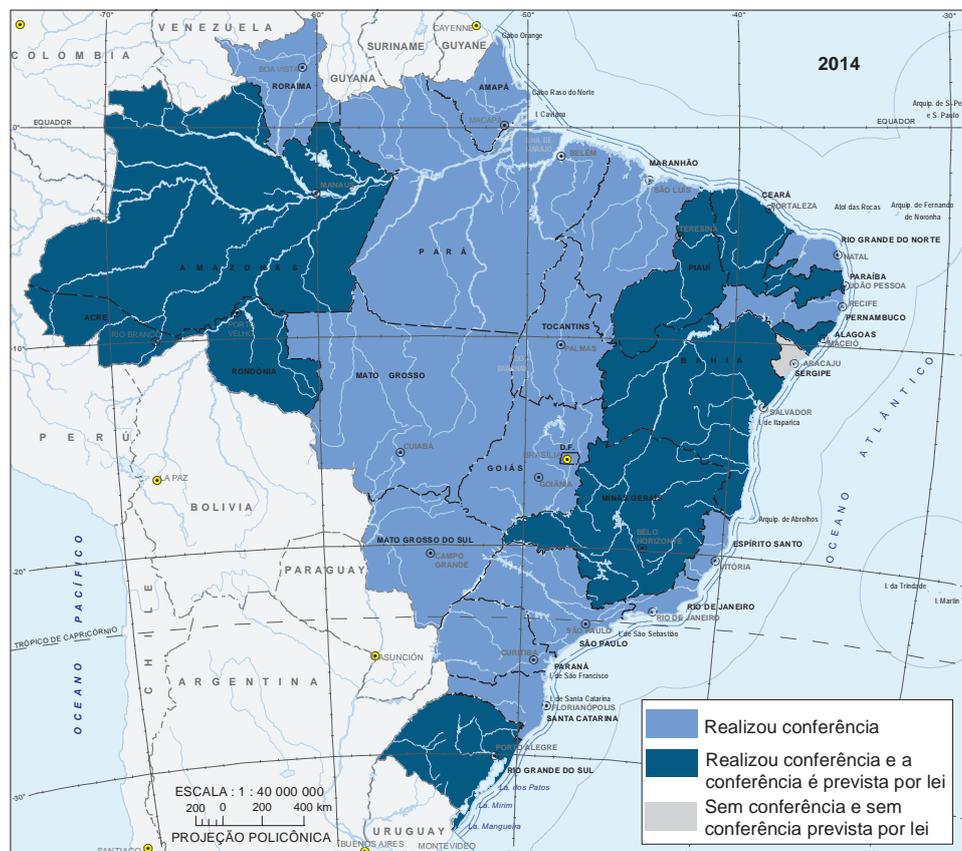
As Conferências de Cultura são um mecanismo implantado pelo governo federal e se propõem a estimular a participação social na elaboração das políticas públicas voltadas para o setor cultural. São espaços de debate e proposição de políticas, programas e ações para o campo da cultura, por representantes do poder público, da sociedade civil, das comunidades culturais, artistas, produtores, agentes e articuladores culturais. Podem ser consideradas amplos espaços de participação, onde representantes do Poder Público e da sociedade discutem e apresentam propostas para o fortalecimento e adequação de políticas públicas específicas, agrupando reflexões e contribuições nos âmbitos local, estadual e nacional (CANEDO, 2008).

Nesse sentido, para que o governo federal acolha as propostas feitas pela sociedade e poder público, há uma forma de organização entre as Conferências. Existem primordialmente as Conferências Nacionais, as Estaduais/Distritais e as Municipais/Intermunicipais de Cultura. Elas formam uma cadeia hierárquica, que começa nos municípios, passa pelas esferas estaduais para depois se somar às nacionais.

As Conferências Estaduais de Cultura, por sua vez, são espaços de participação social onde ocorre a articulação entre o poder público, nas instâncias de governos estaduais, distrital e municipais, e a sociedade civil. Elas antecedem a Conferência Nacional e têm a função de analisar a conjuntura cultural na esfera estadual/distrital e de propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura e para o Plano Estadual de Cultura. Essas conferências são também um espaço prévio para demandas e propostas que são levadas à Conferência Nacional de Cultura e contribuirão para o Plano Nacional de Cultura. Nessas conferências a sociedade civil tem poder paritário, e seus delegados são eleitos nas Conferências Municipais e Intermunicipais (SNC, 2009).

Analisando-se a resposta dos estados e do Distrito Federal quanto à realização de Conferência de Cultura, constatou-se que 26 Unidades da Federação haviam realizado e em 10 destes a conferência era prevista por lei.

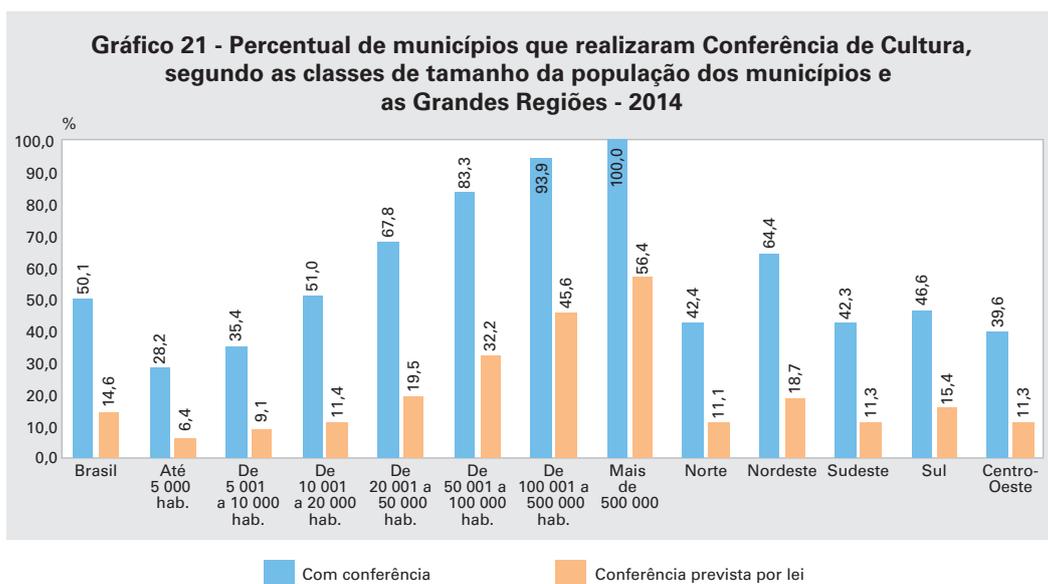
**Cartograma 14 - Unidades da Federação com Conferência de Cultura - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

As Conferências Municipais de Cultura podem ser descritas como espaços abertos para a ampla participação social, nos quais ocorre a articulação entre os governos municipais e a sociedade civil, que possuem a função de analisar a conjuntura cultural no âmbito do município, assim como propor diretrizes para a formulação de políticas culturais e do Plano Municipal de Cultura. São instâncias preparatórias das demandas e propostas para as Conferências Estaduais e Nacional. Nelas são eleitos os delegados que representarão a sociedade civil nas conferências estaduais. A representação da sociedade civil deve ser no mínimo paritária em relação ao poder público e os delegados são escolhidos democraticamente em pré-conferências municipais ou por meio da inscrição aberta aos munícipes que tenham interesse pela área (SNC, 2009).

No âmbito dos municípios, 2 793 tinham realizado conferências municipais e em 811 municípios a conferência era prevista por lei. Quanto maior a classe de tamanho dos municípios, maior o percentual de municípios que tinham realizado conferência, e com relação às Grandes Regiões, a Nordeste foi a que apresentou o maior percentual de municípios com conferência já realizada. O mesmo padrão foi verificado para os municípios com conferência prevista por lei (Tabelas 53 e 54, disponíveis no CD-ROM).

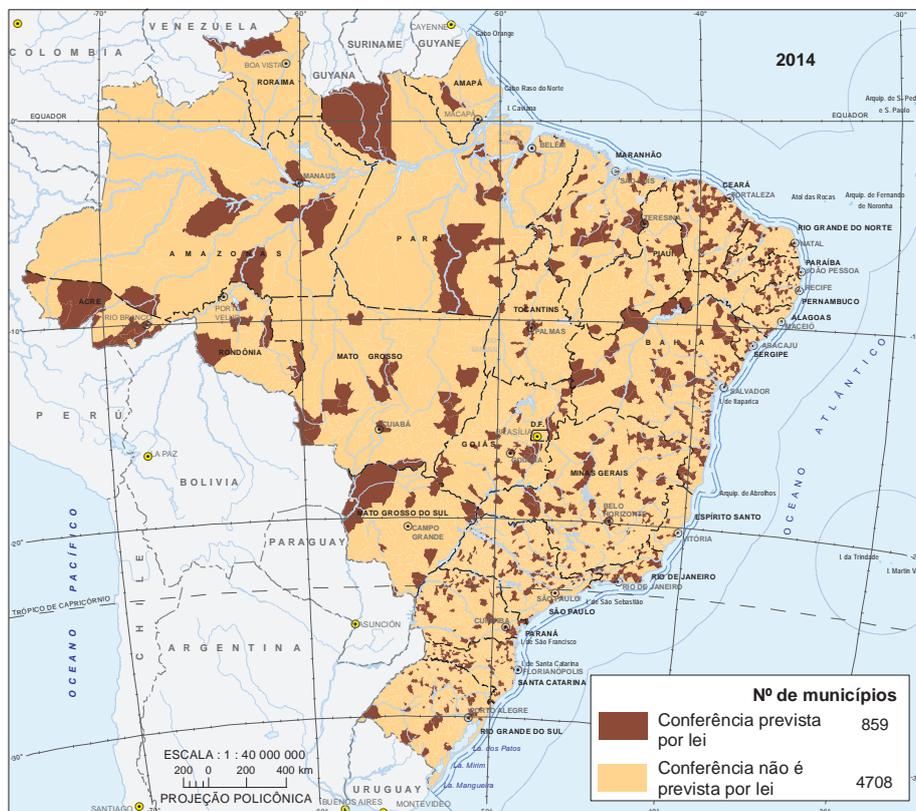
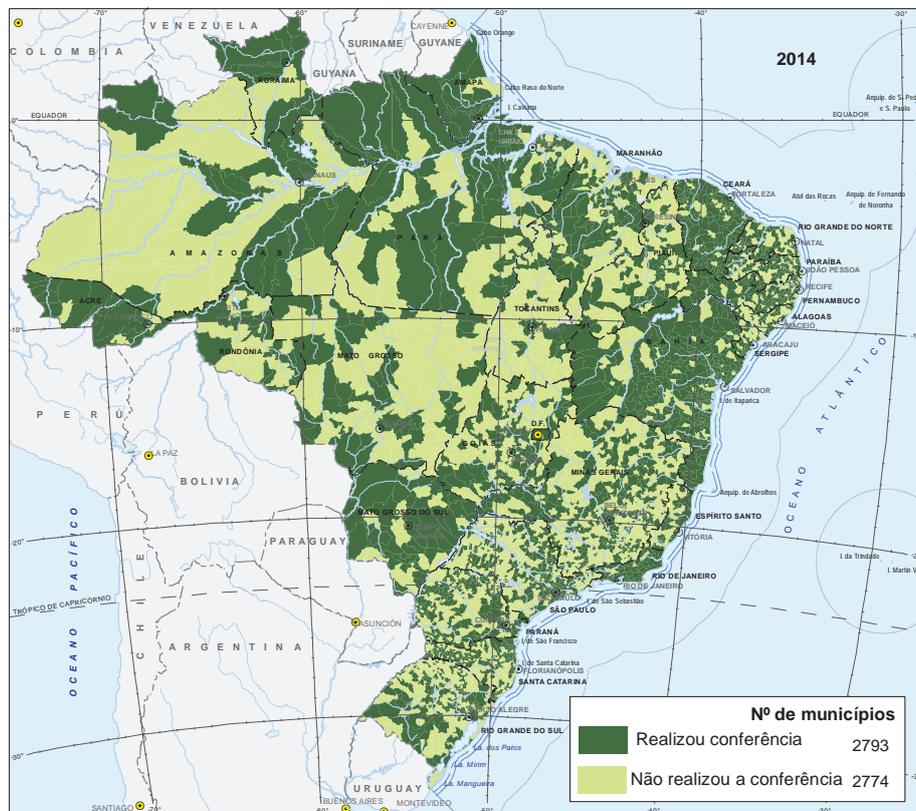


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

Mais de 80,0% dos municípios dos Estados do Rio de Janeiro (89,1% - 82 municípios), Ceará (88,0% - 162 municípios), Amapá (87,5% - 14 municípios), Roraima (86,7% - 13 municípios), Bahia (84,9% - 354 municípios) e Acre (81,8% - 18 municípios) já haviam realizado suas conferências. No outro extremo estavam os municípios do Mato Grosso e do Tocantins, onde apenas, respectivamente, 29,0% (42) e 16,0% (25) destes as tinham realizado.

Nos Estados do Acre e do Rio de Janeiro estavam os maiores percentuais de municípios com suas conferência previstas por lei, respectivamente, 50,0% (11) e 40,2% (37), com os menores percentuais os Estados de Espírito Santo e do Amapá, 6,4% (1) e 6,3% (5).

Cartograma 15 - Municípios com Conferência de Cultura - Brasil - 2014



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

---

## Fundo de cultura

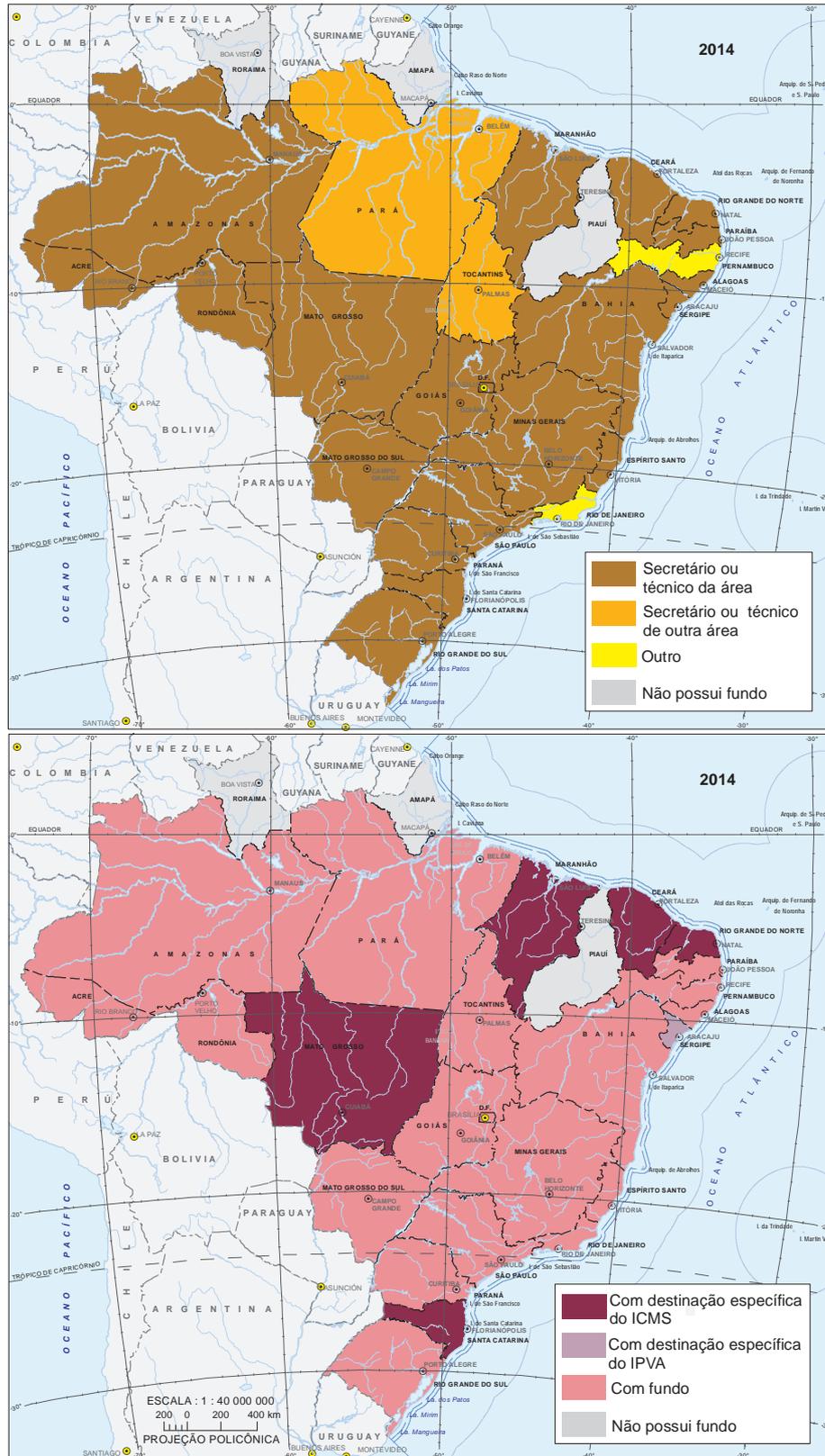
O Fundo de Cultura é um instrumento público de fomento às atividades e empreendimentos da produção cultural administrados pela gestão pública local. É um importante mecanismo de financiamento de projetos e atividades culturais, sendo constituído de dotações orçamentárias do próprio ente federativo, contribuições e aportes de recursos oriundos de outros entes federados, contribuições e doações de setores privados e empresariais, arrecadação de preços públicos e demais ingressos legais.

A instituição do Fundo de Cultura constitui um estratégico instrumento de captação de recursos para apoiar, fomentar e impulsionar a produção cultural local, dinamizar e movimentar as expressões artísticas, em geral, e a economia da cultura.

De acordo com os resultados da ESTADIC, havia, em 2014, fundos exclusivos da cultura instituídos em 24 das 27 Unidades da Federação. Dentre os fundos, na maioria o ordenador de despesa era o secretário ou técnico da área. No Pará e no Tocantins, era o secretário ou técnico de outra área e em Pernambuco e no Rio de Janeiro outro responsável que não os já citados, nem o governador. Nos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Mato Grosso havia destinação específica do ICMS para o fundo, e em Sergipe destinação específica do IPVA.

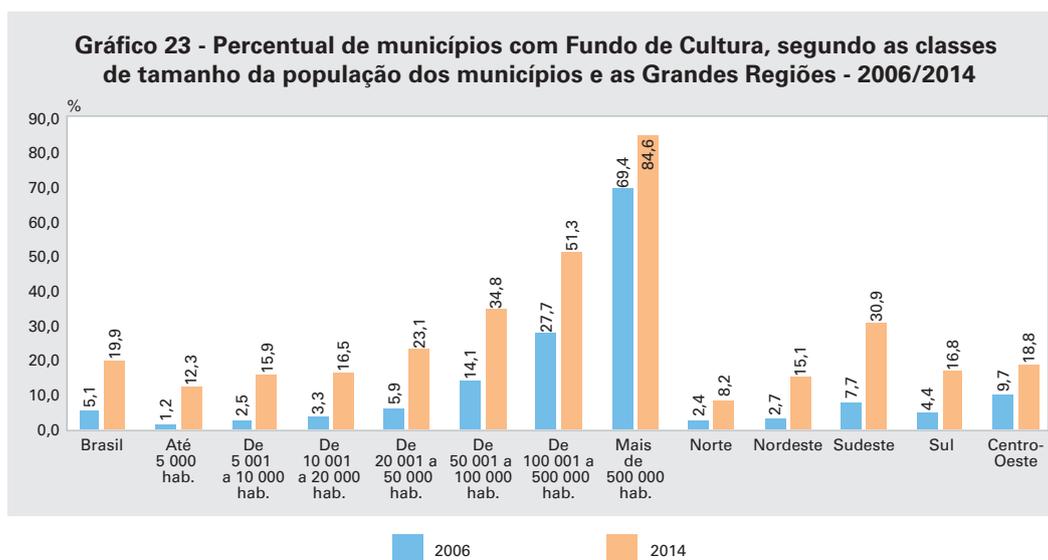
Entre os principais objetivos dos fundos, estavam o de fomentar a produção cultural local e permitir a circulação da produção artística. Com relação à forma de seleção dos projetos que recebiam apoio do fundo, apenas no Estado de Rondônia a seleção era feita através de edital público e por concurso, e em nenhum dos fundos era feita através de indicação de órgãos da sociedade civil.

**Cartograma 16 - Unidades da Federação com Fundo de Cultura, por ordenador de despesas do fundo e com destinação específica de percentual do ICMS e do IPVA - Brasil - 2014**



Fonte: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Os resultados da M<sub>UNIC</sub>, por sua vez, apontaram para um aumento dos Fundos de Cultura como mecanismo de financiamento de projetos e atividades culturais no âmbito municipal. Entre 2006 e 2014, o percentual de municípios com fundo em todo o Brasil subiu de 5,1% (285) para 19,9% (1 111) e o crescimento foi observado em todas as classes de tamanho da população e em todas as Grandes Regiões. Em 95,0% (1 056) dos municípios que possuíam fundo em 2014, este era exclusivo da cultura.



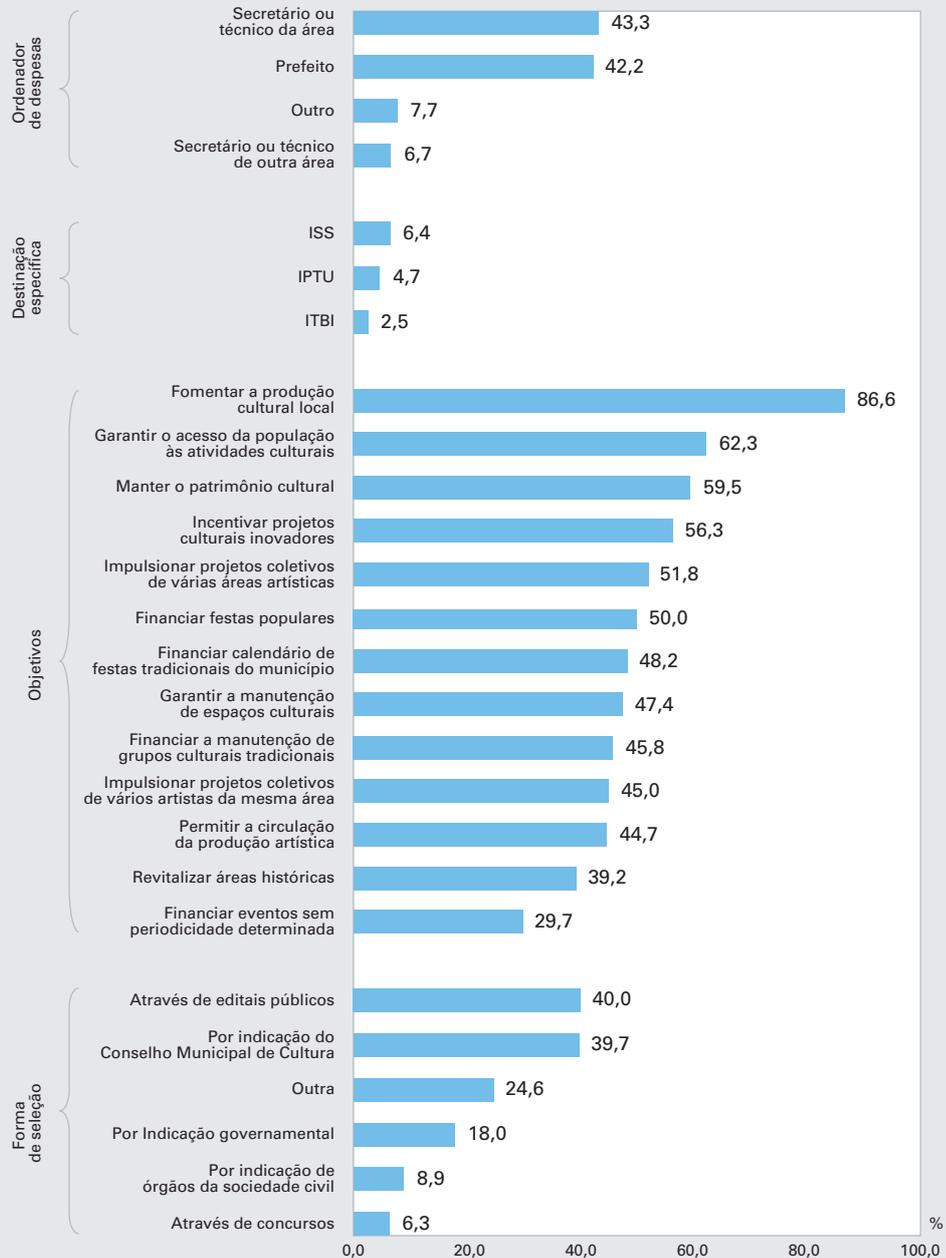
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

Quanto ao ordenador de despesas do Fundo, em 43,3% (481) do total dos municípios com fundo, o ordenador era o secretário ou técnico da área, percentual próximo dos municípios onde o ordenador era o prefeito, 42,2% (469). Em apenas 6,4% (71) dos municípios o fundo recebia destinação específica do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), em 4,7% (52) do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e em 2,5% (28) do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

Com relação aos principais objetivos a serem cumpridos pelos Fundos Municipais de Cultura, em 86,6% (962) dos municípios com fundo era o fomento a produção de cultura local, em 62,3% (692), garantir o acesso da população às atividades culturais e em 59,5% (661) era investido em manter o patrimônio cultural.

O Suplemento de Cultura da M<sub>UNIC</sub> de 2014 investigou como era feita a seleção dos projetos que recebiam apoio do Fundo Municipal de Cultura e constatou que em 40,0% (444) dos municípios com fundo, era feita através de editais públicos e em 39,7% (441) através de indicação do Conselho Municipal de Cultura. Em apenas 6,3% (70) dos municípios com fundo, a seleção era feita por concurso.

**Gráfico 24 - Percentual de municípios com Fundo de Cultura, segundo algumas características - Brasil - 2014**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.

Como pode ser observado nos dados mencionados nas páginas anteriores, pode-se afirmar de forma geral, que a comparação entre os resultados do Suplemento de Cultura da MUNIC 2014 e da edição de 2006 indicam que os municípios brasileiros vêm avançando em uma série de aspectos da política cultural, o que aponta para uma maior valorização da cultura na vida social, como objetivo de política pública e uma participação mais ativa da população nesse sentido.

Nos estados, assim como nos municípios, foi observada a consolidação de um arcabouço legal, existência de estrutura administrativa especializada, maior qualificação dos gestores, avanços na gestão democrática e na existência de mecanismo de financiamento da política. Por outro lado, persistem ainda diferenças significativas entre os municípios de diferentes estados, bem como entre os municípios de maior e menor classe de tamanho da população.

---

## Referências

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011)>. Acesso em: nov. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 33. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2004. 386 p. (Coleção Saraiva de legislação).

\_\_\_\_\_. Secretaria de Articulação Institucional. *Proposta de estruturação, institucionalização e implementação do sistema nacional de cultura*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2009.

CALABRE, L. *Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. 2007. Trabalho apresentado no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - Enecult, realizado em Salvador, 2007. [18] p. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

CANEDO, D. P. *Cultura, democracia e participação social: um estudo da II conferência estadual de cultura da Bahia*. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado)-Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10590>>. Acesso em: nov. 2015.

O DIÁLOGO entre pesquisa e planejamento de políticas culturais para o território. 2010. [31] p. Mesa com trabalhos apresentados no VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado em Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24457.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

ESTATÍSTICAS do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 540 p. Acompanha 1 CD- ROM. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=283025>>. Acesso em: nov. 2015.

HAWKES, J. *The fourth pillar of sustainability: culture's essential role in public planning*. Melbourne: Cultural Development Network; Champaign: Common Ground, 2001. 69 p. Disponível em: <[http://www.culturaldevelopment.net.au/community/Downloads/HawkesJon\(2001\)TheFourthPillarOfSustainability.pdf](http://www.culturaldevelopment.net.au/community/Downloads/HawkesJon(2001)TheFourthPillarOfSustainability.pdf)>. Acesso em: nov. 2015.

LINS, C. P. de C. *Indicadores culturais: possibilidades e limites: as bases de dados do IBGE*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2006. 17 p. Disponível em: <[http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/edc\\_cristinapereira\\_1148588640.pdf](http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/edc_cristinapereira_1148588640.pdf)>. Acesso em: nov. 2015.

LINS, C. P. de C.; ALKMIM, A. C. O sistema e o "sistema": o projeto em curso no IBGE e o estudo sobre a cultura. *Observatório Itaú Cultural*, São Paulo: Itaú Cultural, n. 4, p. 59-67, jan./mar. 2008. Disponível em: <[http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau\\_pdf/000704.pdf](http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/000704.pdf)>. Acesso em: nov. 2015.

NAÇÕES UNIDAS. Conferência Geral. *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, 2002. [7] p. (CLT 2002/WS/9). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

OLIVEIRA, L. A. P. de. As bases de dados do IBGE: potencialidades para a cultura. In: CANCLINI, N. et al. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco Brasil, 2003. cap. 12, p. 189-206. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

PERFIL dos municípios brasileiros 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 121 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=21914>>. Acesso em: nov. 2015.

PERFIL dos municípios brasileiros: gestão pública 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 245 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1\\_perfil.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm)>. Acesso em: nov. 2015.

PERFIL dos municípios brasileiros: gestão pública 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 242 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1\\_perfil.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm)>. Acesso em: nov. 2015.

PERFIL dos municípios brasileiros 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007a. 241 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de informações Básicas Municipais. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1\\_perfil.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm)>. Acesso em: nov. 2015.

PERFIL dos municípios brasileiros 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 477 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1\\_perfil.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm)>. Acesso em: nov. 2015.

PERFIL dos municípios brasileiros 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 291 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1\\_perfil.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm)>. Acesso em: nov. 2015.

PERFIL dos municípios brasileiros: cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b. 272 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/default.shtm>>. Acesso em: nov. 2015.

PESQUISA brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 2014. 153 p. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf/view>>. Acesso em: nov. 2015.

RIBEIRO, A. R. P. *A cultura e a informação estatística nacional: entre o desejado e o possível*. 2011. 179 p. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Ibict, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/753/1/anarosa2011.pdf>>. Acesso em nov. 2015.

SISTEMA de informações e indicadores culturais 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 121 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 18). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic\\_culturais/2003/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/default.shtm)>. Acesso em: nov. 2015.

SISTEMA de informações e indicadores culturais 2003-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 129 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 22). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic\\_culturais/2005/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2005/default.shtm)>. Acesso em: nov. 2015.

SISTEMA de informações e indicadores culturais 2007-2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 172 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 31). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic\\_culturais/2010/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2010/default.shtm)>. Acesso em: nov. 2015.

---

## Glossário

**arquivo público e/ou centro de documentação** Entidade coletiva, pública ou privada, que tem por finalidades a guarda, o processamento e o acesso a documentos. É aberta à frequência do público em geral.

**artesanato** Arte ou ofício de produzir objetos manualmente, cujo modo de fazer está enraizado no cotidiano das comunidades.

**artes visuais** Aquelas que se manifestam por meios visuais e táteis, como escultura, gravura, fotografia, colagem, desenho, pintura, entre outras.

**associação literária** Grupo literário, legalmente constituído e em atividade há dois anos ou mais, nas seguintes categorias: clube de leitura, academia de letras, grêmio literário, grupo ou associação de escritores, entre outras.

**atividade artesanal** Atividade produtiva caracterizada como trabalho preponderantemente manual, realizada por artesão cujo conhecimento e modos de fazer estão enraizados no cotidiano das comunidades. Pode ter finalidade utilitária ou artística.

**banda** Grupo musical composto basicamente por instrumentos de sopro e percussão, no qual também podem ser incorporados instrumentos de cordas.

**barro** Confecção de artefatos moldados em argila, à mão ou em torno manual, crus ou queimados em fornos, com recobrimento ou não de pintura, para fim utilitário ou simbólico.

**biblioteca pública** Edifício ou recinto onde se instala uma coleção pública de livros, periódicos e documentos, organizada para estudo, leitura e consulta. É aberta à frequência do público em geral.

**bloco carnavalesco** Conjunto de pessoas que desfilam no carnaval de forma organizada, geralmente trajando roupas segundo um certo tema e muitas vezes com coreografias ensaiadas previamente, podendo contar com a participação de carros alegóricos.

**bordado** Confecção de artefatos com técnica artesanal à base de linha, fios etc. sobre estofa ou pano, para fim utilitário ou decorativo.

**canal de tv aberta** Canal de emissora de televisão cuja imagem é captada no município sem o uso de antena parabólica, a cabo ou satélite.

**capoeira** Elemento da cultura popular brasileira desenvolvido por escravos africanos e seus descendentes, jogado por dois parceiros em movimentos associados de luta e dança.

**centro cultural** Local destinado a atividades artístico-culturais e que conta com mais de dois tipos diferentes de equipamentos culturais em uso (biblioteca, sala de exposição, sala de cinema, teatro, anfiteatro etc.).

**cinelube** Atividade de exibição sistemática de programas audiovisuais promovida por grupos associativos, com finalidade cultural. As atividades não devem ter fins lucrativos e o cinelube deve ter estrutura e direção democráticas. As sessões podem ou não ter cobrança.

**cinema** Estabelecimento cuja finalidade é a projeção de filmes.

**circo** Empreendimento voltado para a apresentação de espetáculos que contam com atrações diversas, em estruturas desmontáveis e itinerantes.

**conchas** Confecção artesanal de artefatos com conchas, para fim utilitário, decorativo ou de adorno pessoal.

**conselho consultivo** Aquele em que seus integrantes têm o papel apenas de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.

**conselho deliberativo** Aquele que efetivamente tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

**conselho fiscalizador** Aquele que fiscaliza a implementação e o funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

**conselho normativo** Aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

**conselho paritário** Aquele que apresenta um número igual de representantes da sociedade civil e do setor governamental.

**consórcio intermunicipal** Pessoa jurídica de direito privado ou associação pública entre dois ou mais municípios do mesmo estado, visando à execução de projetos, obras e/ou serviços de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional.

**coral** Conjunto vocal formado por vozes, em geral por quatro naipes (ou vozes), com ou sem fins comerciais, desde que juridicamente constituído ou que tenha no mínimo dois anos de atuação.

**couro** Confeção manual de artefatos de couro ou pele, para fim utilitário, decorativo ou de indumentária.

**cultura popular** Manifestação dos grupos em que o trabalho se fundamenta nos costumes e tradições de um povo. Ela se expressa nos seus saberes e fazeres, nas práticas e nas artes produzidas pela comunidade e pelos fazedores de cultura tradicionais, tais como: música, canto, dança, encenações, festas, literatura, medicina tradicional, culinária tradicional, jogos, brincadeiras e artesanato. Geralmente, a cultura popular é transmitida de forma oral, de geração em geração.

**ensino fundamental (1º grau) completo** Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a oitava série do ensino fundamental ou primeiro grau, organizado em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc.

**ensino médio (2º grau) completo** Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a terceira série do ensino médio ou segundo grau, em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc. Inclui o curso regular supletivo e cursos técnicos.

**ensino superior completo** Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu o último período de curso de graduação universitária ou ensino superior.

**escola de samba** Agremiação carnavalesca.

**espaço para circo** Terreno pertencente ao estado, ao município ou à União, com a infraestrutura necessária (energia, água, esgoto sanitário, banheiros e outras instalações) preparada para receber, preferencialmente, espetáculos de circo.

**estádio ou ginásio poliesportivo** Espaço fechado, destinado a competições de diversas modalidades esportivas, com capacidade para receber público.

**fibras vegetais** Artesanato em fibras vegetais, que normalmente compreende o processo desde a extração, o tratamento, até a confecção do artefato em si. Os principais tipos vegetais utilizados para produzir peças decorativas, utilitárias ou simbólicas são: palhas diversas, cipó, junco, bambu, milho, banana e taboa.

**fios e fibras** Confeção de peças de vestuário e outras, executada a partir de fios e fibras naturais ou sintéticos, com técnicas manuais diversas, tais como crochê e tricô.

**fomento à cultura** Mecanismos de incentivo às práticas culturais por meio de dedução nos impostos ou financiamento público como compensação por gastos efetuados por pessoas físicas ou jurídicas no apoio a práticas culturais.

**frutos e sementes** Confeção de peças com frutos e sementes, muitas vezes de inspiração indígena, para fim decorativo, simbólico ou de adorno pessoal.

**funcionário cedido** Funcionário cedido por outras administrações.

**funcionário estatutário** Funcionário contratado sob o Regime Jurídico Único - RJU, que rege a contratação no serviço público.

**funcionário regido pela CLT** Funcionário contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

**funcionário sem vínculo permanente** Funcionário que trabalha por prestação de serviços, sem vínculo empregatício e sem carteira de trabalho assinada. Também são incluídos nesta categoria os autônomos, estagiários e voluntários.

**funcionário somente comissionado** Funcionário que tem como vínculo apenas o cargo comissionado que exerce.

**fundo municipal** Fundo destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para conclusão de políticas setoriais.

**grupo artístico de dança** Grupo organizado de dançarinos que se dedica à produção e apresentação de espetáculos de dança, com ou sem fins comerciais, desde que juridicamente constituído ou que tenha no mínimo dois anos de atuação.

**grupo artístico de manifestação popular tradicional** Grupo organizado que tem por finalidade a produção, a manutenção e a representação de manifestações tradicionais populares, com ou sem fins comerciais, desde que juridicamente constituído ou que tenha no mínimo dois anos de atuação.

**grupo artístico de teatro** Grupo organizado que tem por finalidade a produção e a apresentação de espetáculos teatrais, com ou sem fins comerciais, desde que juridicamente constituído ou que tenha no mínimo dois anos de duração.

**grupo artístico musical** Grupo de músicos composto por número variável de componentes e formado por instrumentistas diversos e/ou vozes, com ou sem fins comerciais, desde que juridicamente constituído ou que tenha no mínimo dois anos de atuação.

**lan house** Estabelecimento comercial onde, à semelhança de um *cyber café*, as pessoas podem pagar para utilizar um computador com acesso à Internet e a uma rede local, com o principal fim de obtenção de informação rápida ou entretenimento por meio de jogos em rede ou *online*.

**madeira** Confeção artesanal de brinquedos, móveis e objetos de madeira, para fim utilitário, decorativo ou de adorno pessoal.

**material reciclável** Confeção de artefatos de uso variado que utiliza resíduos de origem industrial, como embalagens plásticas, papel, papelão, borrachas, pneus, panos (já industrializados), entre outros, para fim utilitário, decorativo ou de indumentária.

**metal** Confeção artesanal de peças de metais diversos, como cobre, ferro, bronze, prata, alumínio, entre outros, para fim utilitário, decorativo, simbólico ou de adorno pessoal.

**museu** Instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, voltada à pesquisa dos testemunhos materiais do homem e do seu entorno, que adquire, conserva, comunica e, notadamente, expõe o seu acervo, visando estudos, educação e lazer. O ingresso pode ou não ter cobrança.

**orquestra** Grupo de instrumentistas dirigidos por um regente.

**outras comunidades tradicionais** Ribeirinhos, quebradeiras de coco-babaçu, seringueiros, retireiros, faxinalenses, comunidades de fundos de pasto, pomeranos, geraizeiros, vazanteiros, piaçabeiros, pescadores artesanais, pantaneiros, entre outras.

**patrimônio imaterial** Bens de natureza imaterial, como conhecimentos, processos e modos de saber e fazer, rituais, festas, folguedos, ritmos, literatura oral etc.

**patrimônio material** Bens de natureza material, como obras; objetos; documentos; edificações; conjuntos urbanos; sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico etc.

**pedras** Confeção de artefatos de mármore, granito, pedra-sabão etc., para fim utilitário, decorativo ou de adorno pessoal.

**pedras preciosas** Lapidação e/ou utilização de pedras preciosas para confeção de jóias, bijuterias e peças de adorno pessoal.

**Política Municipal de Cultura** Ação do poder público ancorada em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários. Esta política é orientada para melhorar a qualidade de vida da população por meio de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas, proporcionando o acesso aos bens culturais. Trata-se de uma ação voltada para todo o município e não para alguns segmentos da sociedade.

**ponto de cultura** Entidade, grupo ou coletivo com atuação comprovada na área cultural, em consonância com os objetivos e princípios do Programa Cultura Viva.

**pós-graduação** Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu o *latu sensu* (especialização e aperfeiçoamento da graduação) ou o *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado).

**renda** Técnica artesanal que consiste no entrelaçamento ou recorte de fios de linho, seda, algodão, entre outros, formando desenhos variados, geralmente de aspecto transparente e vazado. As peças rendadas podem ser para fim utilitário ou decorativo.

**secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais** Órgão gestor da cultura em conjunto com outras políticas (educação, saúde etc.).

**secretaria municipal exclusiva** Órgão gestor da cultura que trata isoladamente da cultura.

**setor** Parte organizacional da prefeitura sem *status* de secretaria.

**setor subordinado a outra secretaria** Órgão gestor da cultura como parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém sem *status* de secretaria, que se encontra diretamente subordinado a uma secretaria diversa da cultura.

**setor subordinado diretamente à chefia do executivo** Órgão gestor da cultura como parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém sem *status* de secretaria, que se encontra diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

**sociedade civil** Entidades e/ou associações que não integram o governo.

**tapeçaria** Técnica que utiliza materiais, como juta, sisal, barbantes, lã, fibras naturais, tiras de tecido, entre outros, trabalhados com pontos elaborados, formando composições e padrões cromáticos, para fim utilitário ou decorativo.

**teatro ou sala de espetáculo** Estabelecimento ou edificação cuja finalidade é a apresentação de arte dramática, música, dança etc.

**tecelagem** Técnica que consiste no entrelaçamento de fios a partir de teares verticais ou horizontais. As peças tecidas podem ser para fim utilitário, decorativo ou simbólico.

**turismo cultural** Atividade voltada para o conhecimento de espaços históricos e acervos considerados patrimônio de uma comunidade e/ou manifestações culturais tradicionais ou não.

**vidro** Confecção de artefatos decorativos com técnica artesanal em vidro.

---

# Equipe técnica

## **Diretoria de Pesquisas**

### **Coordenação de População e Indicadores Sociais**

Bárbara Cobo Soares

### **Gerente de Pesquisas e Estudos Federativos**

Antônio Carlos Alkmim dos Reis

### **Gerência do Projeto de Pesquisa de Informações Básicas Estaduais e Pesquisa de Informações Básicas Municipais**

Vânia Maria Pacheco

### **Planejamento e apuração do Questionário Básico**

Alberto Francisco Sineiro Dantas

Altino Ventura Neto

Marzulo Pagani Vivacqua

Sandra Maria Barreto

Vânia Maria Pacheco

### **Programação e execução do plano tabular**

Vânia Maria Pacheco

### **Elaboração dos textos analíticos**

Antonio Carlos Alkmim

Vânia Maria Pacheco

### **Revisão técnica dos textos**

Antonio Carlos Alkmim

## **Diretoria de Informática**

### **Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistema**

Claudio Mariano Fernandes

**Desenvolvimento de sistema e apuração dos resultados**

Solange Ferreira Pinto

Rosangela Koehler Pulcinelli

**Coordenação de Metodologia e Banco de Dados**

Cláudio Mariano Fernandes

**Gerência de Acesso a Banco de Dados**

Luiz Antonio Gauziski de Araújo Figueredo

José Masello

**Coordenação de Serviços de Informática**

Bruno Gonçalves Santos

Fernando Espírito Santo Cataldo

Geórgia de Souza Assumpção

Osmar Alves de Araújo

**Diretoria de Geociências****Coordenação de Geografia**

Claudio Stenner

**Gerência de Atlas**

Adma Hamam de Figueiredo

**Elaboração dos cartogramas**

Jorge Kleber Teixeira Silva

José Carlos Louzada Morelli

**Supervisores Estaduais da Pesquisa**

RO - Jurandir Soares da Silva

AC - Tiago Nogueira Marques

AM - Sandra Maria Torres de Brito

RR - Angela Patrícia Lima de Souza

PA - Paulo Sergio Borges

AP - Francisco Tome Teles de Menezes

TO - Raimundo Costa Barbosa

MA - Vito Assis Alencar dos Santos

PI - Wilma Barbosa de Sousa Leite

CE - Antônio Nogueira Amora

RN - Telma Maria Galvão de Azevedo

PB - José Pereira de Araújo

PE - Jose Osmundo do Rego Barros Filho

AL - Marla Barroso Franca

SE - Andir do Carmo Wanderley

BA - Aníbal Borges Britto

MG - Claudia Pinelli Magalhaes Carvalho

ES - Jairo Ramos de Souza

RJ - Marcos Serrão

SP - Marco Antônio Ornelas

PR - Mateus Ciscon Fonseca  
SC - Darcio Francisco Borges  
RS - Gladys Moura Guimaraes  
MS - Paulo Cezar Rodrigues Martins  
MT - Deajan David Montanha  
GO - Valperino Gomes de Oliveira Filho  
DF - Veronica Teixeira Magalhaes dos Santos

## **Projeto Editorial**

### **Centro de Documentação e Disseminação de Informações**

#### **Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

#### **Gerência de Editoração**

##### **Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Beth Fontoura  
Fernanda Maciel Jardim  
Katia Vaz Cavalcanti  
Marisa Sigolo

##### **Diagramação tabular e de gráficos**

Beth Fontoura  
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

##### **Diagramação textual**

Katia Vaz Cavalcanti

##### **Programação visual da publicação**

Luiz Carlos Chagas Teixeira

##### **Produção de multimídia**

LGonzaga  
Márcia do Rosário Brauns  
Marisa Sigolo  
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro  
Roberto Cavararo

#### **Gerência de Documentação**

##### **Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva  
Edgard de Albuquerque Sant'anna (Estagiário)  
Elizabeth de Carvalho Faria  
Lioara Mandoju  
Maria Socorro da Silva Araújo  
Nádia Bernuci dos Santos  
Solange de Oliveira Santos  
Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

##### **Padronização de glossários**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Elaboração de quartas capas**

Ana Raquel Gomes da Silva

**Gerência de Gráfica**

**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

**Gráfica Digital**

**Impressão**

Ednalva Maia do Monte